

RELATÓRIO  
E CONTAS

2024



carris



CAETANO

98-XU-85

TP

carris





## Índice

<b>MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b> .....	<b>5</b>
<b>1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA E SUAS PARTICIPADAS</b> .....	<b>11</b>
1.1. SÍNTESE HISTÓRICA .....	11
1.2. UNIVERSO DE EMPRESAS CARRIS .....	12
<b>2. PRINCIPAIS INDICADORES</b> .....	<b>14</b>
<b>3. ANO 2024 EM REVISTA</b> .....	<b>16</b>
<b>4. ATIVIDADE</b> .....	<b>24</b>
4.1. EXPLORAÇÃO OPERACIONAL .....	24
4.2. QUALIDADE DO SERVIÇO .....	26
4.3. ATIVIDADE COMERCIAL .....	29
4.4. SEGURANÇA DE EXPLORAÇÃO .....	38
4.5. FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO .....	41
4.6. INFRAESTRUTURAS DE TRACÇÃO ELÉTRICA .....	43
4.7. NOVOS PROJETOS ESTRUTURANTES .....	45
4.8. MUSEU DA CARRIS .....	45
<b>5. RECURSOS HUMANOS</b> .....	<b>49</b>
5.1. EVOLUÇÃO DO EFETIVO .....	49
5.2. POLÍTICA SALARIAL .....	50
5.3. FORMAÇÃO .....	50
5.4. INDICADORES DE PRESTAÇÃO DO TRABALHO .....	51
<b>6. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA</b> .....	<b>57</b>
6.1. CONJUNTURA ECONÓMICA 2024 E CENÁRIO 2025-2027 .....	57
6.2. ANÁLISE DE RESULTADOS DA EMPRESA .....	58
6.3. ESTRUTURA PATRIMONIAL .....	60
6.4. INVESTIMENTO REALIZADO .....	62
6.5. FLUXOS FINANCEIROS .....	63
6.6. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS .....	64
<b>7. GOVERNO SOCIETÁRIO</b> .....	<b>67</b>
<b>8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b> .....	<b>69</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO</b> .....	<b>71</b>
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE</b> .....	<b>78</b>
<b>2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> .....	<b>79</b>
2.1 BASE DE PREPARAÇÃO .....	79
2.2 DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC .....	79
2.3 COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	83
<b>3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS CONTABILÍSTICAS DE RELATO FINANCEIRO – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA</b> .....	<b>84</b>
<b>4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS</b> .....	<b>85</b>



4.1 BASES DE APRESENTAÇÃO .....	85
4.2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES .....	85
4.3 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS .....	97
<b>5. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES .....</b>	<b>98</b>
<b>6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS .....</b>	<b>99</b>
<b>7. LOCAÇÕES .....</b>	<b>101</b>
<b>8. ATIVOS INTANGÍVEIS.....</b>	<b>102</b>
<b>9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL.....</b>	<b>103</b>
<b>10. IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTO .....</b>	<b>104</b>
<b>11. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS .....</b>	<b>107</b>
<b>12. INVENTÁRIOS.....</b>	<b>107</b>
<b>13. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER .....</b>	<b>109</b>
<b>14. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO .....</b>	<b>110</b>
<b>15. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES .....</b>	<b>112</b>
<b>16. FORNECEDORES, EMPRÉSTIMOS OBTIDOS E OUTRAS CONTAS A PAGAR .....</b>	<b>113</b>
<b>17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS .....</b>	<b>114</b>
<b>18. DIFERIMENTOS PASSIVOS .....</b>	<b>114</b>
<b>19. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO .....</b>	<b>115</b>
<b>20. RÉDITO .....</b>	<b>117</b>
<b>21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS .....</b>	<b>118</b>
<b>22. GASTOS COM O PESSOAL .....</b>	<b>119</b>
<b>23. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO .....</b>	<b>120</b>
<b>24. OUTROS RENDIMENTOS .....</b>	<b>120</b>
<b>25. OUTROS GASTOS.....</b>	<b>121</b>
<b>26. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES.....</b>	<b>121</b>
<b>27. PARTES RELACIONADAS .....</b>	<b>122</b>
<b>28. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS.....</b>	<b>124</b>
<b>29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS .....</b>	<b>125</b>
<b>30. GARANTIAS .....</b>	<b>126</b>
<b>31. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO .....</b>	<b>126</b>
<b>32. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....</b>	<b>127</b>



## Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Estrutura da Procura/Modo .....	31
Gráfico 2 – Receitas Acumuladas 2024.....	32
Gráfico 3 – Principais motivos de reclamações de serviço .....	34
Gráfico 4 – Chamadas no Centro de Atendimento ao Cliente.....	35
Gráfico 5 – Vendas por rede de vendas .....	37
Gráfico 6 – Distribuição da quota de clientes de tarifa de bordo por modo de pagamento .....	38
Gráfico 7 - Número de Acidentes de Trabalho por Áreas Funcionais .....	53
Gráfico 8 – Tipologia dos Acidentes de Trabalho .....	54
Gráfico 9 – Evolução Investimento (10 <sup>3</sup> €).....	63
Gráfico 10 – Evolução Mensal PMP trimestral .....	65

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Rede de serviço público em 31 de dezembro de 2024 .....	25
Tabela 2 – Indicadores da Oferta.....	26
Tabela 3 – Velocidade Média de Exploração (Km/h).....	26
Tabela 4 – Ocorrências .....	27
Tabela 5 – Taxa de ocupação.....	27
Tabela 6 – Sinistralidade - Acidentes de Exploração .....	28
Tabela 7 – Sinistralidade – Taxa de Acidentes de Exploração .....	28
Tabela 8 – Taxa de Cumprimento.....	29
Tabela 9 – Passageiros – Validações.....	30
Tabela 10 – Receita (sem IVA) por Título de Transporte .....	32
Tabela 11 – Composição da Rede de Vendas .....	36
Tabela 12 – Frota de Serviço Público .....	41
Tabela 13 – Reparações de Carroçaria.....	43
Tabela 14 – Custos de Manutenção da Frota de Autocarros .....	43
Tabela 15 – Custos de Manutenção do Modo Elétrico .....	43
Tabela 16 – Apoio Psicossocial .....	49



Tabela 17 – Efetivo CARRIS a 31 de dezembro .....	50
Tabela 18 – Formação .....	51
Tabela 19 – Absentismo em sentido lato .....	51
Tabela 20 – Absentismo detalhado.....	51
Tabela 21 – Trabalho suplementar .....	52
Tabela 22 – Número de consultas realizadas, por tipo.....	54
Tabela 23 – Demonstração de Resultados (10 <sup>3</sup> €).....	58
Tabela 24 – Variação do Património (10 <sup>3</sup> €).....	60
Tabela 25 – Investimentos (10 <sup>3</sup> €) .....	62
Tabela 26 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (10 <sup>3</sup> €) .....	64
Tabela 27 – Prazo Médio de Pagamentos Trimestral.....	65



## MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2024, a «Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.» («CARRIS») prosseguiu, com forte espírito de missão, o enorme desafio de se afirmar como a Mobilidade Inteligente do Futuro, alicerçada na promoção da sustentabilidade e na melhoria da eficiência e qualidade do serviço. Desta forma, procurou dar continuidade à sua longa história de sucesso, colocando-se na vanguarda da mobilidade e da inovação, evoluindo com a Cidade e ao serviço da Cidade, posicionamento que pretende assegurar e reforçar nos anos futuros.

Com efeito, em 2024 a CARRIS implementou, diversas medidas de melhoria do seu serviço, bem como procurou comunicar melhor com os seus clientes. São exemplo destas medidas: o reforço da oferta, através da introdução de novas carreiras, a reorganização de percursos e horários, bem como a resposta a eventos e/ou situações pontuais de aumento da procura de serviço de transporte público na Cidade, apresentando a CARRIS, no período em análise, uma taxa de cumprimento do serviço de 95%.

Adicionalmente, a empresa reforçou o seu esforço de investimento na renovação da frota, rumo à descarbonização e a uma Cidade mais sustentável, com veículos mais modernos, confortáveis e com maior eficiência energética. Nesse contexto, no decorrer de 2024, a CARRIS recebeu 19 autocarros *standard* elétricos e 14 autocarros mini elétricos.

Estes processos de aquisição de veículos elétricos contribuem, naturalmente, de forma muito relevante para o processo de descarbonização em curso, permitindo uma redução de 20 toneladas de CO<sub>2</sub> anual por cada mini elétrico e uma redução de 70 toneladas de CO<sub>2</sub> anual por cada *standard* elétrico. A entrada em circulação, em 2024, destes veículos 100% elétricos, veio permitir a criação de oito novas carreiras com emissões zero.

De assinalar também a entrada ao serviço de 24 novos autocarros articulados a gás natural comprimido, recebidos no final de 2023, e que permitiram aumentar a capacidade e conforto dos passageiros em carreiras de elevada procura. Foi ainda contratada a aquisição de 75 novos autocarros *standard* a gás natural, com o objetivo de reforçar e renovar esta tipologia de frota, maioritariamente usada nas carreiras cujo percurso é mais longo, os quais serão fornecidos no decurso do próximo ano.

No que respeita à frota de elétricos, chegaram, em 2024, mais 3 novos elétricos rápidos articulados concluindo-se assim o fornecimento de 15 novos elétricos articulados rápidos de grande capacidade que havia sido contratado.

Em 2024 verificaram-se ainda grandes desenvolvimentos no âmbito da desmaterialização da bilhética e da utilização de novos meios de pagamento dos serviços. Assim, sempre com o objetivo de aumentar a acessibilidade aos serviços prestados e diversificar os canais de venda e pagamento disponibilizados pela empresa, foi lançada em fevereiro a aplicação *Carrisway*, que veio permitir o carregamento por contacto de passes, em junho passou a estar disponível o método de pagamento com MB Way e em julho com a Via Verde e, finalmente, em novembro entrou em operação a possibilidade de pagamento da tarifa de bordo através de cartão bancário utilizando o sistema “*Contactless*”. Este novo meio de pagamento tem-se revelado um grande sucesso, tendo-se atingido as 500.000 validações em menos de três meses.



Paralelamente, a CARRIS continuou a desenvolver, em estreita articulação com o seu acionista – a Câmara Municipal de Lisboa – o planeamento de grandes empreendimentos, com vista à expansão e à requalificação da sua rede de elétricos rápidos, de que cumpre destacar a futura expansão a ocidente e oriente da linha de elétrico 15 (de forma a percorrer todo o denominado “arco ribeirinho” desde o Jamor ao Parque Tejo), a futura linha de elétricos rápidos da Alta de Lisboa e a linha ocidental entre Lisboa e Oeiras, bem como a profunda intervenção e requalificação da Estação de Santo Amaro, com a criação da “Cidade Carris”.

No decurso do ano 2024, foram contratados cento e vinte e seis novos trabalhadores, na sua esmagadora maioria tripulantes. Foi também concluído com sucesso o processo de transferência da atividade da participada CARRIBUS para a CARRIS com a integração dos 113 trabalhadores provenientes da participada nos quadros da empresa, com referência a 1 de janeiro de 2025. Cumpre realçar que em 2024 foram tomadas diversas medidas que visaram assegurar a melhoria das condições de trabalho e remuneratórias dos trabalhadores da empresa. Medidas essas, em parte, acordadas em sede de negociação coletiva, cujo processo culminou com a assinatura da revisão do Acordo de Empresa com todas as organizações sindicais representativas dos trabalhadores da CARRIS.

O desempenho alcançado evidencia o empenho de todos os que trabalham na CARRIS na procura constante da prestação de um serviço cada vez mais eficiente e de maior qualidade. Por isso, neste momento de balanço, não podemos deixar de dirigir a todos os trabalhadores o nosso agradecimento e sentido reconhecimento pelo bom trabalho realizado.

No percurso de mais um ano ao serviço da Cidade, temos também de agradecer aos nossos Clientes, que sendo a razão da nossa existência, motivam o nosso desígnio diário de prestar um serviço melhor, regular, acessível, seguro, confortável e eficiente, que melhore a sua experiência de viagem e de mobilidade na Cidade.

Por fim, importa ter presente que o sucesso da nossa missão apenas é possível graças à forte aposta que o nosso Acionista – a Câmara Municipal de Lisboa –, empenha na CARRIS, enquanto empresa de mobilidade do Município. O seu suporte incondicional na promoção de um sistema de mobilidade que incentiva a utilização do transporte público de forma cada vez mais sustentável, tem sido para nós fundamental!

A todos o nosso bem-haja, com o compromisso de continuarmos a dar o melhor de nós, na promoção da Mobilidade Inteligente do Futuro, ao serviço da Cidade, da CARRIS, dos seus clientes e dos seus trabalhadores.



**O Conselho de Administração**

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dra. Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.<sup>a</sup> Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Arq.<sup>o</sup> Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho



No período em análise, o Conselho de Administração da CARRIS manteve a sua composição inalterada, com quatro membros executivos e um não executivo, apresentando-se infra a identificação dos seus titulares:



Fernando Pedro  
Peniche de Sousa  
Moutinho

**Vogal não executivo**

Maria de Albuquerque  
Rodrigues da Silva  
Lopes Duarte

**Vice-Presidente**

Pedro Gonçalo de  
Brito Aleixo Bogas

**Presidente**

Ana Cristina Pereira  
Coelho

**Vice-Presidente**

Sara Maria Pereira do  
Nascimento

**Vogal executiva**

A Dra. Sara Nascimento assumiu, em fevereiro de 2025, funções de Administração em outra empresa do setor dos transportes, pelo que este relatório já não será por si assinado.

---

RELATÓRIO  
E CONTAS

2024

---

01

APRESENTAÇÃO  
DA EMPRESA  
E SUAS  
PARTICIPADAS





## 1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA E SUAS PARTICIPADAS

### 1.1. Síntese histórica

A Companhia Carris de Ferro de Lisboa foi fundada em 18 de setembro de 1872, tendo iniciado a sua atividade com um sistema de transporte do tipo “americano” (carruagens sobre carris movidas a tração animal). A sua primeira linha foi inaugurada em 1873. Na década seguinte surgiu um novo tipo de veículo – ascensor – que veio facilitar os acessos nas zonas mais íngremes da cidade. O ascensor do Lavra foi o primeiro a ser inaugurado, em 1884, seguindo-se o da Glória, em 1885 e, por fim, o da Bica, em 1892. O elevador de Santa Justa apareceu apenas em 1902, acompanhando outras inovações no sistema de transportes da altura.

Em 1901, fruto da convergência de dezenas de anos de esforços e transformações notáveis, surgiu o primeiro carro elétrico cuja rede foi rapidamente estendida a toda a cidade.

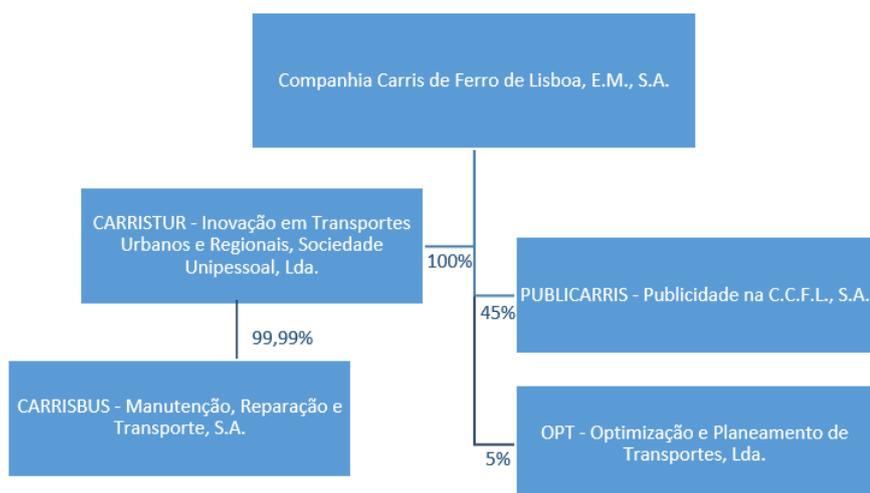
Em 1944, a CARRIS inaugurou o serviço de transporte com o modo autocarro. A partir do final da década de 50, coincidindo com a inauguração e crescimento da rede do metropolitano, esta rede de autocarros foi aumentada, em detrimento da rede de elétricos.

O serviço público de transporte rodoviário de passageiros é, há 152 anos, prestado, na cidade de Lisboa, pela CARRIS, tendo atualmente por base a concessão regulada pelo Decreto-Lei nº 174/2014, de 5 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 86-D/2016, de 30 de dezembro. Este diploma, que entrou em vigor em 1 de fevereiro de 2017, transferiu para o Município de Lisboa a posição contratual detida pelo Estado no contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa celebrado com a CARRIS. Determinou, ainda, a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social da CARRIS, bem como da universalidade de direitos e obrigações de que esta é titular, incluindo as suas participações sociais noutras sociedades.

No seguimento das alterações verificadas, foi aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa, a 25 de maio de 2017, a 2.ª alteração ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Coletivo à Superfície de Passageiros, celebrado entre o Município de Lisboa e a CARRIS, obtendo, em 13 de setembro de 2018, o parecer positivo da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes e, em 1 de outubro de 2018, o respetivo visto do Tribunal de Contas.

No final de 2024, a Empresa disponibilizava à cidade de Lisboa 102 carreiras de autocarros (7 da “rede da madrugada”), 6 carreiras de elétricos, 3 ascensores e 1 elevador, com um total de 845 veículos.

## 1.2. Universo de Empresas CARRIS



O universo de empresas CARRIS é formado pela «Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.» e pelas suas participadas, conforme organograma acima apresentado.

A CARRIS detém a totalidade do capital da empresa «CARRISTUR - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.» («CARRISTUR»), empresa que desenvolve a sua atividade em duas principais áreas de negócio: o turismo e a formação. A CARRISTUR é o principal operador de circuitos turísticos em autocarros panorâmicos em Portugal, estando presente em quatro cidades portuguesas: Lisboa, Porto, Funchal e Braga. A realização de ações de formação de tripulantes de autocarros e de elétricos (guarda-freios), bem como a formação profissional no âmbito das tecnologias de organização e gestão de redes e sistemas de transporte público rodoviário e a sua exploração, constituem igualmente uma área de atuação relevante da empresa.

A CARRISTUR (e indiretamente a CARRIS,) detém a maioria do capital da empresa «CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transporte, SA» («CARRISBUS»), cujo objeto principal consiste na manutenção e na reparação de veículos pesados de passageiros, bem como de carros elétricos. Esta desenvolve ainda atividades no âmbito do acondicionamento geral de órgãos e de veículos, da desempanagem e reboque dos autocarros e elétricos sob assistência, e executa tarefas preventivas/curativas, nos equipamentos embarcados nos veículos. No decurso de 2024, foi preparada a integração da atividade da CARRISBUS na CARRIS, com referência a 1 de janeiro de 2025. A transferência da atividade foi operada com sucesso, prevendo-se que a curto prazo a CARRISBUS possa vir a ser liquidada e dissolvida.

A CARRIS tem ainda participação minoritária nas seguintes empresas:

- PUBLICARRIS: empresa criada para a exploração publicitária de meios nos veículos e espaços CARRIS; e
- OPT: empresa especializada em soluções informáticas avançadas para a gestão e otimização de sistemas de transportes e geração automática de informação ao público.

---

RELATÓRIO  
E CONTAS

2024

---

02

PRINCIPAIS  
INDICADORES



## 2. PRINCIPAIS INDICADORES

INDICADORES DE ATIVIDADE	Unidade	REAL 2024	REAL 2023	ORÇ 2024	Var 2024/2023 (%)	Var 2024/ORÇ (%)
<b>Indicadores de PROCURA</b>						
PT (Passageiros Transportados SP com Título Válido)	10 <sup>3</sup>	133 904	136 688	146 014	-2,0%	-8,3%
PKT (Passageiros x km)	10 <sup>3</sup>	482 852	491 854	517 855	-1,8%	-6,8%
Receita Tarifária (compensações incluídas)	M€	122,552	119,225	124,666	2,8%	-1,7%
<b>Indicadores de OFERTA</b>						
LKO (Lugares x km)	10 <sup>6</sup>	2 435	2 427	2 602	0,3%	-6,4%
Veículos x km (serviço público)	10 <sup>3</sup>	35 693	36 536	38 143	-2,3%	-6,4%
<b>Qualidade de Serviço</b>						
Taxa de cumprimento (VeicXKm)	%	94,9%	97,2%	98%	-2,3 p.p.	-
Taxa de Ocupação	%	20%	20%	20%	-0,4 p.p.	-0,1 p.p.
<b>INDICADORES DE RH</b>						
Nº de efetivos	Un.	2 505	2 541	2 692	-1,4%	-6,9%
Massa Salarial	m€	69 766	66 873	68 736	4,3%	1,5%
<b>SITUAÇÃO PATRIMONIAL</b>						
Ativo não corrente	M€	173,805	165,236	189,197	5,2%	-8,1%
Ativo corrente	M€	72,916	78,147	51,419	-6,7%	41,8%
<b>Total Ativo</b>	<b>M€</b>	<b>246,722</b>	<b>243,383</b>	<b>240,616</b>	<b>1,4%</b>	<b>2,5%</b>
Capital Próprio	M€	151,466	117,637	138,804	28,8%	9,1%
Passivo	M€	95,256	125,746	101,811	-24,2%	-6,4%
<b>Total Capital Próprio e Passivo</b>	<b>M€</b>	<b>246,722</b>	<b>243,383</b>	<b>240,616</b>	<b>1,4%</b>	<b>2,5%</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>						
Infraestruturas de Longa Duração	M€	3,852	3,443	9,494	11,9%	-59,4%
Renovação e Beneficiação de Frota	M€	20,645	46,610	25,895	-55,7%	-20,3%
Outros Investimentos	M€	1,130	3,566	7,451	-68,3%	-84,8%
<b>DESPESA DE INVESTIMENTO</b>	<b>M€</b>	<b>25,627</b>	<b>53,618</b>	<b>42,840</b>	<b>-52,2%</b>	<b>-40,2%</b>
<b>INDICADORES DE ESTRUTURA</b>						
Autonomia Financeira	%	61,4%	48,3%	57,7%	13,1 p.p.	3,7 p.p.
Solvabilidade	%	159,0%	93,6%	136,3%	65,5 p.p.	22,7 p.p.
<b>INDICADORES FINANCEIROS</b>						
<b>Volume de Negócios</b>	<b>M€</b>	<b>124,296</b>	<b>121,630</b>	<b>128,341</b>	<b>2,2%</b>	<b>-3,2%</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>M€</b>	<b>0,551</b>	<b>3,401</b>	<b>1,519</b>	<b>-83,8%</b>	<b>-63,8%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>M€</b>	<b>22,032</b>	<b>24,657</b>	<b>25,968</b>	<b>-10,6%</b>	<b>-15,2%</b>
<b>Rendimentos Operacionais<sup>1</sup></b>	<b>M€</b>	<b>175,326</b>	<b>168,241</b>	<b>186,661</b>	<b>4,2%</b>	<b>-6,1%</b>
<b>Gastos Operacionais<sup>2</sup></b>	<b>M€</b>	<b>150,929</b>	<b>143,567</b>	<b>162,910</b>	<b>5,1%</b>	<b>-7,4%</b>
<b>Gastos Operacionais por Passageiro Transportado<sup>3</sup></b>	<b>€</b>	<b>1,00</b>	<b>0,94</b>	<b>1,01</b>	<b>6,9%</b>	<b>-0,6%</b>
<b>Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais</b>	<b>%</b>	<b>116,2%</b>	<b>117,2%</b>	<b>114,6%</b>	<b>-1,0 p.p.</b>	<b>1,6 p.p.</b>

1) Exclui Reversões + Ajustamentos + Equiv. Patrimonial + Rendim. Outros ativos

2) Exclui Provisões + Ajustamentos + Amortizações + Benefícios Pós-Emprego + Ind. Rescisão + Equiv. Patrimonial

3) Passageiros transportados incluindo passageiros em fraude

---

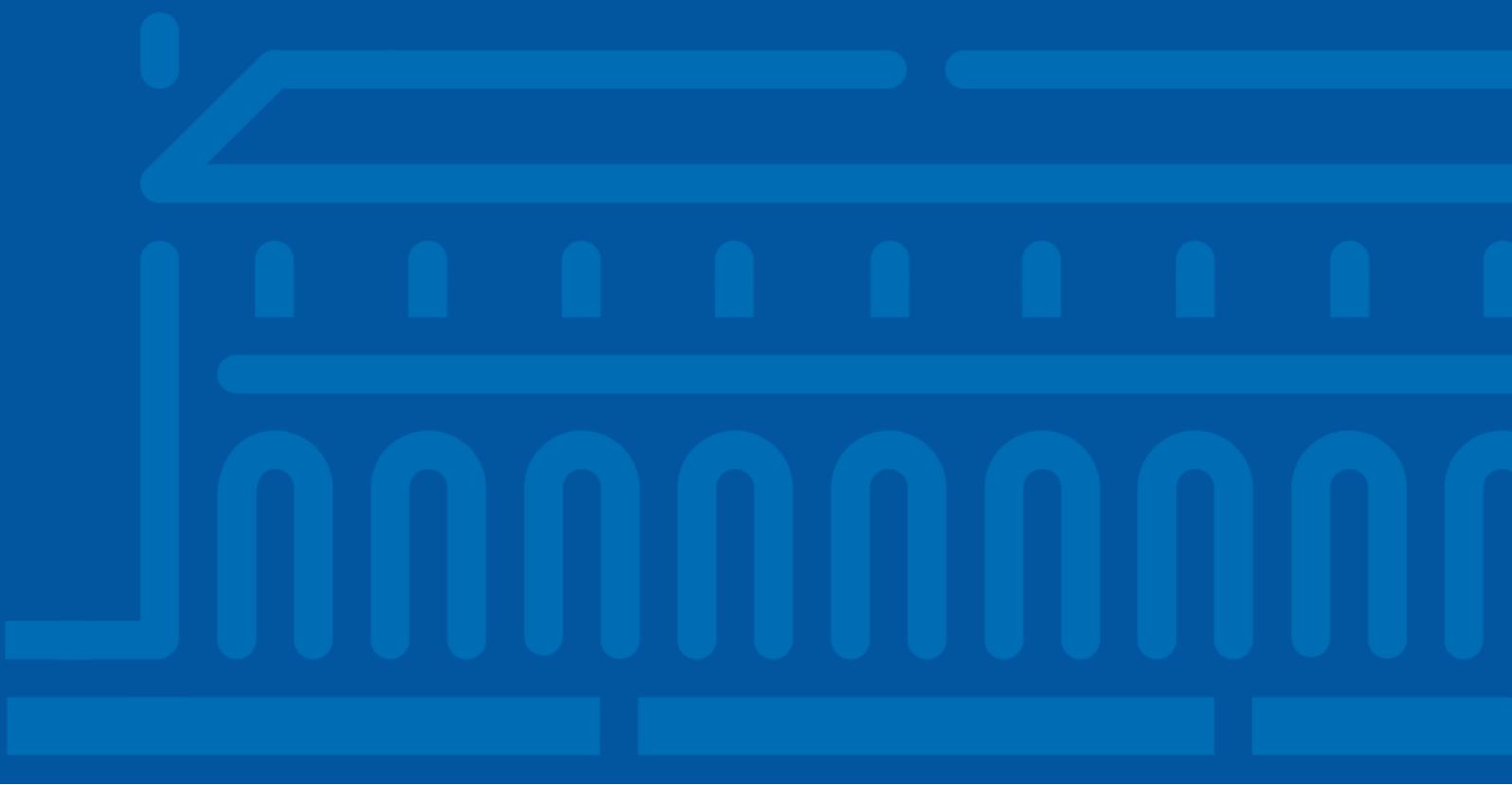
RELATÓRIO  
E CONTAS

2024

---

03

ANO 2024  
EM REVISTA





### 3. ANO 2024 EM REVISTA



#### Janeiro

*Rebranding 25 anos do Museu da CARRIS*



#### Fevereiro

Lançamento da App *CARRISWay*, para carregamento de passes



#### Abril

A Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola viaja de elétrico, no âmbito de uma visita a Lisboa



#### Maio

Divulgação do projeto piloto Biobus, de utilização de biodiesel produzido a partir de óleos alimentares usados, na carreira 794



A Comissária Portuguesa, Elisa Ferreira celebra o Dia da Europa a bordo de um elétrico



Celebração do Dia Internacional dos Museus



## Junho

Lançamento do novo método de pagamento MB WAY



Apresentação da candidatura da aquisição de 15 elétricos articulados, na Estação de Santo Amaro, no âmbito do programa Sustentável 20/30



Reformulação da plataforma "MyCarris" e lançamento do novo canal de comunicação interna - WhatsApp empresarial



## Julho

Lançamento de campanha de divulgação de novo método de pagamento em parceria com a Via Verde



## Setembro

Lançamento da Campanha Zero Emissões “Lisboa com mais vida, a cada viagem”, com a criação de oito novas carreiras com emissões zero



Evento Institucional de apresentação dos novos autocarros elétricos da frota da CARRIS e início da operação das carreiras “Zero Emissões”



Cerimónia do 152.º Aniversário da CARRIS



Desfile dos Clássicos – Semana da Mobilidade



Lançamento da nova carreira 763: Lumiar – Colégio Militar (Metro)



Continuação da melhoria e reforço da mobilidade e proximidade local - Criação das Carreiras de Bairro 45B (Lumiar), 71B e 72B (Benfica)



## Outubro

Assinatura da revisão do Acordo de Empresa com as organizações sindicais SITRA, SITESE e SNMOT



Assinatura da revisão do Acordo de Empresa com a organização sindical ASPTC



Assinatura da revisão do Acordo de Empresa com a organização sindical FECTRANS



## Novembro

Segunda edição do Elétrico Pitch 2024



Lançamento de novo meio de pagamento com cartão bancário (“Contactless”)



Visita da Delegação de Reguladores Europeus de Energia



Expansão do projeto de mobilidade escolar “Amarelo” para novas freguesias de Lisboa, bem como para novas escolas

Ação de promoção junto da comunidade escolar no Lumiar



## Dezembro

Beneficiação do exterior do edifício da expedição de Miraflores



Iniciativa “Estacione e Festeje o Natal” em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa e a EMEL



Ação RFM “Vive o Natal em Lisboa” a bordo de um Elétrico



Estreia do Documentário “Se Não Fosses Tu”



Campanha de Natal “A ligar pessoas em todas as épocas”, com a participação da Banda e do Coro da CARRIS

---

RELATÓRIO  
E CONTAS

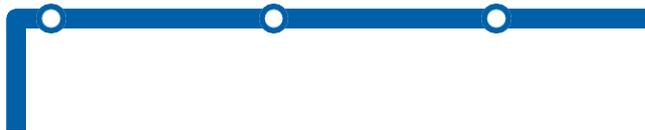
2024

---

04

ATIVIDADE





## 4. ATIVIDADE

### 4.1. Exploração Operacional

#### 4.1.1. Rede

No que respeita à rede CARRIS, 2024 foi um ano de criação de novas rotas, para dar resposta a necessidades identificadas, bem como do reforço de algumas carreiras existentes, seja através da extensão de alguns percursos, seja através do incremento da capacidade dos veículos em carreiras de maior procura:

- Foram criadas 4 novas carreiras:
  - 763 Lumiar – Colégio Militar (Metro)
  - 45B Alta de Lisboa – Paço Lumiar (que substitui as anteriores Carreiras de Bairro da Freguesia do Lumiar, otimizando a oferta e servindo zonas e equipamentos anteriormente não servidos por esta Carreira de Bairro)
  - 71B e 72B Colégio Militar (Metro) /Circulação Bairro Boavista – Bairro Santa Cruz (que substituem a anterior Carreira de Bairro da Freguesia de Benfica – 70B – reforçando a oferta de serviço)
- Foram realizadas extensões de percurso de algumas carreiras, melhorando a oferta prestada:
  - 709 – Prolongamento ao Rossio
  - 722 – Prolongamento aos Restauradores
  - 731 – Prolongamento à Portela
- Foram realizados ajustes aos percursos de algumas carreiras, relacionados sobretudo com as medidas anteriormente referidas:
  - 768 – Encurtamento ao Colégio Militar (em articulação com a medida de extensão da carreira 763)
  - 783 – Encurtamento ao Prior Velho (em articulação com as medidas de extensão dos percursos das carreiras 722 e 731)
- Foram realizados ajustes em algumas Carreiras de Bairro decorrentes de articulação com as Juntas de Freguesia, bem como ajustes nalguns pontos da rede por motivo de obras ou por conclusão das mesmas.
- Algumas carreiras foram objeto de reforço, quer com mais veículos, quer com a alocação de veículos de dimensão superior (autocarros articulados) em linhas que operavam com veículos de menor capacidade, para fazer face ao incremento da procura registado especificamente nestas carreiras: 703, 718, 751 e 796.
- Com a receção dos novos autocarros elétricos, a CARRIS introduziu 7 novas Carreiras Zero Emissões (isto é, operadas com veículos 100% elétricos):
  - 10B – Carreira de Bairro de Santa Maria Maior
  - 19B – Carreira de Bairro de Santo António
  - 22B – Carreira de Bairro da Misericórdia
  - 67B – Carreira de Bairro da Estrela
  - 73B – Carreira de Bairro de Alcântara
  - 732 – Hospital Santa Maria – Caselas

- 760 – Gomes Freire – Cemitério da Ajuda

que se juntaram à carreira Zero Emissões já existente (706 Santa Apolónia – Cais do Sodré).

Várias destas carreiras circulam em zonas de emissões reduzidas (ZER), contribuindo para a redução de emissões e melhoria da qualidade do ar nestas áreas da cidade.

- A CARRIS disponibilizou ainda serviços especiais de apoio a eventos mobilizadores de uma grande quantidade de pessoas, nomeadamente eventos desportivos (tais como a maratona e meia-maratona de Lisboa), Festas de Lisboa (Santos Populares, Noivas de Santo António e *Shuttle* de Natal), grandes conferências (como o “*Web Summit*”), bem como concertos e festivais de grande dimensão (como o “*Rock in Rio*”, “*NOS Alive*”, entre outros).
- A CARRIS prosseguiu a sua colaboração ativa no Projeto “Amarelo” (Mobilidade Escolar), um Projeto da Câmara Municipal de Lisboa, que, através da coordenação entre esta e as Juntas de Freguesia, as escolas e a CARRIS, promove a utilização do transporte público nas deslocações para a escola, de modo a criar hábitos mais sustentáveis nas novas gerações e inverter a tendência de utilização do transporte individual. No ano 2024 o projeto foi alargado para 4 novas freguesias (Penha de França, Campo de Ourique, Campolide e Lumiar) e 5 novas escolas. Neste momento o projeto abrange um total de 9 freguesias (Olivais, Benfica, Parque das Nações, Santa Clara, Estrela, Penha de França, Campolide, Campo de Ourique e Lumiar), 19 escolas e 10 carreiras da CARRIS, estando a preparar-se a expansão a novas freguesias/escolas ainda no ano letivo 2024/25.

Ainda, no seguimento das melhorias adotadas pela empresa por forma a melhor corresponder às necessidades dos clientes, foram pontualmente criadas ou ajustadas novas paragens, algumas em resposta a solicitações apresentadas pelos clientes e pelas Juntas de Freguesia.

Ao longo deste ano, e principalmente em períodos e troços de maior afluência de passageiros, foram efetuados reforços, adicionais aos já previstos na informação ao público, de modo a garantir maior qualidade do serviço prestado e maior conforto ao passageiro.

Na sequência das medidas elencadas, no final de 2024 a CARRIS operava um total de 112 carreiras de serviço público, numa rede com um total de 757 km (mais 2km de rede do que em 2023).

Tabela 1 – Rede de serviço público em 31 de dezembro de 2024

	Autocarros	Elétricos	Ascensores e Elevador	TOTAL
Nº de Carreiras	102	6	4	112
Extensão da Rede (via simples - km)				757
Comprimento Total das Carreiras (ida e volta - km)				1 931
Comprimento Médio por Carreira (ida e volta - km)				18

## 4.1.2. Oferta

Em termos de resultados globais da oferta, destaca-se uma subida na capacidade de serviço, evidenciada pelo aumento no indicador “lugares\*km”. Quanto ao total de quilómetros de serviço público realizados, a CARRIS percorreu um total de 36 milhões de quilómetros de serviço público de transporte.

Tabela 2 – Indicadores da Oferta

	Veículos * km (10 <sup>3</sup> ) SP				Veículos * hr (10 <sup>3</sup> ) SP				Lugares * km (10 <sup>6</sup> )			
	2023	2024	Var. Abs.	%	2023	2024	Var. Abs.	%	2023	2024	Var. Abs.	%
Autocarros	34 732	33 969	-763	-2,2	2 502	2 478	-23	-0,9	2 291	2 270	-21	-0,9
Elétricos + Ascensores + Elevadores	1 804	1 724	-80	-4,4	228	240	12	5,2	136	165	29	21,5
<b>TOTAL</b>	<b>36 536</b>	<b>35 693</b>	<b>-843</b>	<b>-2,3</b>	<b>2 730</b>	<b>2 718</b>	<b>-12</b>	<b>-0,4</b>	<b>2 427</b>	<b>2 435</b>	<b>8</b>	<b>0,3</b>

## 4.2. Qualidade do Serviço

### 4.2.1. Velocidade Média de Exploração

A velocidade média de exploração global na rede CARRIS sofreu uma ligeira redução face ao período homólogo, o que se deveu essencialmente ao agravamento das condições de circulação viária, nomeadamente interrupções na circulação, estacionamento indevido e obras (com destaque para obras estruturantes que estão a ser realizadas na cidade, como as obras de expansão do Metro de Lisboa e do Plano Geral de Drenagem). A CARRIS encontra-se a trabalhar ativamente com a Câmara Municipal de Lisboa com o objetivo de inverter esta tendência, através da introdução de soluções que permitam melhorar a fluidez e a competitividade do transporte público à superfície, por via de medidas concretas na rede viária, nomeadamente ao nível da semaforização e dos corredores BUS, medidas estas que facilitam o cumprimento dos horários por parte da CARRIS, conferindo maiores fiabilidade e regularidade ao serviço. Adicionalmente, foi reforçado este ano o trabalho de pintura de sinalização horizontal com as Brigadas LX, envolvendo a CML e uma equipa específica da CARRIS, de modo a reforçar a informação nos locais de circulação e de paragem exclusiva dos autocarros e elétricos.

Tabela 3 – Velocidade Média de Exploração (Km/h)

	2023	2024	Var (%)
Autocarros	13,88	13,71	-1,3
Elétricos	9,09	8,42	-7,4
<b>TOTAL</b>	<b>13,54</b>	<b>13,31</b>	<b>-1,7</b>

Como é possível verificar na tabela seguinte, no ano de 2024, as interrupções por estacionamento indevido, alcançaram 1365 ocorrências com 983 horas de impacto para o cliente afetando a circulação

de 1620 veículos em 207 arruamentos. Com base na observação desta tendência, por via da articulação com a Câmara de Lisboa a CARRIS ativou, em setembro deste ano, um serviço conjunto com a Polícia Municipal destinado especificamente à fiscalização da utilização indevida de corredores BUS, que opera diariamente.

Tabela 4 – Ocorrências

	2023	2024	Var.	
			Abs.	%
Ocorrências	1 200	1 365	165	13,8
Horas de Interrupção	811	983	172	21,2
Veículos Imobilizados	1 378	1 620	242	17,6
Nº de arruamentos c/interrupção por mau estacionamento	198	207	9	4,5

#### 4.2.2. Taxa de Ocupação

O indicador Taxa de Ocupação relaciona a Procura, medida em “Passageiros\*km”, com a Oferta, medida em “Lugares\*km”. No ano de 2024, verificou-se um decréscimo, representando -0,4 p.p., num modo global.

Tabela 5 – Taxa de ocupação

	2023	2024	Var
Autocarros	19,88	19,58	-0,3 p.p.
Elétricos, Ascensores e Elevador	23,02	23,32	0,3 p.p.
<b>TOTAL</b>	<b>20,27</b>	<b>19,83</b>	<b>-0,4 p.p.</b>

#### 4.2.3. Taxa de Acidentes

Verificou-se uma redução do número de acidentes graves registados em 2024 face a 2023. Nenhum dos acidentes graves resultou em mortes.

O número total de Acidentes de Exploração ocorridos em 2024, foi ligeiramente superior ao verificado no ano anterior. Note-se, contudo, que este indicador inclui também ocorrências tais como pequenos abalroamentos de veículos ou de elementos na via pública ou queda de passageiros.

O valor é equivalente ao que se verificava em 2019, último ano pré-pandemia, sendo o aumento de acidentes face ao período da pandemia justificado sobretudo pela retoma da intensidade do tráfego, que veio criar condições para o aumento da sinistralidade.



Tabela 6 – Sinistralidade - Acidentes de Exploração

Acidentes de Exploração (n.º)	2023	2024	Var.	
			Abs.	%
Modo Autocarro	1 383	1 519	136	9,8
Modo Elétrico	181	153	-28	-15,5
<b>TOTAL</b>	<b>1 564</b>	<b>1 672</b>	<b>108</b>	<b>6,9</b>

De destacar que no Modo Elétrico se verificou uma redução (de 15,5 p.p.), da Taxa de Acidentes de Exploração global.

Tabela 7 – Sinistralidade – Taxa de Acidentes de Exploração

Taxa de Acidentes de Exploração *	2023	2024	Var.
Modo Autocarro	39,56	44,46	4,9 p.p.
Modo Elétrico	94,85	83,34	-11,5 p.p.
<b>TOTAL</b>	<b>42,42</b>	<b>46,44</b>	<b>4,0 p.p.</b>

\* Acidentes por milhão de Vkm (Serviço Total)

A evolução da sinistralidade é acompanhada e controlada mediante a adoção de diversas medidas e ações promovidas pela Empresa, em resultado da implementação da Norma NP ISO 39001:2017, do “Sistema de Gestão de Segurança Rodoviária”, SGSR, da CARRIS.

Acresce que, a CARRIS aprovou, em 2021, um plano estratégico denominado “Estratégia Segurança Rodoviária CARRIS Zero-30”, o qual, em paralelo com o processo de melhoria contínua imposto pela certificação acima referida, promove a adoção de medidas conducentes à persecução dos objetivos predefinidos para 2030, relativos à segurança rodoviária.

Em resultado das políticas e medidas implementadas, a CARRIS apresenta uma Taxa de Acidentes global menor, quando se compara com as obtidas por outras empresas congéneres europeias.

A CARRIS investe permanentemente na formação e na sensibilização dos seus tripulantes, seja na formação inicial, seja na formação contínua, dando especial enfoque aos princípios de condução defensiva, cómoda e segura. Nesse sentido, o cumprimento dos Planos Anuais de Formação, bem como a concretização de ações de sensibilização nas estações, ministradas pelo pessoal de enquadramento (Inspetores de Tráfego), têm sido fundamentais para o controlo da accidentalidade. A formação dos novos tripulantes, admitidos a partir de 2022, inclui um módulo dedicado a temas de Segurança Rodoviária.

De forma a incentivar um melhor desempenho por parte dos Tripulantes, encontra-se restabelecido desde 2017, o pagamento do prémio de condução defensiva, atribuído em função do número de horas



de condução sem acidentes, promovendo um reconhecimento aos Tripulantes que no exercício das suas funções contribuam para a redução da taxa de acidentes.

Adicionalmente, no âmbito da prevenção de acidentes, a CARRIS possui uma Comissão de Inquérito a Acidentes Graves (CIAG), acionada sempre que ocorra algum acidente grave, que, pela sua severidade, impacto e gravidade, implique uma análise mais pormenorizada das respetivas causas, bem como a proposta de eventuais recomendações, com vista à mitigação do risco em situações similares futuras.

#### 4.2.4. Taxa de Cumprimento de Serviço

A Taxa de Cumprimento de Serviço em 2024 fixou-se nos 95%, valor largamente superior ao valor mínimo admissível estabelecido no Contrato de Concessão celebrado com a CML. O valor é ligeiramente inferior ao registado em 2023 pelas razões já apontadas anteriormente, situando-se, contudo, em valores compagináveis com um serviço fiável e de confiança para os cidadãos.

Tabela 8 – Taxa de Cumprimento

	2023	2024	Var
Taxa de cumprimento (VeicXkm)	97,16	94,88	-2,3 p.p.
Taxa de cumprimento (VeicXhr)	98,77	96,66	-2,1 p.p.

### 4.3. Atividade Comercial

#### 4.3.1. Atividade Desenvolvida

O ano de 2024 foi um ano sustentado no aliar do desenvolvimento tecnológico à facilitação da utilização do sistema de transportes públicos, como forma de simplificar a acessibilidade do mesmo. Os novos modelos de gratuidade implementados e o alargamento do âmbito dos existentes, potenciaram a entrada de novos clientes no sistema, pelo que este foco na simplificação e na eliminação de barreiras à utilização do transporte público tornou-se ainda mais emergente.

Esta aposta na simplificação do sistema foi visível com o lançamento, com grande sucesso, de uma nova *app* para carregamento de títulos (a «Carrisway»), e com a implementação de soluções digitais *contactless* (MB Way, em junho e Cartão bancário em novembro) para pagamento da viagem, igualmente, com grande adesão dos clientes. O Sistema de pagamento com cartão bancário atingiu mais de 500.000 validações num período de apenas três meses.

Este foco na eficácia dos processos materializou-se também no aumento de capacidade dos locais de venda, com o alargamento do leque de serviços disponíveis para os clientes, com vista a criar soluções de resposta mais eficientes e adaptadas às necessidades de mobilidade dos nossos clientes.



No âmbito de medidas de impacto tarifário que marcaram o ano de 2024, salientam-se os seguintes:

- Extensão da medida da gratuidade, aplicável a todos os estudantes, a toda a AML: em janeiro;
- Lançamento da app CARRIS Way, um passo relevante para a modernização digital no âmbito da aquisição de títulos de transporte frequentes, uma *app* disponível para *smartphones* com sistema *Android* e *iOS*, que tenham tecnologia NFC compatível, que permite a leitura e o carregamento de títulos de transporte (passes ou *zapping*) no cartão navegante personalizado: lançada em março;
- Introdução do modo de pagamento de tarifa de bordo através de QR Code, disponível em todos os validadores da frota CARRIS, implementado em junho;
- Criação do modelo de “Parques Navegante”, um conjunto de parques detidos pela EMEL, na Ameixoeira, Avenida de Pádua e Colégio Militar, que permitem aos titulares do cartão navegante válido, estacionar gratuitamente 7 dias por semana, entre as 7h30 e as 21h, implementada em julho;
- Introdução do modo de pagamento de tarifa de bordo através da *app* Via Verde Transportes, eliminando a necessidade de dinheiro ou cartões físicos para viajar, disponível em todos os veículos da CARRIS, implementado em julho;
- Introdução do modo de pagamento de tarifa de bordo através de cartão bancário, disponível em todos os validadores da frota CARRIS, disponível na opção de compra singular ou de grupos de até 10 pessoas, implementado em outubro, com o sucesso supra referido;
- Alargamento da medida da gratuidade a todos os jovens até aos 23 anos, em dezembro.

#### 4.3.2. Procura

Durante o ano de 2024, a CARRIS transportou 134 milhões de passageiros.

No Modo Elétrico (elétricos, ascensores e elevador) registou-se um crescimento na procura, que corresponde a +7% dos passageiros. Já no modo autocarro, registou-se uma ligeira redução, o que resultou num decréscimo global, face a 2023, de 2%. O que ainda assim se traduziu, como adiante melhor se verá, num aumento da receita tarifária.

Tabela 9 – Passageiros – Validações

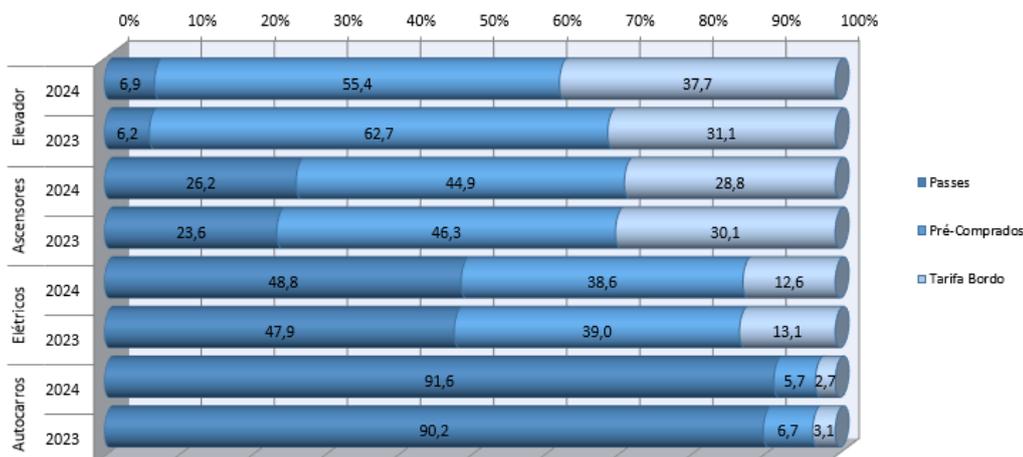
Passageiros - Validações	(milhares de passageiros)		
	2023	2024	Var (%)
Títulos ocasionais	19 078	17 424	-8,7
Passes	117 610	116 480	-1,0
<b>Total Passageiros transportados com Título Válido</b>	<b>136 688</b>	<b>133 904</b>	<b>-2,0</b>

A utilização de títulos de transporte mensais (passes) representou 87% das validações. Em termos de distribuição da procura, os títulos mensais continuam a ter maior expressão no modo autocarro, sendo os títulos ocasionais os que têm maior peso no modo elétrico.

Os utilizadores de tarifa de bordo têm maior representatividade nos ascensores e no elevador de Santa Justa.



Gráfico 1 – Estrutura da Procura/Modo<sup>1</sup>



#### 4.3.3. Receitas Tarifárias

Em 2024, as receitas tarifárias da CARRIS, cresceram 2,8% face ao período homólogo, atingindo 122,6 milhões de euros. Os resultados foram positivamente afetados pelas vendas de passes mensais, traduzindo-se em mais 1,1%.

Em janeiro de 2024, entrou em vigor, no quadro do sistema tarifário metropolitano, o Regulamento n.º1362-C/2023, (sexta alteração ao Regulamento da AML n.º 278-A/2019), que veio estabelecer a nova metodologia de repartição da receita gerada pela venda dos passes Navegante, bem como a determinação das compensações financeiras devidas. A nova metodologia assente no critério da utilização mensal dos serviços de cada Operador, medida em passageiros quilómetros (Pass.km), isto é, o número de quilómetros que um determinado número de passageiros percorre em cada Operador de transportes públicos.

Em janeiro foi estendida a toda a AML (já vigorava na cidade de Lisboa) a medida da gratuidade dos passes dos estudantes menores de 23 anos e, em dezembro, esta medida foi alargada a todos os jovens com idade inferior a 23 anos.

Neste contexto, as receitas dos passes navegante resultam da distribuição da receita das vendas da rede de cada operador e canais de venda dos Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML), das compensações pelo cumprimento das obrigações de serviço público tarifárias inerentes ao sistema tarifário metropolitano e das tarifas reduzidas (gratuidade sub23, social+, Antigo Combatente, redução do preço do passe Urbano 3ªIdade e gratuidade Lisboa +65), em conformidade com as regras definidas no regulamento, mais concretamente no Anexo V.

<sup>1</sup> Considerados, também, os passageiros com título gratuito.

As participações devidas por força da aplicação de reduções e gratuidades tarifárias, permitiram alavancar a receita da CARRIS em mais de 45 milhões de euros (representando um acréscimo de 9,6%, referentes aos passes Sub23, social+, Antigo Combatente, Urbano 3.ª idade e OSP navegante).

Tabela 10 – Receita (sem IVA) por Título de Transporte

		(milhares de €)		
Títulos de transporte		2023	2024	Var (%)
Receitas (sem IVA)	Títulos ocasionais	35 265	33 278	-5,6
	Passes	42 789	43 256	1,1
	<b>Total das receitas</b>	<b>78 054</b>	<b>76 534</b>	<b>-1,9</b>
	Comparticipações 4-18 / sub23 / social + / AC / Urbano 3ª Id / GLx / PART / COSP Tarifária	41 171	46 018	11,8
	<b>Total das receitas com participações</b>	<b>119 225</b>	<b>122 552</b>	<b>2,8</b>

Inclui valor de acerto de PART referentes a anos transatos

As receitas associadas aos diferentes títulos ocasionais representam 27% das receitas tarifárias auferidas em 2024: 33,3 milhões de euros.

O gráfico seguinte ilustra o peso da receita tarifária da CARRIS por título, incluindo as participações tarifárias, sendo a maior parte, 72,6%, proveniente das vendas de passes e 10,7% da venda de tarifa a bordo nos veículos.

Gráfico 2 – Receitas Acumuladas 2024





### 4.3.4. Receita Não Tarifária

Para além das receitas provenientes da sua atividade principal: o transporte público, importa ainda ressaltar as receitas provenientes de outras fontes, nomeadamente, aluguer de veículos para eventos ou filmagens, receitas de elétricos de turismo, aluguer de espaços, receitas publicitárias e vendas diversas. Em 2024, esta receita totalizou cerca de 2,17 milhões de euros.

### 4.3.5. Combate à Fraude

Durante o ano de 2024 foram fiscalizados 2.731.115 passageiros, tendo sido emitidos 20.501 Autos de Notícia.

A taxa de coimas pagas voluntariamente na CARRIS aumentou de 17,35%, no ano de 2023, para 19,26%, no ano de 2024, na relação de Autos pagos vs. Autos emitidos.

Emergente do estatuído pelo Decreto-Lei n.º 117/2017, de 12 setembro, em 2024, e numa lógica de continuidade, manteve-se o processo de submissão/comunicação e envio dos Autos de Notícia via IMT, I.P., através da plataforma informática (*WebService*), à entidade responsável pela cobrança (AT), totalizando 43 051 Autos de Notícia enviados a esta entidade administrativa.

### 4.3.6. Feedback do cliente

Alicerçada na sua missão de proporcionar uma experiência de mobilidade de excelência, a CARRIS reafirmou o compromisso de promover um serviço focado no cliente, consolidando este desígnio através do Inquérito de Satisfação do Cliente (ISC), realizado anualmente. Este inquérito constitui uma ferramenta essencial para a avaliação da perceção global dos clientes em relação ao serviço prestado.

Em termos globais, os clientes afirmam estar bastante satisfeitos com o serviço prestado (92,3%) e 69% dos clientes consideram que a CARRIS melhorou em relação ao ano anterior (7,22).

O ISC reflete a média ponderada de sete critérios fundamentais de qualidade: Oferta de Serviço, Acessibilidade, Informação, Tempo, Apoio ao Cliente, Conforto e Segurança Pública/Pessoal. Em 2024, a CARRIS obteve um índice de satisfação do cliente de 7,82 pontos numa escala de 1 a 10, valor que se mantém em linha com os resultados dos últimos anos.

Em termos dos fatores que contribuem para esta valorização verificou-se que os elementos que os clientes consideram mais importantes são o Tempo (7,87), o Conforto (5,57) e a Oferta de Serviço (5,51).

O tempo obtém um valor médio de 7,12, sendo a duração da viagem o indicador melhor avaliado (7,65), seguido do cumprimento do horário (6,60). O conforto consegue um valor médio de 7,73, sendo o número de lugares sentados nos veículos o indicador melhor avaliado (8,05), seguido da condução do tripulante (7,84), do conforto dos veículos (7,75) e do conforto das paragens (7,29). A oferta de serviço obtém um valor médio de 7,47, sendo a rede de oferta existente o indicador melhor avaliado (7,83), seguido da ligação com outros operadores/transportes (7,76) e da frequência da passagem de veículos (6,82).

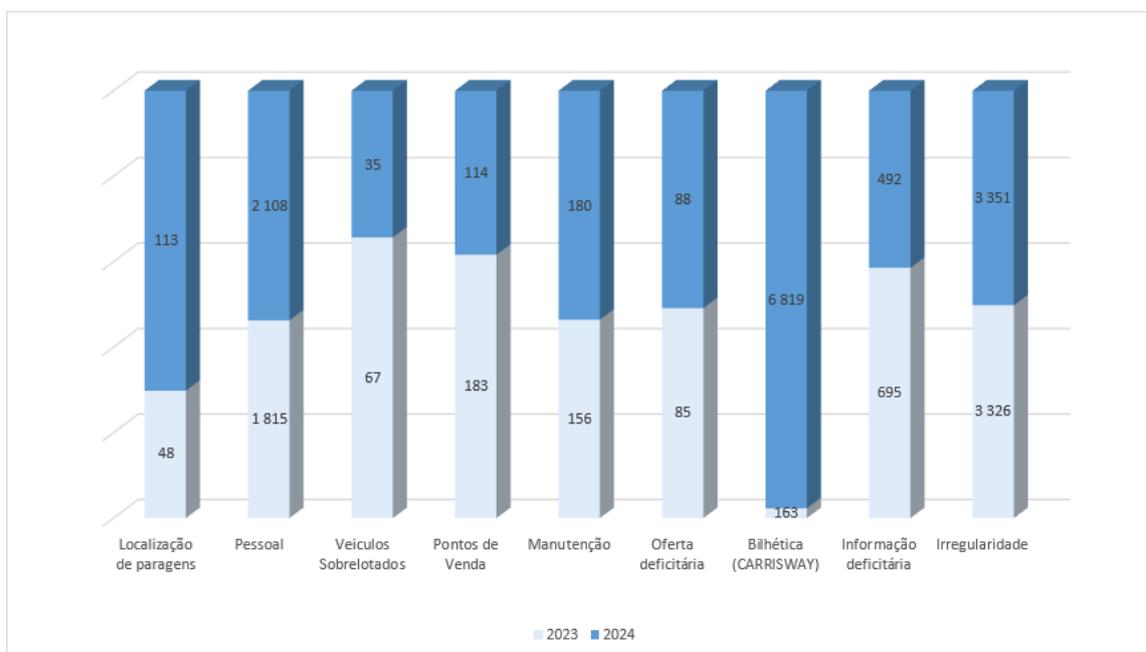


Estes resultados evidenciam a satisfação dos clientes, e reconhecem o empenho diário da CARRIS na oferta de serviços de mobilidade de qualidade na Cidade de Lisboa. Este êxito reflete-se não apenas na avaliação global, mas também na perceção detalhada de cada critério que compõe o ISC.

No que concerne às comunicações dos clientes, registou-se em 2024 um total de 29.845, dos quais 13.452 corresponderam a reclamações de clientes (45%) e as restantes a pedidos de informação, sugestões e elogios.

Relativamente às reclamações de serviço, os principais motivos apresentam-se no gráfico abaixo, destacando-se um aumento de reclamações de serviço por parte dos clientes, devido essencialmente à introdução da nova app *Carrisway*.

Gráfico 3 – Principais motivos de reclamações de serviço



O sistema de atendimento, quer no canal presencial, quer voz, quer no canal escrito, está estruturado de forma a ser também uma fonte de informação rápida e ágil, através do qual todas as comunicações são processadas e distribuídas pelas respetivas áreas, permitindo, assim, por um lado, uma ótica de melhoria contínua do serviço praticado ao cliente, por outra, a constituição de uma base de conhecimento útil para a organização, e uma aposta clara na qualidade de serviço prestado aos clientes.

No que respeita ao tempo médio de resposta a clientes, foi atingida, em 2024, a média de 6,96 dias úteis. Este tempo médio foi em muito influenciado pela criação de novos canais de contato direto com o cliente, com a utilização das novas tecnologias associadas, bem como pelo processo de venda/carregamento, que criaram um nível de presença junto ao cliente e uma necessidade de articulação bem mais exigente do que tínhamos até então.



### Atendimento Telefónico | Call center

O centro de atendimento telefónico CARRIS está disponível nos dias úteis, das 8h às 20h, proporcionando um apoio abrangente aos clientes CARRIS em diversas áreas e tópicos. Este serviço destaca-se por fornecer informações úteis, precisas e claras sobre os serviços prestados.

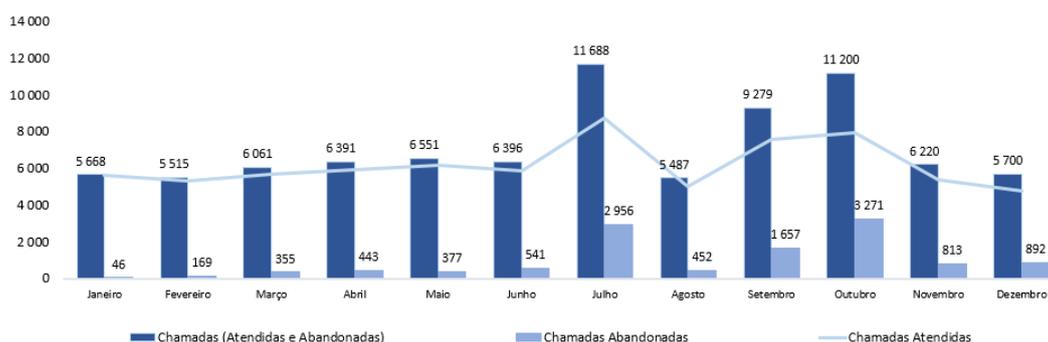
No que diz respeito ao Centro de Atendimento CARRIS, o ano de 2024, alinhado com os restantes canais de atendimento ao cliente, foi de facto um ano desafiante, em resultado do surgimento de diversos novos canais automáticos de pagamento.

Durante este ano, registou-se um total de 86.156 chamadas recebidas, com aproximadamente 14% destas abandonadas.

Apesar do aumento do volume de chamadas neste canal, tendo-se registado um acréscimo nas recebidas de cerca de 11% em relação ao volume do ano anterior, conseguiu-se manter um tempo médio de espera inferior a 1 minuto (00:00:36), reforçando o compromisso da CARRIS em proporcionar uma experiência de atendimento eficiente e célere. O tempo de atendimento médio foi na ordem dos 00:02:42.

Em termos de temas, a evolução do volume de chamadas neste canal acaba por acompanhar os restantes canais de contacto com o cliente, ou seja, tem o seu momento de pico no período de 26 do mês x-1 até ao dia 5 do mês x, coincidente com o período da venda e, todos os projetos lançados pela empresa que tenham impacto no fluxo de compra/carregamento, novas modalidades de perfil, novas tipologias de gratuitidade ou outros temas similares acabam por representar também eles momentos de pico.

Gráfico 4 – Chamadas no Centro de Atendimento ao Cliente



### 4.3.7. Rede de Vendas

A 31 de dezembro de 2024, a Rede de Vendas da CARRIS era composta da seguinte forma:



Tabela 11 – Composição da Rede de Vendas

	<b>2024</b>
Lojas CARRIS	3
Quiosques CARRIS	4
Concessionários CARRIS	8
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>

O foco da rede de vendas concentrou-se no aumento de capacidade dos locais de venda, com aumento do portefólio de serviços disponíveis por local e, aposta na formação dos recursos humanos a ela afetos, resultante quer dos novos modelos de gratuidade implementados, quer do surgimento dos novos canais digitais para carregamento/pagamento de viagens. Em 2024, a atividade de vendas centrou-se na implementação dos novos modelos e na aprendizagem com os mesmos, sendo que a rede de vendas físicas focou-se cada vez mais nas funções de pré e pós-venda, como ferramenta de captação e fidelização de clientes para o sistema de transportes.

Em 2024, foram atendidos nas Lojas CARRIS um total de 109.142 clientes distribuídos da seguinte forma: 55.641 clientes na Loja do Arco Cego, 32.251 clientes na Loja de Santo Amaro e 21.250 clientes na Loja de Cidadão do Saldanha.

De ressaltar a disponibilidade e a capacidade de adaptação às necessidades dos clientes com o alargamento do horário de funcionamento ao fim de semana e feriados da rede de vendas própria, com vista a dar resposta ao acréscimo de procura verificado como resultado do alargamento dos modelos de gratuidade.

Ao nível da produção de cartões, foram produzidos 75.949 cartões navegante personalizados, incluindo pedidos em prazo normal (10 dias úteis), urgentes (24 horas) e 15 minutos, na rede de Lojas e Quiosques da CARRIS, designadamente:

- 39.727 na Loja do Arco Cego,
- 18.698 na Loja de Santo Amaro,
- 12.408 na Loja de Cidadão do Saldanha
- 5.116 na rede de Quiosques do Colégio Militar, Lumiar, Campo Pequeno e Cais do Sodré.

No âmbito da estratégia de melhoria contínua e, tendo em vista o ajuste às necessidades do cliente, foi alargado o portefólio de serviços na rede de Quiosques, nomeadamente:

- Disponibilizada a capacidade de atualização da totalidade de perfis existentes, na rede de Quiosques CARRIS;
- Alargada a possibilidade de pedido de produção de cartões navegante em 15 minutos no último trimestre do ano, gerando um total de pedidos urgentes (que configuram os 24 horas e os 15 minutos) de 3.622 nos 4 locais (representa um acréscimo superior a 26%).

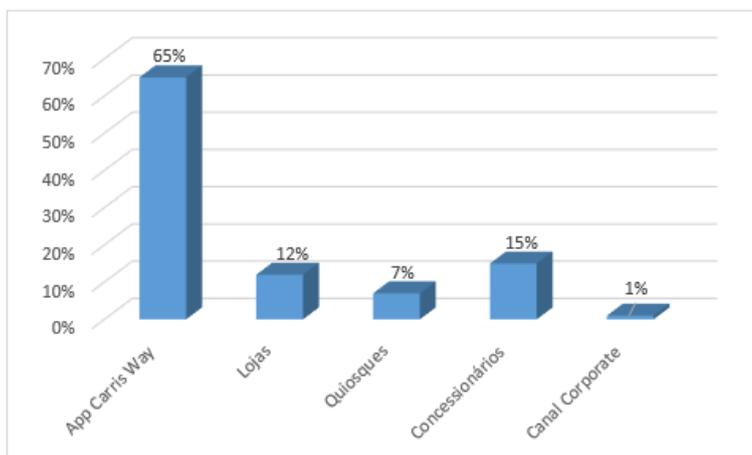
Em adicional à rede de vendas física, importa ressaltar, neste âmbito, o lançamento de um novo canal de vendas digital, a app CARRIS Way, lançada em março. Este foi definitivamente um passo importante



na estratégia de modernização digital da empresa e, um marco no sector de transportes, no âmbito da aquisição de títulos de transporte frequentes.

A *app* encontra-se disponível para *smartphones* com sistema Android e iOS, que tenham tecnologia NFC compatível, e permite a leitura e o carregamento de títulos de transporte (passes ou *zapping*) no cartão navegante personalizado e, veio revolucionar quer a forma como os clientes se distribuem nos canais de compra de títulos, como é visível no gráfico abaixo, que demonstra que este canal já representa 65% das vendas.

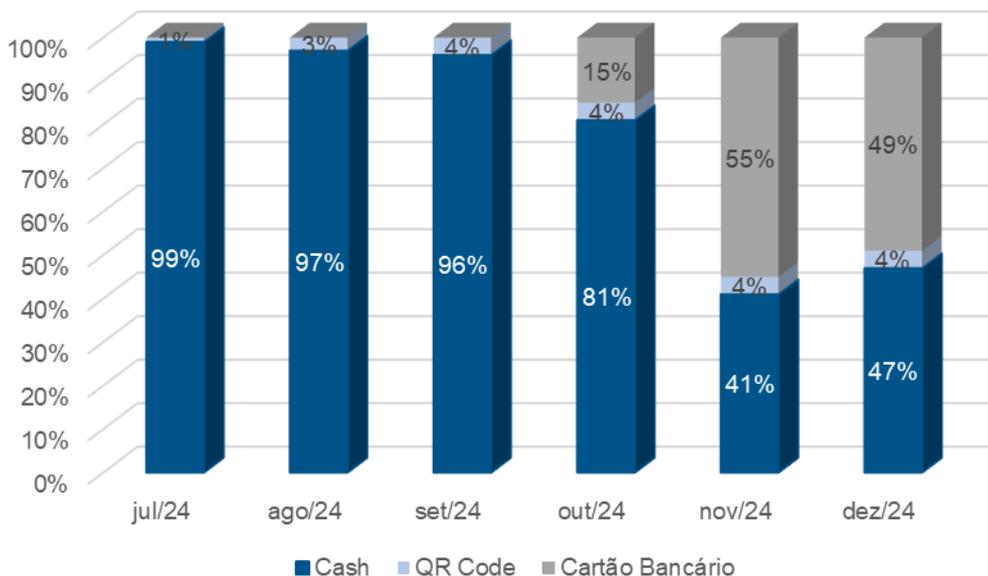
Gráfico 5 – Vendas por rede de vendas



Esta aposta da digitalização dos modos de pagamento veio alterar a forma como os clientes se distribuem nos diferentes canais disponíveis. Relativamente aos passageiros com tarifa de bordo, pode ser verificado no gráfico abaixo a evolução da quota, desde julho até dezembro:



Gráfico 6 – Distribuição da quota de clientes de tarifa de bordo por modo de pagamento



#### 4.4. Segurança de Exploração

A CARRIS manteve o foco na Segurança de Exploração (*Safety*), em particular, na sua componente rodoviária, através da implementação do seu plano “Estratégia de Segurança Rodoviária Zero-30”, e do desenvolvimento do seu Sistema de Gestão de Segurança Rodoviária (SGSR), criando assim as condições necessárias para a melhoria contínua dos indicadores de sinistralidade, bem como a redução dos respetivos impactos, seja ao nível das consequências humanas e materiais, seja ao nível da qualidade do serviço público prestado.

A CARRIS executou as medidas previstas no Plano Anual de Segurança de Exploração, com particular ênfase na temática da segurança rodoviária. Foi igualmente mantida a análise e o tratamento de dados das ocorrências, de acidentes e de incidentes, averiguando as respetivas causas e circunstâncias, e propondo medidas mitigadoras dos impactos negativos dos mesmos. Adicionalmente ao tratamento que já era realizado, iniciou-se, em 2023, a análise detalhada das reclamações recebidas, com impacto direto na Segurança Rodoviária, o que possibilita a identificação de comportamentos de risco rodoviário, os quais, por via da formação e da sensibilização, poderão ser corrigidos e irão promover a realização de um serviço público mais seguro. Em 2024 este trabalho foi prosseguido, sendo as análises e conclusões, caso a caso, comunicadas à Área Operacional, para que promovam a melhoria do desempenho dos tripulantes identificados, em particular, nas reclamações, que envolvam temáticas de maior risco.

Tal como previsto no plano estratégico referido, de forma a aumentar a segurança de exploração, são realizadas visitas técnicas a veículos de serviço público, em ambos os modos, podendo ser realizadas em serviço (contexto real de exploração), ou em parque (nas estações). Nas visitas técnicas em serviço,

para além das condições técnicas do veículo, são observados aspetos relacionados com o perfil do percurso e do comportamento/atitude do tripulante, que possam elevar o risco de acidente, ou de incidente, incluindo os riscos relacionados com a vertente de “*security*”. No caso de visitas técnicas a viaturas em parque, observa-se o estado de conservação do material circulante. Os resultados destas visitas técnicas são comunicados, caso a caso, às áreas da empresa que têm a responsabilidade de agir sobre os aspetos negativos detetados, designadamente ao nível das áreas da manutenção e da operação. De referir que este tipo de visitas técnicas tem como objetivo anual a verificação de todos os veículos, que constituem a frota de serviço público, correspondendo a uma das medidas incluídas no plano de segurança da empresa. Neste domínio, durante 2024, foram realizadas 516 visitas técnicas a veículos de serviço público (460 a autocarros e 56 a elétricos sobre carril).

Ao longo do ano de 2024, foram desenvolvidos esforços no sentido de melhorar as condições de Segurança dos clientes e dos trabalhadores da CARRIS.

Assim, manteve os índices de acompanhamento da manutenção de equipamentos de primeira intervenção no combate a incêndios das instalações e da frota de serviço público. No final de 2024, a CARRIS dispunha de 3970 equipamentos que necessitam de verificação anual com obrigatoriedade de apresentação de evidências de âmbito legal.

Foi também garantida a manutenção do sistema de videovigilância embarcada, na frota de serviço público, com uma cobertura de frota de 79%, estando 76% do modo Autocarro e 100% modo Elétrico cobertos por sistemas desta natureza. Foi garantida a preservação de imagens do sistema CCTV, que são disponibilizadas às Autoridades Policiais e Judiciais, por sua solicitação, com entrega por protocolo. A taxa de sucesso de preservação de imagens foi de 73%.

Foi desenvolvido o acompanhamento do serviço de Vigilância Humana nas instalações da CARRIS. Em 2024 foi controlado o acesso de 548.686 pessoas e veículos às instalações da CARRIS.

O reforço da ligação com as Forças de Segurança e de Socorro foi também uma preocupação que se traduziu na presença de operacionais dos Bombeiros / RSB em várias visitas às instalações e em exercícios / simulacros, levados a efeito na CARRIS. Tiveram lugar exercícios de treino e simulacros nas Estações da Pontinha, da Alta de Lisboa e no Elevador de Sta. Justa.

Relativamente à ligação com a PSP destaca-se o apoio nas ações de formação da componente de Técnicas de Intervenção Policial desta Força de Segurança (nomeadamente do módulo de Ordem Pública – Atuação em transportes públicos), e em ações de partilha de conhecimento sobre o funcionamento dos veículos em uso na frota de serviço público e a interligação das suas potencialidades com as necessidades concretas para o desenrolar de ações de intervenção policial.

Salienta-se a participação no Grupo de Trabalho sobre Atos de Vandalismo em Infraestruturas e Bens Públicos, envolvendo representantes de vários Operadores de Transportes Públicos da Área metropolitana de Lisboa.

As principais atividades desenvolvidas no âmbito da segurança e vigilância ao longo do ano de 2024 foram as seguintes:

- Aprofundamento dos contatos/ligações com Forças de Segurança e de Socorro, nomeadamente com Bombeiros (RSB e Bombeiros Voluntários) e com a PSP;

- Desenvolvimento do processo de adjudicação do serviço de Vigilância Humana – Segurança Privada e controlo de acessos, em Complexos/Estações, bem como nos ascensores da Glória, Lavra e Bica;
- Atualização/melhoria da configuração/parametrização do Sistema de Segurança (no domínio do *Security*);
- Implementação do serviço de manutenção de cancelas/baias em Portarias;
- Gestão do serviço de controlo de acessos e de Vigilância Humana nos Complexos e Estações, bem como nos ascensores da Glória, Lavra e Bica;
- Manutenção e acerto de parametrizações do sistema videovigilância - CCTV das instalações fixas;
- Desenvolvimento do processo de adjudicação da manutenção de equipamentos de primeira intervenção/Segurança Contra Incêndios – SCIE;
- Manutenção dos equipamentos de primeira intervenção/Segurança Contra Incêndios – em instalações fixas e na Frota;
- Preparação do processo de adjudicação do serviço de centralização da alarmística e manutenção de Centrais de Detecção de Incêndios;
- Atualização das Medidas de Autoproteção, nos Complexos/Estações e elevador de Sta. Justa;
- Realização de exercícios/simulacros, no âmbito do cumprimento da legislação SCIE, na Pontinha, Alta de Lisboa, Sta. Justa e Cabo Ruivo, antecedidos de ações de sensibilização a colaboradores (em ligação com a DCH);
- Manutenção do sistema videovigilância embarcada na frota de serviço público;
- Preparação de processo para instalação de sistema de videovigilância nos novos segmentos de frota de autocarros em serviço público;
- Garantia da preservação de imagens do sistema CCTV, quando solicitado pelas Autoridades Policiais e Judiciais e sua entrega mediante protocolo;
- Participação no Grupo de Trabalho sobre Atos de Vandalismo em Infraestruturas e Bens Públicos, envolvendo representantes de vários Operadores de Transportes Públicos. Durante o período em apreço foi também reforçado o acompanhamento das ocorrências de exploração no âmbito do vandalismo e segurança (*Security*), garantindo a articulação com as forças de segurança, em particular com a PSP, nos casos em que tais ocorrências pudessem contribuir para o aumento do risco de acidente, com o objetivo de tornar o transporte público mais seguro para os clientes, tripulantes e material circulante.

## 4.5.Frota de Serviço Público

### 4.5.1. Situação Geral

No decorrer do ano de 2024, a CARRIS prosseguiu o processo de renovação da sua frota, com a aquisição de veículos mais modernos, confortáveis e com maior eficiência energética, sejam carros elétricos, sejam autocarros.

Deu-se por concluída a receção dos 15 novos carros elétricos articulados, tendo entrado ao serviço os últimos 3 remanescentes. Estes elétricos vieram reforçar a oferta da linha 15E, sendo mais modernos, mais silenciosos e com maior capacidade (220 passageiros) do que os elétricos articulados de que a CARRIS já dispunha.

Assim, no final de 2024, a CARRIS estava dotada de um total de 22 carros elétricos articulados, a que se juntam 38 carros elétricos históricos que diariamente realizam os serviços nas colinas de Lisboa.

No que respeita à frota de autocarros, no final de 2024 a CARRIS aumentou o seu número de veículos disponíveis face ao ano anterior, dispondo de 777 veículos, repartidos pelas diversas tipologias, sendo 69 minis, 57 médios, 534 *standard*, 112 articulados e 5 veículos específicos para o serviço especial para passageiros com mobilidade reduzida (PMR), utilizando diversas fontes energéticas, de forma a criar resiliência num contexto de instabilidade do mercado energético, permitindo oferecer ao cliente uma frota com maior conforto, mais fiável, e com menor impacto ambiental para a Cidade.

Tabela 12 – Frota de Serviço Público

Ano	31.12.2023	31.12.2024
<b>Autocarros</b>	734	777
Standard	504	492
Standard Elétricos*	16	42
Minis	60	69
Médios	57	57
Articulados	92	112
Serviço Especial - Passageiros Mobilidade Reduzida	5	5
<b>Elétricos</b>	55	60
Remodelados	38	38
Articulados	17	22
<b>Ascensores + Elevador</b>	8	8
<b>Total</b>	<b>797</b>	<b>845</b>

\* O número total de autocarros Standard elétricos no final de 2024 era de 45, sendo que 3 apenas entraram ao serviço no início de 2025

Em 2024, foram recebidos 33 novos autocarros, sendo 14 mini elétricos (os primeiros autocarros elétricos desta tipologia adquiridos pela CARRIS) e 19 *standard* elétricos (no âmbito de um processo de aquisição de 30 autocarros elétricos desta tipologia, 10 dos quais tinham sido recebidos em 2023), o que

permitiu oferecer ao cliente uma frota cada vez mais sofisticada e com menos impacto ambiental para a Cidade. Foi também este ano que entraram ao serviço os 24 novos articulados a gás natural comprimido (GNC), recebidos no final de 2023, e que permitiram aumentar a capacidade e conforto dos passageiros em carreiras de elevada procura.

Durante o ano de 2024 foi também contratada a aquisição de 75 novos autocarros *standard* GNC. Esta aquisição vem contribuir para o processo de renovação da frota em curso para tecnologias mais amigas do ambiente, na medida em que permitirá continuar a substituir segmentos de autocarros *standard* a gasóleo com uma idade avançada, e cuja receção e entrada ao serviço será concretizada a partir do 2.º semestre de 2025.

A idade média da frota de autocarros situou-se nos 11 anos, no final de 2024, sendo que se prevê reduzir este valor através do abate de autocarros mais antigos e poluidores, à medida que se vão substituindo por autocarros novos, de forma gradual, de modo a não reduzir o nível de oferta de autocarros para serviço público.

A CARRIS, num esforço contínuo de obtenção de apoios através de fundos europeus para investimentos na frota, viu aprovada a sua candidatura ao Programa “Sustentável 2030” para o financiamento dos 15 novos elétricos articulados, bem como ao apoio à aquisição de veículos limpos para o transporte coletivo de passageiros, como resposta ao objetivo da «Descarbonização dos Transportes Públicos», ao abrigo do «Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)», que permitiu adquirir de forma cofinanciada um conjunto de 19 autocarros *standard* elétricos e 14 mini autocarros elétricos, no decorrer do ano de 2024.

### 4.5.2. Manutenção da Frota de Autocarros

No decurso do ano de 2024, a CARRIS desenvolveu a atividade de manutenção e reparação de carroçarias dos veículos da frota de autocarros, através da prestação de serviços internos complementada com recurso a prestações externas, baseadas em contratos de manutenção celebrados para cada um dos 20 segmentos existentes.

Procedeu-se a grandes reparações gerais de carroçaria em alguns segmentos, incidindo em autocarros de tipologia *standard*, em segmentos adquiridos em 2009. Estas grandes reparações foram promovidas por forma a aumentar a vida útil do bem, de forma a manter o bom estado de condição da carroçaria e o conforto dos passageiros por mais anos.

Importa ainda referir que o processo de investimento levado a cabo pela CARRIS, na procura de inovações que melhorem a operação e a manutenção e facilitem o processo de transição energética das frotas de pesados de passageiros, levou a que, no ano 2024, a CARRIS obtivesse a Certificação Energética da Adene MOVE+.



Tabela 13 – Reparções de Carroçaria

Reparções de Carroçaria (n.º)	2023	2024	Var.	
			Abs.	%
Interna	5	20	15	300,0
Externa	14	0	-14	-100,0
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	<b>20</b>	<b>1</b>	<b>5,3</b>

Tabela 14 – Custos de Manutenção da Frota de Autocarros<sup>2</sup>

	2023	2024	Var.	
			Abs.	%
Custo de Manutenção do Modo Autocarro (€)	18 388 357	19 663 820	1 275 463	6,94

#### 4.5.3. Frota de Carros Elétricos

A CARRIS prosseguiu, em 2024, o plano de reparações gerais dos carros elétricos tendo sido reparados 4 elétricos remodelados. Foi ainda efetuada a reparaçãõ intermédia do ascensor da Glória.

Deu-se igualmente continuidade à manutenção corrente dos veículos da frota de elétricos.

Tabela 15 – Custos de Manutenção do Modo Elétrico<sup>3</sup>

	2023	2024	Var.	
			Abs.	%
Custo de Manutenção da Frota de Elétricos/Ascensores/Elevador(€)	3 331 247	3 457 086	125 839	3,78
Custo de Manutenção das Infraestruturas do Modo Elétrico(€)	1 444 833	1 506 659	61 826	4,28

#### 4.6. Infraestruturas de Tração Elétrica

<sup>2</sup> Os custos constantes desta tabela englobam não apenas os relacionados com fornecimentos e serviços externos necessários à manutenção dos autocarros, mas também os custos de estrutura da Direção de Manutenção de Autocarros.

<sup>3</sup> Os custos constantes desta tabela englobam não apenas os relacionados com fornecimentos e serviços externos necessários à manutenção dos elétricos, mas também os custos de estrutura da Direção de Manutenção de Elétricos.



#### 4.6.1. Energia e Rede aérea

Durante o ano de 2024 prosseguiu-se a atividade de manutenção e melhoramento da infraestrutura da rede aérea de forma a manter os níveis de operação e de segurança, tendo sido substituídos 1.949 m de fio de contacto. Mantiveram-se assim os padrões de qualidade do serviço, traduzidos pela disponibilidade da rede aérea, cujo valor atingiu cerca de 100%.

#### 4.6.2. Via-férrea

Para além dos trabalhos desenvolvidos em colaboração com entidades externas, no âmbito das obras da CML, foram executadas regularmente as ações de manutenção da via, com limpeza dos carris e lavagem/lubrificação de todos os aparelhos de via, de modo a garantir as necessárias condições de segurança para circulação dos elétricos.

No que se refere à conservação da via-férrea e seus aparelhos, foram efetuadas as seguintes intervenções, entre outras:

- Renovação de linha – 256,64 m
- Limpeza de agulhas – 5.152 un
- Lubrificação de agulhas – 16.058 un
- Afinação de agulhas – 918 un
- Reparação de agulhas – 47 un
- Limpeza de sumidouros e caixas de visita – 705 un
- Limpeza de canal do carril – 686,54 km
- Reparação de juntas de carril (calos) – 289 un
- Reperfilagem de carril com soldadura/limagem – 142,4 m

Estas ações contribuíram para a manutenção das condições de operacionalidade e de segurança e para o prolongamento da vida útil dos equipamentos desta infraestrutura.

Mantiveram-se os padrões de qualidade do serviço, traduzidos pela disponibilidade da via-férrea, cujo valor atingiu cerca de 100%.

#### 4.6.3. Colaboração com Entidades Externas

A CARRIS tem vindo a colaborar com diversas entidades na renovação e expansão da rede de elétricos, com destaque para a cooperação estreita que existe com a CML neste âmbito. Foi mantido o trabalho de articulação ao nível de projeto e intervenções na via pública para a compatibilização da rede de elétricos com as obras em curso na Cidade, de que é exemplo a intervenção realizada na Av. Almirante Reis no âmbito das obras do Plano Geral de Drenagem.

Paralelamente, foram realizados trabalhos em colaboração com o Metropolitano de Lisboa, no âmbito das obras em curso em Santos e na Av. 24 de Julho, bem como estudos relacionados com futuras obras de expansão da rede do Metro que implicam adaptações temporárias na rede de elétricos da CARRIS.



## 4.7. Novos Projetos Estruturantes

A CARRIS encontra-se a desenvolver novos projetos estruturantes para a Cidade de Lisboa e para a mobilidade em Transportes Públicos, sendo de destacar os seguintes:

### **Cidade Carris**

No ano de 2024 foi consolidada a estratégia de intervenção na Estação de Santo Amaro e criada uma equipa pluridisciplinar que elaborou uma proposta urbanística para os terrenos afetos e que se encontra a desenvolver o Estudo Prévio do alargamento do PMO de Santo Amaro. A missão do projeto configura o desenho e implementação de nova solução urbana para os terrenos de Santo Amaro, garantindo, por um lado, as necessárias condições para o funcionamento do Parque de Material e Oficinas dos elétricos, incorporando o novo Museu da Carris e um centro de inovação, e, por outro, a compatibilização com os objetivos dos instrumentos de gestão territorial vigentes para aquela zona, abrindo este espaço à cidade e integrando-o de forma mais harmoniosa na malha urbana.

### **Extensão do Elétrico 15**

O projeto prevê a constituição de uma linha de elétrico rápido ao longo do arco ribeirinho, estendendo o serviço da Praça de Santa Apolónia até ao Parque Tejo, com o objetivo de garantir mobilidade eficiente neste eixo da cidade de Lisboa, através de uma solução de Transporte Coletivo em Sítio Próprio eficiente, competitiva e atrativa.

Durante o ano de 2024 desenvolveram-se os estudos necessários para avaliar a procura e a viabilidade económico-financeira do projeto, que concluiu pela sua viabilidade, quer ao nível físico, quer económico, representando um passo importante para a melhoria da mobilidade urbana sustentável em Lisboa. Nesse seguimento, iniciou-se a elaboração do Programa Base e de todos os trabalhos necessários para passar à fase de Projeto de Execução em 2025.

### **Linha Ocidental**

O projeto prevê a criação de uma linha de Transporte Coletivo em Sítio Próprio entre os concelhos de Lisboa e Oeiras, conectando-se à Linha Vermelha do Metro de Lisboa no novo interface de Alcântara. A linha será sustentável, eficiente e ajustável à procura. Durante o ano 2024 foi realizado o estudo de procura e de viabilidade económico-financeira, estando agora em preparação os trabalhos tendentes à elaboração do Programa Base e do Projeto de Execução.

## 4.8. Museu da CARRIS

O Museu da CARRIS, inaugurado a 12 de janeiro de 1999, visa preservar o valioso acervo da Empresa e divulgar o seu papel integrante e imprescindível, no desenvolvimento da cidade de Lisboa. Tem vindo, cada vez mais, a marcar presença no panorama museológico nacional, e em especial municipal, através

de uma viagem emocionante no tempo, contando histórias do quotidiano de um povo, que ficam retidas na memória da cidade e dos veículos da CARRIS.

Seguindo a estratégia de crescimento e expansão, no ano de 2024, deu-se continuidade à recuperação de espaços museológicos, tendo o Núcleo 2 do Museu da CARRIS sido submetido a obras de beneficiação na Nave 1 e na Tipografia. Este foi o ano de celebração dos 25 anos do Museu da CARRIS, com uma programação rica e que traduziu a continuidade do seu crescimento em 16% da receita e 18% do número de visitantes.

Para assinalar esta efeméride, a área de Comunicação e Marketing propôs o **rebranding** do logotipo e da imagem do Museu. Para este efeito foram produzidos: um novo logotipo, um selo dos 25 anos do Museu, alguns materiais, como uma nova tela para o exterior do Núcleo 2 e uma campanha de comunicação que foi divulgada nas redes sociais e na frota de elétricos de serviço público, com o slogan “Eles estão aqui”. Foram ainda sorteados 25 cartões dos 25 anos do Museu num *Giveaway* nas Redes Sociais do Museu. Por fim, foi adquirido novo *merchandising* para venda na loja do Museu.

Por ocasião da celebração dos 25 anos do Museu da CARRIS deram-se dois momentos de especial destaque: a celebração do Aniversário, no dia 12 de janeiro, e o Dia Internacional dos Museus.

O Museu da CARRIS manteve o compromisso com o seu propósito social através da **Bolsa de Responsabilidade Social**, tendo recebido visitas de diversas associações, e cerca de 200 visitantes em visitas orientadas gratuitas. Mais apoiou através de ações de sensibilização, o projeto de mobilidade infantojuvenil – Amarelinho.

Em setembro de 2024, o Núcleo 2 do Museu da CARRIS foi o lugar escolhido para celebrar o **152º Aniversário CARRIS**. O dia 18 de setembro foi assinalado através de um almoço, com o objetivo de criar um dia de partilha e confraternização entre trabalhadores da CARRIS. Foi no contexto deste almoço, que decorreu a tradicional Cerimónia Honorária de atribuição de Emblemas de Antiguidade e Boa Condução, onde foram homenageados os colaboradores com mais anos de serviço e os tripulantes com mais horas de condução e sem acidentes. Este ano, numa versão menos institucional e fomentando uma maior proximidade entre Diretores, Conselho de Administração e trabalhadores homenageados.

Ainda, por ocasião do Aniversários da CARRIS e da Semana da Mobilidade, a Estação de Santo Amaro foi, novamente, o ponto de partida para mais uma edição do “**Desfile de Clássicos do Museu da CARRIS**”, com destino a Algés. Uma vez mais, juntaram-se à frota de clássicos da coleção do Museu três elétricos temáticos da CARRISTUR. Este ano, como elemento surpresa, o Autocarro nº 76, de 1967, integrou o Desfile, após uma intensa remodelação dos chassis e de toda a carroçaria. Na zona de acolhimento e embarque dos passageiros ocorreram dois momentos musicais da Banda da CARRIS. O Desfile contou com a participação de, aproximadamente, 700 pessoas.

Também inscrita na vertente da Responsabilidade Social, o Museu promove a ação do **Elétrico de Natal** da CARRIS que se realiza desde 1980. Esta ação é, especialmente, dedicada a grupos escolares e contemplou a encenação de um conto clássico de Natal e uma atividade criativa no interior do elétrico, realizada por monitores do Serviço Educativo do Museu da CARRIS. Em 2024, o valor do donativo correspondeu a 2,5€ por criança, sendo o total do valor entregue diretamente a uma associação. No ano em que a CARRIS celebrou 152 anos de história, o Elétrico de Natal mobilizou cerca de 2160 crianças no âmbito escolar, num total de 3750 pessoas que aderiram a esta ação.



O Museu da CARRIS continuou ainda a apostar na programação do **Serviço Educativo** para os vários públicos – crianças, jovens, escolas, famílias, seniores e pessoas com necessidades específicas, procurando consciencializar o público para a existência da coleção e do património da CARRIS, bem como realçar a sua importância na evolução da morfologia da cidade, do desenvolvimento tecnológico e na sua história. Este foi um ano de consolidação e fidelização de públicos, registando, novamente, um crescimento, na ordem dos 17%. Mantendo disponível um leque de visitas orientadas, jogos e temáticas e oficinas didáticas vocacionadas para o público escolar e grupos informais provindos de associações ou, até mesmo empresas, bem como para o público-geral com enfoque nas famílias. Dentro deste âmbito manteve-se a oferta e a forte adesão às festas de aniversário no Museu. Os blocos de dias ou semanas de oficinas sazonais no contexto de férias letivas, nomeadamente, as Oficinas de Férias de Verão recuperaram, relativamente aos anos mais fracos resultantes da Pandemia.

De grande importância para a divulgação do Museu da CARRIS junto da comunidade escolar foi a realização do evento Desafios d'Arte. Contabilizaram-se 1300 trabalhos elegíveis a concurso. Este evento, que reúne professores e alunos de todo o país, contou com a presença de 350 pessoas, representando os 1.º, 2.º, 3.º ciclos e, este ano, o ensino secundário do segmento público e privado.

No ano de 2024, o Museu da CARRIS realizou todos os projetos que tinha no seu Plano, sobretudo, no que concerne às comemorações dos 25 anos. Promoveu novas iniciativas e cresceu em números de visitantes, mas também nas suas diversas fontes de receita: venda de artigos da Loja, venda de bilhética ao nível do visitante esporádico nacional e estrangeiro. O aluguer de espaços e veículos para eventos e filmagens registaram também uma subida de 63%. Procurou-se manter a estratégia de reabilitação anual de uma das viaturas do espólio e este ano foi concluída a recuperação do Autocarro nº 76. Foram também realizados trabalhos de expurgo de elétricos do Museu e tratamento interior das madeiras.

O Museu manteve-se como palco de eventos internos e externos, sendo um cartão de visita da empresa, saindo, bastas vezes, do seu território e percorrendo as ruas através do material circulante da coleção, visando, simultaneamente, a sua preservação e atividade.

---

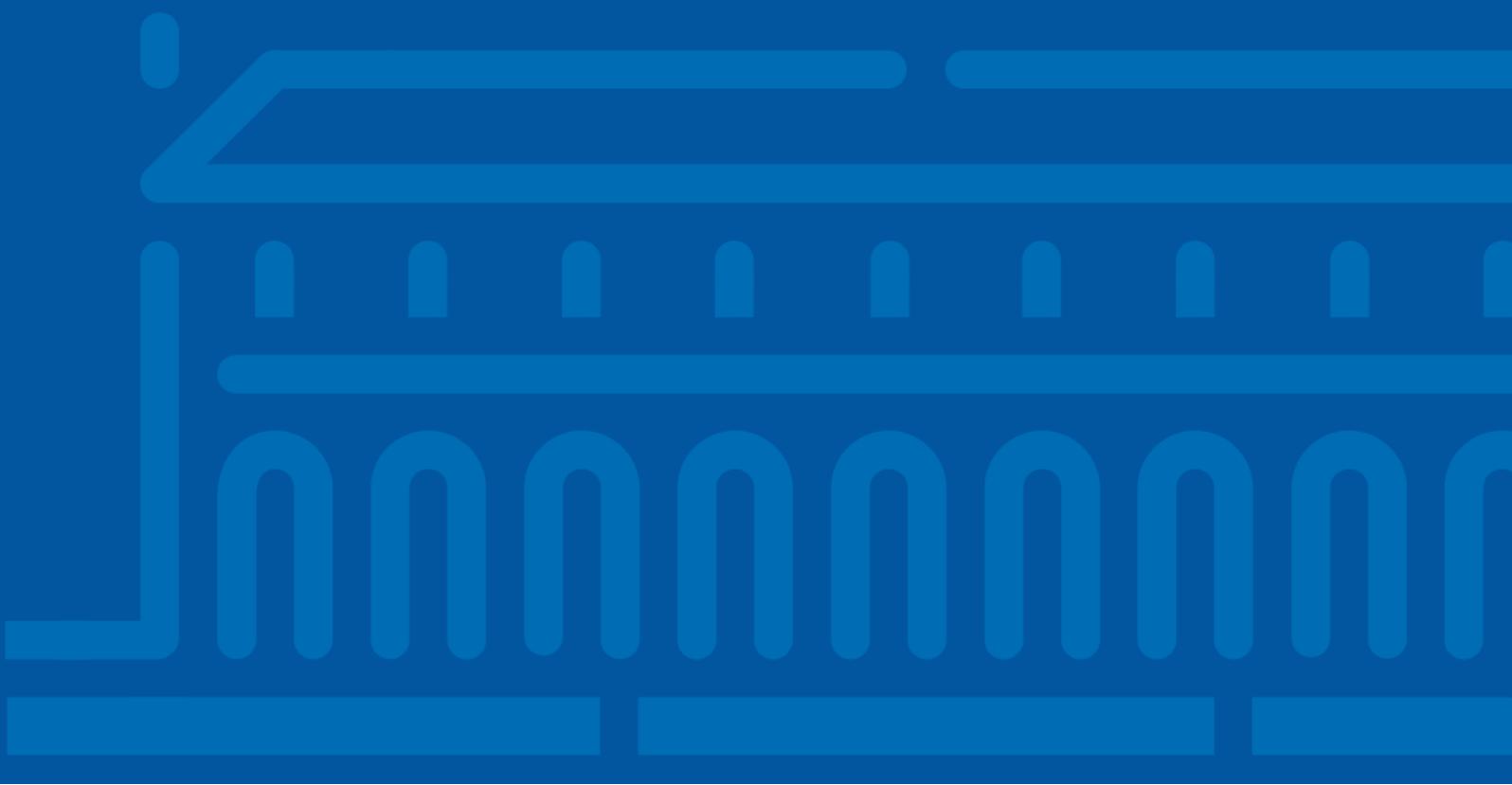
RELATÓRIO  
E CONTAS

2024

---

05

RECURSOS  
HUMANOS





## 5. RECURSOS HUMANOS

O Capital Humano da CARRIS é o ativo principal da empresa: Nesse pressuposto delineou-se um modelo de gestão de competências e de objetivos, que visa alinhar as atividades dos colaboradores aos objetivos estratégicos da Empresa de forma a contribuir para a sustentabilidade da organização.

Em 2024, para garantir o cumprimento do Plano de Oferta e responder às necessidades operacionais e corporativas, a CARRIS, deu continuidade ao reforço do seu quadro de efetivos, com a contratação de 126 colaboradores. Destes, 98 foram admitidos para funções operacionais como Motoristas de Serviço Público e Guarda-Freios, 12 para a área oficial e ainda 16 Técnicos Superiores.

A gestão do Capital Humano passa também pela realização de processos de reconversão profissional para trabalhadores oriundos da área do tráfego (Motoristas de Serviço Público e Guarda-Freios), que ficaram inaptos definitivamente para o desempenho das funções de origem, em virtude da avaliação clínica, por parte da medicina do trabalho, tendo sido concretizadas 11 reconversões no ano em análise.

A atividade do Apoio Social CARRIS focou-se na promoção do bem-estar psicossocial dos colaboradores com foco predominante nos trabalhadores operacionais, tendo-se verificado um crescimento significativo nos acompanhamentos realizados em 2024. A atividade desenvolvida procurou atuar ao nível da prevenção, do acompanhamento individualizado e do reforço da cultura organizacional, sendo realizadas mediante solicitações dos próprios trabalhadores, chefias ou sinalizações médicas.

Essa abordagem integrada reflete o compromisso da CARRIS em valorizar os seus colaboradores, promovendo uma gestão sustentável e alinhada aos desafios estratégicos da Empresa.

Tabela 16 – Apoio Psicossocial

Ano	2023	2024
Tripulantes	79	113
Outros trabalhadores	12	29
<b>Total de acompanhamentos</b>	<b>91</b>	<b>142</b>

### 5.1. Evolução do Efetivo

No ano de 2024, o Efetivo Global da CARRIS, registou uma redução de 1,4%. Pese embora o volume de saídas registado no período tenha sido menor ao do ano anterior, as admissões de trabalhadores não compensaram suficientemente o volume de saídas.

No entanto, em 2024 foi possível contar com mais trabalhadores ao serviço (1,57%), o que concorreu para dar resposta ao previsto no Plano de Atividades e Orçamento 2024.



Tabela 17 – Efetivo CARRIS a 31 de dezembro

	<b>Ano</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
Efetivo Global		2 541	2 505
Tripulantes		1 849	1 823
Quadros Superiores		160	160
Outros		532	522

## 5.2. Política Salarial

No ano em análise, o processo de negociação coletiva envolveu todos os sindicatos signatários dos Acordos de Empresa (AE1). Este processo resultou numa revisão global dos referidos Acordos, acordada com todas as Organizações Sindicais. Desta revisão resultaram avanços significativos na valorização dos índices salariais, reforçando assim o compromisso da Empresa com a melhoria das condições remuneratórias e a promoção de relações laborais equilibradas e sustentáveis.

## 5.3. Formação

Em alinhamento com os pilares estratégicos da CARRIS, a gestão do capital humano, procurou desenvolver projetos formativos que concorressem para a otimização da eficiência dos processos. Nesse sentido, o Plano de Formação integrou quatro dimensões:

- Formação Técnica: visando capacitar os trabalhadores com competências essenciais para o exercício da função, quer ao nível da formação inicial, quer no que respeita à formação contínua;
- Formação Comportamental: com foco na melhoria da comunicação, trabalho em equipa e relações interpessoais;
- Formação em Segurança e Ambiente: reforçando a responsabilidade organizacional e individual em segurança no trabalho, rodoviária e práticas ambientais;
- Formação em Ferramentas Tecnológicas: promovendo a aquisição de competências digitais aplicáveis à função.

O Plano de Formação materializou-se em projetos de formação contínua e inicial, abrangendo candidatos às funções de Tripulante - Motorista de Serviço Público (MSP) e Guarda-Freio (GF). No total, foram realizadas 72.575 horas de formação, das quais 32% correspondem à formação contínua e 68% à formação inicial, refletindo o compromisso da CARRIS com o desenvolvimento das competências dos seus colaboradores e a sustentabilidade organizacional.



Tabela 18 – Formação

Ano	2024
Horas	72 575
Participantes	3 577
<b>Taxa de Formação (%)</b>	<b>16,0</b>

## 5.4. Indicadores de Prestação do Trabalho

### 5.4.1. Taxa de Absentismo

Em 2024, as ausências ao serviço, registaram um ligeiro crescimento, de cerca de 1,2 p.p., conforme tabela seguinte:

Tabela 19 – Absentismo em sentido lato

Ano	2023	2024
Horas	471 283	525 022
<b>Taxa de Absentismo Global</b>	<b>10,4%</b>	<b>11,6%</b>

À semelhança dos anos anteriores, as ausências por doença continuam a ser o principal fator a contribuir para o absentismo, verificando-se um crescimento marginal deste indicador (em 2024 verificaram-se também alguns períodos de Greve com natural impacto neste indicador).

Tabela 20 – Absentismo detalhado

Ano	2024
Doença	6,96%
Acidentes de Trabalho	0,9%
Faltas Injustificadas	0,2%
Faltas Justificadas	3,0%
<b>Taxa de Absentismo Global</b>	<b>11,6%</b>

### 5.4.2. Trabalho Suplementar

Em 2024, manteve-se, na área do tráfego, a tendência de crescimento do volume do recurso a trabalho suplementar.

Tabela 21 – Trabalho suplementar

Ano	2023	2024
Horas (10 <sup>3</sup> )	332,0	385,0
Custo (10 <sup>3</sup> €uros)	4 296	5 848
<b>Taxa de Trabalho Suplementar</b>	<b>7,6%</b>	<b>8,8%</b>

### 5.4.3. Segurança e Saúde no Trabalho (SST)

No ano de 2024 a CARRIS manteve uma abordagem integrada e proativa na gestão da Saúde e Segurança no Trabalho (SST), com foco no acompanhamento de proximidade aos trabalhadores expostos a maiores riscos associados a patologias ou condições do posto de trabalho. Foram realizadas visitas técnicas aos locais de trabalho, visando identificar e mitigar riscos bem como a promoção de um ambiente laboral seguro.

No âmbito da medicina curativa, além das consultas de clínica geral, a CARRIS facultou internamente consultas de especialidades de urologia e psiquiatria. Complementarmente foram realizados rastreios preventivos para patologias como cancro da próstata, diabetes e hipertensão arterial (HTA). Com o apoio da especialidade de psiquiatria foi possível manter consultas de cessação tabágica.

A atividade médica foi reforçada por protocolos estabelecidos com entidades externas abrangendo consultas de especialidade e tratamentos de fisioterapia. Adicionalmente, foi mantida a oferta de consultas e tratamentos de osteopatia que continuaram a apresentar elevada procura por parte dos colaboradores, bem como as consultas na área de nutrição.

Para promover a sustentabilidade organizacional, foi iniciado o projeto de certificação do Sistema de Gestão de SST (ISO 45001:2023), com a contratação de serviços especializados para apoiar a preparação do projeto.

Dando cumprimento à legislação no âmbito da Prevenção e Controlo da Legionella (Lei n.º 52/2018 de 20 de agosto, Portaria n.º 25/2021 de 29 de janeiro), o Plano de Prevenção e Controlo da Legionella Carris, teve continuidade, alargando-se a todas as instalações da Companhia, incluindo ainda, a realização regular de análises laboratoriais e respetiva análise dos resultados.

Já ao nível das atividades de Segurança no Trabalho, em 2024 foi realizada a avaliação da exposição aos riscos profissionais, a conformidade legal e a promoção de uma cultura de segurança sendo de destacar a realização de auditorias às condições de trabalho e avaliações técnicas.



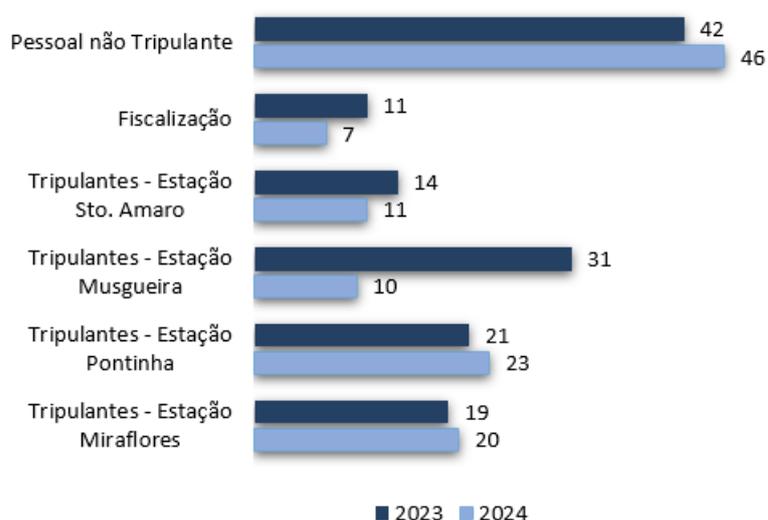
Em cumprimento das exigências legais foi desenvolvido o “Inquérito de Consulta aos Trabalhadores em matéria de SST”, cujos resultados foram analisados estatisticamente e divulgados internamente.

Foi possível dar continuidade à prestação de apoio e de serviços à participada CARRISBUS, no que respeita à Saúde e Segurança no Trabalho consolidando uma abordagem integrada na gestão destas dimensões críticas.

#### 5.4.4. Sinistralidade Laboral

Em 2024, no âmbito da Sinistralidade Laboral, registou-se uma redução dos acidentes de trabalho de 15% em comparação com o ano anterior. 55% dos acidentes envolveram tripulantes, refletindo a predominância desta categoria profissional no universo de colaboradores da CARRIS.

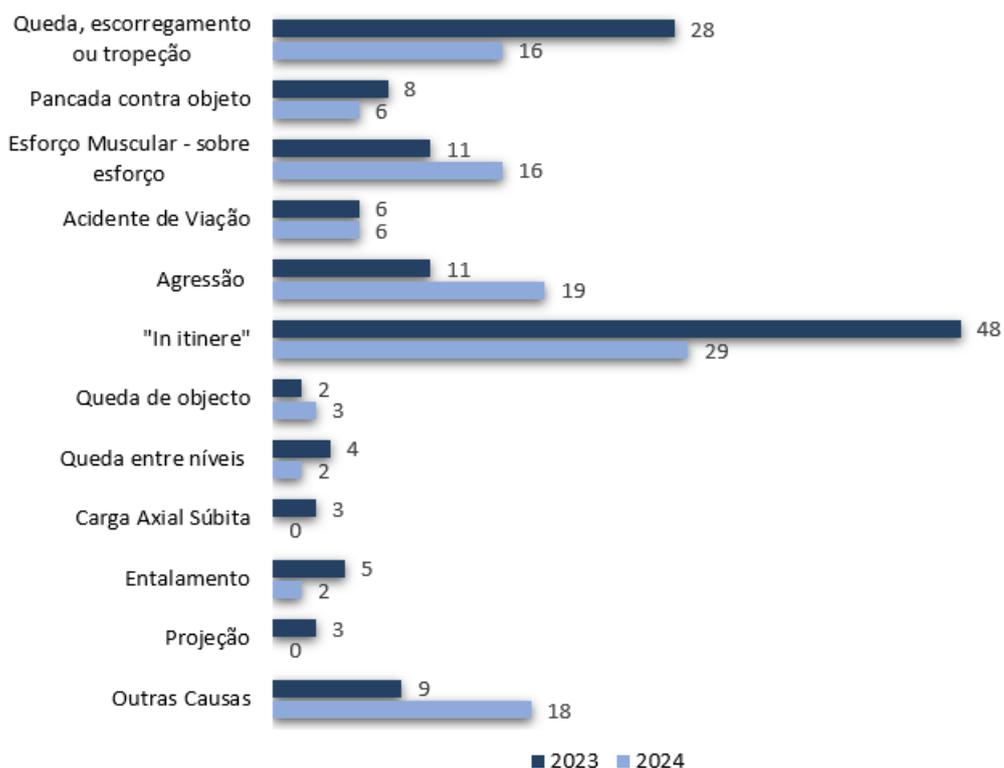
Gráfico 7 - Número de Acidentes de Trabalho por Áreas Funcionais



Em 2024, os acidentes "in itinere", totalizaram 26%, o que traduz um decréscimo de 40% face a 2023.



Gráfico 8 – Tipologia dos Acidentes de Trabalho



### 5.4.5. Saúde

A assistência clínica efetuada nos serviços de saúde internos da CARRIS abrange a Medicina Curativa, Consultas de Especialidade, Medicina do Trabalho e Serviços de Enfermagem.

Tabela 22 – Número de consultas realizadas, por tipo

Ano	2023	2024
Consultas Medicina Curativa	4 985	4 885
Consultas de Especialidades	1 220	1 082
Medicina no Trabalho - Trabalhadores	2 579	3 217
Medicina no Trabalho - Candidatos	310	283
<b>Total de consultas</b>	<b>9 094</b>	<b>9 467</b>

Em 2024, no âmbito da atividade clínica e de Medicina do Trabalho CARRIS, realizaram-se 9.467 consultas, o que representa um aumento de 4% face ao ano anterior, refletindo o compromisso da Empresa com a promoção da saúde e bem-estar dos seus colaboradores.

Importa realçar que se verificou um aumento significativo no número de consultas realizadas no âmbito da Medicina do Trabalho para trabalhadores, passando-se de 2.579 em 2023 para 3.217 em 2024, evidenciando um reforço das ações preventivas e de monitorização da saúde ocupacional.

Este balanço demonstra o esforço da CARRIS em assegurar um acompanhamento médico abrangente tanto na vertente curativa como preventiva, promovendo a saúde dos seus colaboradores e alinhando as suas práticas com os princípios de sustentabilidade e bem-estar organizacional.

### 5.4.6. Comunicação interna

Ao longo do ano 2024, foram promovidas várias ações no âmbito da Comunicação Interna.

Para além de alguns desenvolvimentos e melhorias registados no portal *MyCarris* (a plataforma interna que reúne o acesso a diversas aplicações e aos conteúdos informativos da Empresa), foi implementada uma cadência mais frequente de publicações de notícias e novidades.

Adicionalmente, foi disponibilizado neste portal um calendário com as principais iniciativas e ações da Empresa bem como uma caixa de sugestões, onde os colaboradores podem transmitir as suas ideias e fazê-las chegar às áreas respetivas.

A par destas melhorias foi implementado um novo canal de divulgação mais próximo de todos através da plataforma *WhatsApp*. Desta forma as novidades partilhadas no portal *MyCarris* são ainda enviadas por mensagem, aos colaboradores, e de forma segmentada por função e Estação. Através deste processo consegue-se criar fluxos de comunicação baseados no interesse de cada destinatário.

O grande objetivo das iniciativas de Comunicação Interna passa por envolver e potenciar a proximidade entre os colaboradores, as áreas e as direções da CARRIS e dar a conhecer em primeira mão as principais novidades da Empresa.

---

RELATÓRIO  
E CONTAS

2024

---

06

ANÁLISE  
ECONÓMICA E  
FINANCEIRA





## 6. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

### 6.1. Conjuntura económica 2024 e cenário 2025-2027

Em 2024, a economia portuguesa deverá ter registado um crescimento de 1,7%, de acordo com as previsões do Banco de Portugal<sup>4</sup>, sustentado sobretudo no consumo privado, que cresceu 3%. Para o triénio 2025-2027, as projeções do Banco de Portugal apontam para taxas de crescimento superiores, estimadas em 2,2% nos primeiros dois anos, e suportadas num aumento significativo do investimento.

Refira-se, igualmente, alguma desaceleração das taxas de crescimento do sector do turismo comparativamente com os anos anteriores, traduzindo a normalização dos fluxos pós-pandemia. Ainda assim, na zona da Grande Lisboa, as dormidas cresceram 3,7%<sup>5</sup>, com impacto positivo na procura do transporte público.

As projeções do Banco de Portugal apontam, adicionalmente, uma taxa de desemprego baixa e estável, no intervalo de 6,3 – 6,4%, com uma desaceleração progressiva do crescimento do emprego no período em análise (2025-2027), acompanhando a tendência de envelhecimento da população em idade ativa.

A inflação em 2024 foi de 2,4% (fonte: INE), prevendo-se que continue uma trajetória descendente, devendo fixar-se em valores próximos de 2% no período em análise, mantendo-se a pressão sobre o preço dos serviços superiores às dos bens. Esta tendência resulta da evolução dos custos do trabalho no mercado interno, que deverá normalizar-se progressivamente nos próximos anos. O Banco de Portugal prevê um crescimento dos preços dos serviços a uma taxa (4,4%) menor que nos anos anteriores, mas, ainda assim, superior ao crescimento do preço dos bens, refletindo a sua maior dependência das condições do mercado interno, em particular da evolução dos custos do trabalho.

A realidade atual do mercado laboral – baixa taxa de desemprego associada a uma pressão elevada dos custos salariais – comporta dificuldades acrescidas considerando as necessidades de recrutamento e renovação do quadro para resposta a uma crescente procura de transporte público.

No exercício de 2024, a CARRIS continuou a executar o seu plano estratégico de investir no aumento e modernização da frota de serviço público, apostando na sua progressiva descarbonização, para aumentar e melhorar a oferta de transporte público, disponibilizando uma solução de mobilidade que responde, de forma eficiente e ambientalmente responsável, às necessidades de mobilidade na cidade de Lisboa. Em síntese, destacam-se os principais vetores do desempenho económico e financeiro no período em apreço:

- Aumento expressivo do investimento no reforço e modernização da frota de serviço público;
- Recuperação dos rendimentos de serviço público;
- Redução dos gastos com recursos energéticos, refletindo a progressiva diminuição da dependência do gasóleo.

---

<sup>4</sup> Fonte: Boletim Económico — dezembro 2024

<sup>5</sup> Fonte: INE, dezembro de 2024 – Estatísticas rápidas

## 6.2. Análise de resultados da empresa

Tabela 23 – Demonstração de Resultados (10<sup>3</sup>€)

RENDIMENTOS E GASTOS	2023 (Reexpresso)	2024	Var.	
			Abs.	%
Vendas e Prestações de Serviços	121 630	124 296	2 666	2,2
Prestação de Serviço Público	120 010	122 869	2 858	2,4
Vendas e Prestação de Serviços - Outros	1 620	1 427	-192	-11,9
Compensações Serviço Público	30 792	30 570	-221	-0,7
Trabalhos para a própria entidade	276	239	-37	-13,5
Outros rendimentos	15 573	20 243	4 670	30,0
<b>Rendimentos Operacionais</b>	<b>168 271</b>	<b>175 348</b>	<b>7 077</b>	<b>4,2</b>
Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas	-17 632	-16 768	865	-4,9
Fornecimentos e Serviços Externos	-38 490	-41 770	-3 281	8,5
Gastos com Pessoal	-88 714	-94 017	-5 303	6,0
Outros gastos	-769	-791	-22	2,9
<b>Gastos Operacionais</b>	<b>-145 605</b>	<b>-153 346</b>	<b>-7 740,9</b>	<b>5,3</b>
<b>Resultado Operacional da Atividade Transporte (EBITDA)</b>	<b>22 666</b>	<b>22 002</b>	<b>-663,6</b>	<b>-3</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-19 963	-21 940	-1 977	9,9
Indemnizações por rescisão	-250	-50	200	-80,0
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/re'	16	55	39	241,7
Aplicação do Método Equivalência Patrimonial	1 550	967	-583	-37,6
Provisões (aumentos/reduções)	675	-942	-1 617	-239,6
Diferenças de câmbio	0	0	0	
<b>Resultado Operacional</b>	<b>4 693</b>	<b>92</b>	<b>-4 602</b>	<b>-98,1</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	972	582	-390	-40,1
Juros e gastos similares suportados	0	0	0	-100,0
<b>Resultado financeiro</b>	<b>972</b>	<b>582</b>	<b>-390</b>	<b>-40,1</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>5 666</b>	<b>674</b>	<b>-4 992</b>	<b>-88,1</b>
Imposto sobre o rendimento	-2 264	-123	2 141	-94,6
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>3 401</b>	<b>551</b>	<b>-2 851</b>	<b>-83,8</b>

## 6.2.1. Resultado Líquido

O Resultado Líquido registado em 2024 ascendeu a 0,6 milhões de euros, representando um decréscimo de 2,9 milhões de euros, relativamente ao resultado reexpresso de 2023.

Para esta variação, concorrem essencialmente os seguintes fatores:

- I. Pela positiva, o aumento dos Rendimentos Operacionais, com particular destaque para a rubrica de Vendas e Prestações de Serviços e Outros Rendimentos;
- II. Pela negativa, o acréscimo dos Gastos Operacionais, relevando os Gastos com Pessoal, Fornecimento e Serviços Externos, Provisões e Depreciações.



### 6.2.2. Resultado operacional da atividade de transportes (EBITDA)

O EBITDA da atividade de transporte em 2024 ascendeu a 22 milhões de euros, registando um decréscimo de 0,7 milhões de euros (3%) relativamente ao montante reexpresso do exercício anterior.

Para este resultado concorreram os seguintes fatores essenciais:

- i. Os Rendimentos Operacionais aumentaram 7,1 milhões de euros, devido ao crescimento dos Rendimentos de Serviço Público (2,7 milhões euros) e da Rubrica Outros Rendimentos. Em 2024, a Empresa alterou a política de reconhecimento das compensações de serviço público, passando a considerar na rubrica “Outros rendimentos” a quota correspondente ao financiamento dos ativos fixos. Em consequência, procedeu-se à reexpressão dos valores contabilizados, resultando num aumento significativo do valor dos “Outros Rendimentos” nos exercícios de 2023 e 2024;
- ii. Os Gastos Operacionais aumentaram 5,3% (7,7 milhões de euros), devido ao crescimento dos Gastos com Pessoal (6%) e dos Fornecimentos e Serviços Externos (8,5%);
- iii. Os Gastos com Pessoal registaram um crescimento de 5,3 milhões de euros. Os principais motivos para esta variação são os seguintes: atualizações salariais, incluindo os resultados dos processos de avaliação de desempenho; o pagamento de valores resultante da alteração, por decisão judicial e orientação jurisprudencial, da fórmula de cálculo do valor das férias e subsídio de férias, e o aumento do trabalho extraordinário para garantir o cumprimento do plano de oferta;
- iv. Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos aumentaram 3,3 milhões de euros, essencialmente devido ao acréscimo dos gastos com manutenção e conservação (1 milhão de euros), seguros (cerca de 1 milhão de euros), eletricidade (702 mil euros) e gás natural (328 mil euros), em linha com a progressiva descarbonização da frota de serviço público.

### 6.2.3. Resultado operacional

O Resultado Operacional, no valor de 92 mil euros, regista uma significativa redução de 4,6 milhões de euros relativamente ao resultado (reexpresso) apurado em 2023. Para além do contributo dos fatores já mencionados nos pontos anteriores, destacam-se:

- i. O aumento, em 2 milhões de euros, dos gastos com Depreciações/Amortizações, decorrente do investimento realizado;
- ii. Aumento das provisões em 1,6 milhões de euros, para fazer face ao acréscimo estimado com responsabilidades futuras relacionadas com processos judiciais em curso;
- iii. O reconhecimento, pelo método da equivalência patrimonial, dos resultados positivos da participada CARRISTUR, no valor de 967 mil euros, o que representa uma variação negativa de 583 mil euros face a 2023.



#### 6.2.4. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro reflete essencialmente os juros obtidos com a aplicação dos excedentes de tesouraria em Certificados Especiais de Dívida Pública de Curto Prazo (CEDIC) junto do IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública.

### 6.3.Estrutura Patrimonial

Apresenta-se uma análise das principais variações nas rubricas do balanço face ao período homólogo.

Tabela 24 – Variação do Património (10<sup>3</sup>€)

Ano	2023	2024	Var.	
			Abs.	%
<b>Ativo</b>				
Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis	156 457	164 606	8 149	5,2
Participações e Outros Ativos Financeiros	8 328	9 199	871	10,5
Ativos por impostos diferidos	451		-451	-100,0
<b>Ativo Não Corrente</b>	<b>165 236</b>	<b>173 805</b>	<b>8 569</b>	<b>5,2</b>
Ativo Corrente - Inventários	2 148	4 705	2 558	119,1
Ativo Corrente - Valores a Receber	17 992	23 591	5 600	31,1
Ativo Corrente - Disponibilidades	58 007	44 620	-13 388	-23,1
<b>Ativo Corrente</b>	<b>78 147</b>	<b>72 916</b>	<b>-5 230</b>	<b>-6,7</b>
<b>Total</b>	<b>243 383</b>	<b>246 722</b>	<b>3 339</b>	<b>1,4</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>				
Capital Próprio	117 637	151 466	33 828	28,8
Provisões	4 836	5 778	942	19,5
Passivo não Corrente (Outro)	34 551	36 921	2 370	6,9
<b>Passivo Não Corrente</b>	<b>39 387</b>	<b>42 699</b>	<b>3 312</b>	<b>8,4</b>
Passivo Corrente	86 358	52 556	-33 802	-39,1
<b>Total</b>	<b>243 383</b>	<b>246 722</b>	<b>3 339</b>	<b>1,4</b>

#### 6.3.1. Ativo

Em 2024, a CARRIS aumentou o seu Ativo em 3,3 milhões de euros, destacando-se as seguintes variações mais relevantes:

##### Ativo não corrente

O aumento do Ativo Não Corrente, em 9 milhões de euros, em 2024, resulta fundamentalmente do:

- I. Aumento dos Ativos Fixos Tangíveis, em cerca de 8,5 milhões de euros, em resultado do investimento realizado até 30 de dezembro;
- II. Aumento das Participações financeiras, em cerca de 1 milhão de euros, decorrente da aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados da participada CARRISTUR.

### **Ativo Corrente**

Para a diminuição do Ativo corrente, em 2024, em aproximadamente 5,2 milhões de euros, contribuem essencialmente as seguintes rubricas:

- i. O aumento dos inventários, em 2,6 milhões de euros, em resultado da integração da atividade da CARRISBUS na CARRIS;
- ii. A redução dos valores a receber de Clientes em 1,4 milhões de euros, com especial destaque para a diminuição dos saldos da TML e CARRISTUR;
- iii. Aumento dos Outros Créditos a Receber em 7 milhões de euros, decorrente do reconhecimento de subsídios tarifários a receber;
- iv. A redução das disponibilidades em 13,4 milhões de euros, essencialmente para pagamento do investimento realizado e da atividade operacional da empresa.

### **6.3.2. Capital Próprio**

O Capital Próprio da empresa sofreu uma variação de 34 milhões de euros, face a 2023, em resultado, essencialmente, dos seguintes factos:

- i. A variação positiva dos Resultados Transitados, no valor de 2,9 milhões de euros, decorre do efeito combinado, com sinais contrários, da transferência para Resultados Transitados do Resultado Líquido apurado em 2023 e dos Excedentes de Revalorização realizados (ambas com efeito positivo), bem como do reconhecimento das perdas atuariais, decorrentes da avaliação das responsabilidades da CARRIS com benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos, em 31 de dezembro de 2024 (com efeito negativo);
- ii. Variação negativa do Resultado Líquido do período, face a 31/12/2023, de 2,9 milhões de euros;
- iii. Aumento dos Excedentes de Revalorização em 2,9 milhões de euros em resultado da avaliação de edifícios propriedade da CARRIS;
- iv. Variação positiva da rubrica Ajustamentos / Outras Variações no Capital Próprio de 31 milhões de euros, em resultado da imputação, como rendimento do exercício, numa base sistemática e durante a vida útil do ativo, dos subsídios ao investimento recebidos, na proporção em que são reconhecidas as respetivas depreciações/amortizações dos ativos subsidiados.

### **6.3.3. Passivo**

Em 2024, o Passivo regista uma redução de 31 milhões de euros, face ao exercício de 2023 reexpresso, que decorre dos seguintes fatores principais:

#### **Passivo Não corrente**

Para o aumento do Passivo Não Corrente, em 2024, em aproximadamente 3,3 milhões de euros, contribuem essencialmente as seguintes rubricas:

- i. Aumento das provisões em 0,9 milhão de euros para fazer face a contingências e responsabilidades futuras, nomeadamente as decorrentes de processos judiciais em curso;
- ii. Acréscimo das Responsabilidades por Benefícios Pós-emprego em 2,2 milhões de euros.

### Passivo Corrente

Para a diminuição do Passivo Corrente, em 2024, em aproximadamente 34 milhões de euros, contribuem essencialmente as seguintes rubricas:

- i. A redução da dívida a Fornecedores em 16,7 milhões euros;
- ii. A redução de Outras Dívidas a Pagar no montante de 16,1 milhões de euros, correspondente aos pagamentos por conta das compensações de serviço público pagas em 2023 e reconhecidas como rendimentos em 2024.

## 6.4. Investimento Realizado

Em 2024, foi realizado um investimento de cerca de 26 milhões de euros, sendo de salientar:

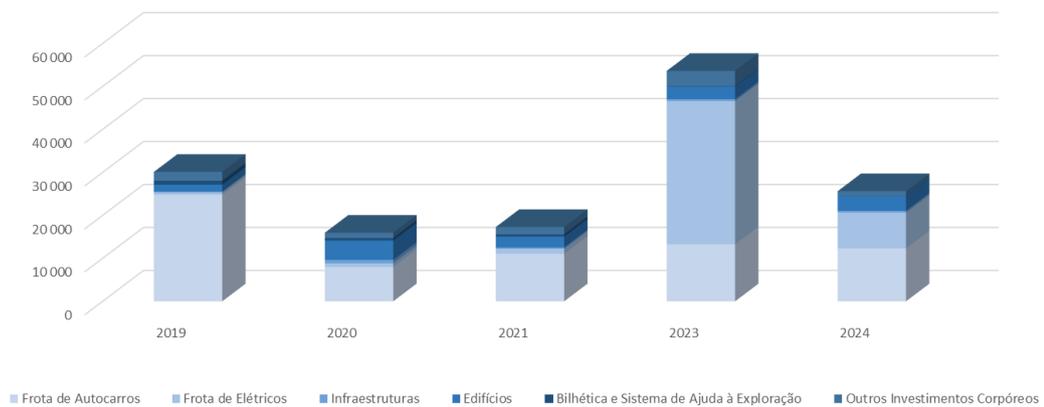
- A conclusão do processo de aquisição dos novos elétricos articulados com a entrega dos últimos 3 veículos, no valor de 8 milhões de euros;
- A aquisição de 14 autocarros mini elétricos e 19 autocarros *standard* elétricos, no valor total de 12 milhões de euros;
- Obras de melhoria nas instalações da Empresa, tendo em vista a adaptação às necessidades operacionais e administrativas da mesma e a melhoria das condições de trabalho, no valor de 3,4 milhões de euros;
- Grandes reparações na infraestrutura e frota de serviço público, no valor de 0,9 milhões de euros.

Tabela 25 – Investimentos (10<sup>3</sup>€)

Ano	2023	2024
<b>Frota de Autocarros</b>	<b>13 281</b>	<b>12 321</b>
Aquisições	13 118	12 046
Grandes Reparações	90	200
Outros	73	75
<b>Frota de Elétricos</b>	<b>33 329</b>	<b>8 324</b>
Aquisições	32 291	8 073
Grandes Reparações	840	147
Outros	198	105
<b>Infraestruturas</b>	<b>418</b>	<b>423</b>
Grandes Reparações de Linha e Rede Aérea	229	191
Outros	190	233
<b>Edifícios</b>	<b>3 025</b>	<b>3 428</b>
<b>Bilhética e Sistema de Ajuda à Exploração</b>	<b>73</b>	<b>25</b>
<b>Outros Investimentos Corpóreos</b>	<b>3 493</b>	<b>1 105</b>
<b>Total Investimentos não Financeiros</b>	<b>53 618</b>	<b>25 627</b>
<b>Investimentos Financeiros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>53 618</b>	<b>25 627</b>

O gráfico seguinte mostra a evolução do investimento total e por tipo de ativo nos últimos 5 anos, correspondendo a um considerável esforço financeiro da Empresa.

Gráfico 9 – Evolução Investimento (10<sup>3</sup>€)



O programa de renovação e aumento da frota de viaturas do serviço público irá manter-se nos próximos anos conforme previsto no Plano de Atividades e Orçamento 2025-2028 aprovado pelo acionista.

### 6.5. Fluxos Financeiros

As atividades operacionais geraram fluxos de caixa negativos, no valor de 15,4 milhões de euros, representando uma redução de 25 milhões de euros face ao ano transato.

Em virtude da alteração da política contabilística de reconhecimento das compensações de serviço público, o valor apurado é repartido entre a atividade operacional e o investimento, de acordo com a respetiva realização.

As disponibilidades no final do exercício apresentam um decréscimo, face ao ano anterior, de 13 milhões euros.

Tabela 26 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (10<sup>3</sup>€)

Ano	2023	2024
Fluxo das Atividades Operacionais	9 722	-15 415
Recebimentos	164 904	151 383
Pagamentos	155 182	166 798
Fluxo das Atividades de Investimento	-18 874	2 027
Recebimentos	19 145	50 411
Pagamentos	38 019	48 384
Fluxo das Atividades de Financiamento	0	0
Recebimentos	0	
Pagamentos	0	
<b>Varição de Caixa e seus equivalentes</b>	<b>-9 152</b>	<b>-13 388</b>

## 6.6. Prazo Médio de Pagamentos

Desde 2017 que a CARRIS vem monitorizando a evolução do indicador Prazo Médio de Pagamentos (PMP) implementando um conjunto de procedimentos internos para garantir o cumprimento atempado dos prazos contratualizados.

Com referência a 31 de dezembro de 2024 o indicador PMP trimestral, calculado mensalmente nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, apresentou o valor de 45 dias, conforme tabela seguinte:

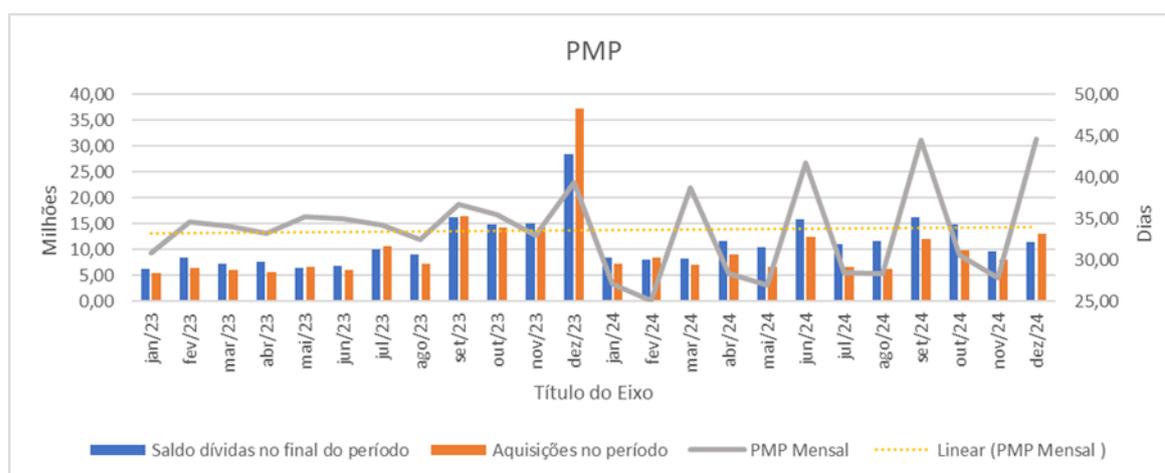
Tabela 27 – Prazo Médio de Pagamentos Trimestral

PMP	2023	2024	Var.	
			Abs.	%
Janeiro	31	27	-4	-12
Fevereiro	35	25	-10	-28
Março	34	39	5	14
Abril	33	28	-5	-15
Mai	35	27	-8	-24
Junho	35	42	7	19
Julho	34	28	-6	-17
Agosto	32	28	-4	-13
Setembro	37	45	8	21
Outubro	35	31	-5	-14
Novembro	33	28	-5	-16
Dezembro	39	45	5	13
<b>Média do PMP trimestral(dias)</b>	<b>35</b>	<b>33</b>	<b>-2</b>	<b>-5</b>

Conforme é possível verificar, o valor do indicador PMP, calculado nos termos dos diplomas referidos, apresenta oscilações conforme os meses em que se verifica maior volume de aquisições e que, por conseguinte, apresentam saldos em dívida mais expressivos.

O gráfico seguinte mostra a evolução mensal deste indicador, que apresenta “picos” trimestrais, correspondentes aos meses passados em que se registaram aquisições de maior valor. Em termos médios, o PMP em 2024 situou-se nos 33 dias, que comparam com 35 dias em 2023.

Gráfico 10 – Evolução Mensal PMP trimestral



Importa ainda referir que, em termos gerais, os saldos em dívida pela CARRIS a 31 de dezembro de 2024, se encontravam dentro dos prazos de pagamento acordados, correspondendo a faturação recebida em dezembro cujo prazo de pagamento ainda não se encontrava vencido.

---

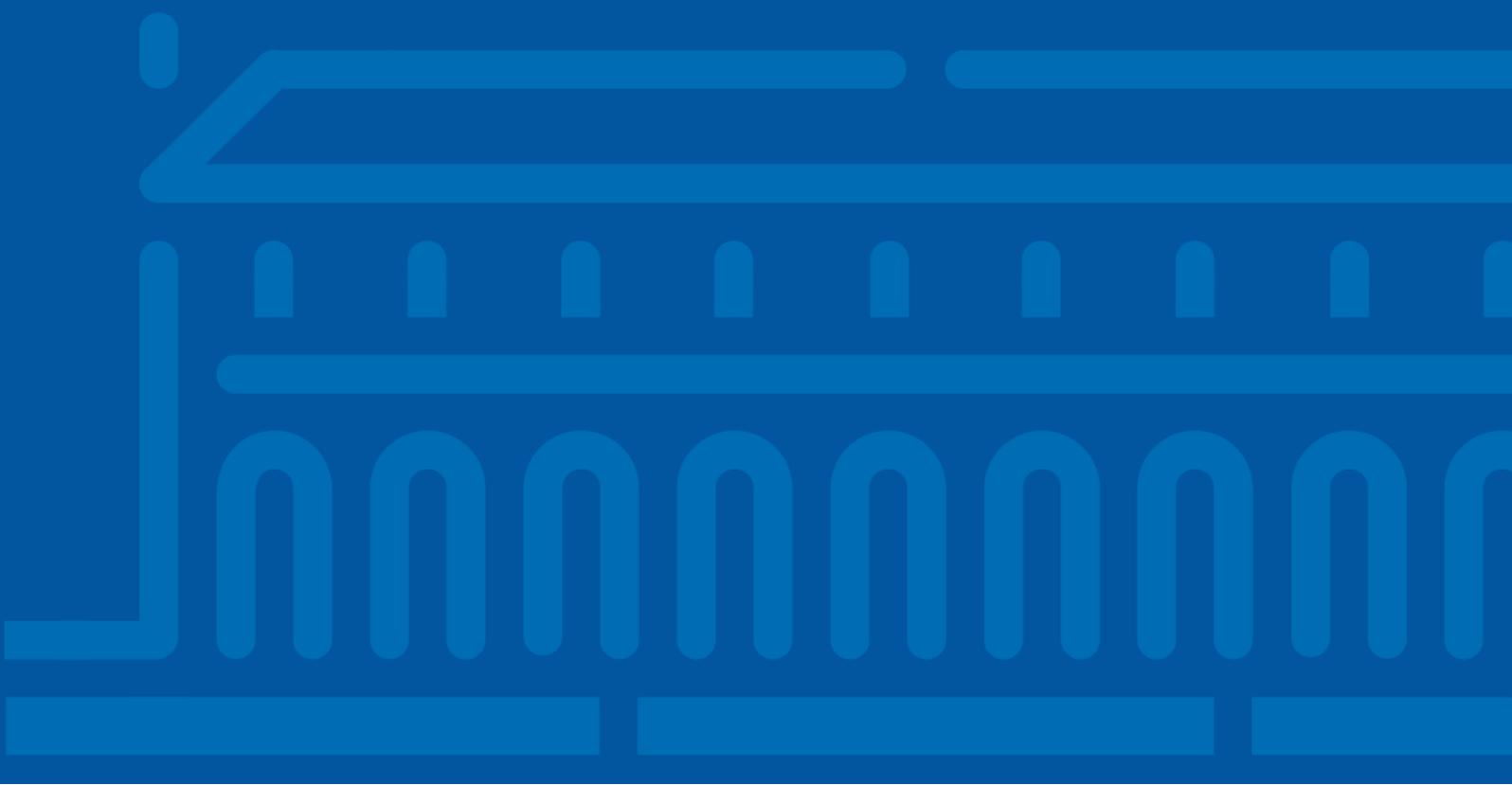
RELATÓRIO  
E CONTAS

2024

---

07

GOVERNO  
SOCIETÁRIO





## 7. GOVERNO SOCIETÁRIO

De acordo com os Princípios de Bom Governo e no âmbito da aplicação do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas estão obrigadas a apresentar, anualmente, um relatório autónomo de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo Capítulo II do referido Decreto-Lei, sob epígrafe “Princípios de Governo Societário”.

Neste contexto, a CARRIS, em cumprimento do disposto no artigo 54.º do referido diploma, elabora um relatório autónomo de Governo Societário referente ao ano de 2024, disponível para consulta no site da Empresa.

---

RELATÓRIO  
E CONTAS

2024

---

08

PROPOSTA  
DE APLICAÇÃO  
DE RESULTADOS





## 8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em cumprimento do disposto na alínea f), do número 5, do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício, no valor de **550.515,91€**, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados, em conformidade com o disposto no número 2 do artigo 29.º dos Estatutos da CARRIS.

---

RELATÓRIO  
E CONTAS

2024

---

**DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
E ANEXO**

carris 

# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO**

**Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA**  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2024	31-12-2023 [reexpresso]
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	163 534 396,51	155 064 272,61
Ativos intangíveis	8	1 071 577,11	1 392 987,37
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	7 735 205,34	6 767 962,01
Outros investimentos financeiros	11	1 463 870,91	1 559 860,86
Ativos por impostos diferidos	10	-	451 055,70
		<b>173 805 049,87</b>	<b>165 236 138,55</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	12	4 705 439,96	2 147 792,02
Clientes	13	1 961 148,70	3 384 418,94
Estado e outros entes públicos	17	4 716 573,25	4 662 556,54
Outros créditos a receber	13	16 913 671,48	9 944 612,95
Caixa e depósitos bancários	5	44 619 635,52	58 007 432,35
		<b>72 916 468,91</b>	<b>78 146 812,80</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>246 721 518,78</b>	<b>243 382 951,35</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	14	78 674 000,00	78 674 000,00
Resultados transitados	2.3, 14	(81 903 068,94)	(84 819 866,96)
Excedentes de revalorização	14	43 749 357,58	40 827 051,32
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	2.3, 14	110 395 090,40	79 554 845,78
		<b>150 915 379,04</b>	<b>114 236 030,14</b>
Resultado líquido do período		<b>550 515,91</b>	<b>3 401 419,97</b>
<b>Total do capital próprio</b>		<b>151 465 894,95</b>	<b>117 637 450,11</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	15	5 778 196,35	4 835 953,90
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	26 447 765,47	24 215 031,53
Passivos por impostos diferidos	2.3,10	10 473 249,33	10 336 379,49
		<b>42 699 211,15</b>	<b>39 387 364,92</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	16	11 803 981,44	28 549 345,91
Estado e outros entes públicos	17	1 895 934,69	3 019 466,23
Outras dívidas a pagar	2,3,16	37 600 665,74	53 670 248,91
Diferimentos	18	1 255 830,81	1 119 075,27
		<b>52 556 412,68</b>	<b>86 358 136,32</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>95 255 623,83</b>	<b>125 745 501,24</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>246 721 518,78</b>	<b>243 382 951,35</b>

O Anexo faz parte integrante do Balanço em 31 de dezembro de 2024

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

**Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023 [reexpresso]
Vendas e serviços prestados	20	124 295 509,65	121 629 801,79
Subsídios à exploração	2.3, 20, 28	30 570 357,32	30 791 692,93
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	967 243,33	1 550 022,12
Trabalhos para a própria entidade		239 231,78	276 410,16
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(16 767 568,17)	(17 632 431,28)
Fornecimentos e serviços externos	21	(41 770 391,97)	(38 489 609,28)
Gastos com o pessoal	22	(94 067 012,87)	(88 963 654,90)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	-	(37 562,20)
Provisões (aumentos/reduções)	15	(942 242,45)	675 470,52
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		54 666,71	15 619,55
Outros rendimentos	2.3,24	20 242 869,46	15 572 732,87
Outros gastos	25	(790 974,82)	(731 770,41)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>22 031 687,97</b>	<b>24 656 721,87</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	23	(21 940 185,90)	(19 963 099,58)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>91 502,07</b>	<b>4 693 622,29</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	26	582 000,83	972 325,30
Juros e gastos similares suportados	26	-	(42,98)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>673 502,90</b>	<b>5 665 904,61</b>
Imposto sobre o rendimento do período	2.3,10	(122 986,99)	(2 264 484,64)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>550 515,91</b>	<b>3 401 419,97</b>

O Anexo faz parte integrante da Demonstração dos Resultados por Naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2024

**O Conselho de Administração**

**O Contabilista Certificado**

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

**Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2024	2023 (reexpresso)
Vendas e serviços prestados		154 056 367,62	151 461 605,75
Custo das vendas e dos serviços prestados		(144 714 938,75)	(137 842 059,94)
<b>Resultado bruto</b>		<b>9 341 428,87</b>	<b>13 619 545,81</b>
Outros rendimentos		23 737 209,94	21 117 552,61
Gastos de distribuição		(7 009 663,97)	(6 946 401,66)
Gastos administrativos		(14 534 699,24)	(13 400 605,51)
Outros gastos		(11 442 773,53)	(9 696 468,96)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>91 502,07</b>	<b>4 693 622,29</b>
Gastos de financiamento (líquidos)		582 000,83	972 282,32
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>673 502,90</b>	<b>5 665 904,61</b>
Imposto sobre o rendimento do período		(122 986,99)	(2 264 484,64)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>550 515,91</b>	<b>3 401 419,97</b>

O Anexo faz parte integrante da Demonstração dos Resultados por Funções do período findo em 31 de dezembro de 2024

**O Conselho de Administração**

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Vice-Presidentes: Dr.<sup>a</sup> Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.<sup>a</sup> Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal não executivo: Arq.<sup>o</sup> Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

**O Contabilista Certificado**

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

**Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA**

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**

**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Montantes expressos em euros)

Rubricas	Notas	2024	2023 (reexpresso)
<b><u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u></b>			
<b>Recebimentos de clientes</b>		93 143 622,70	85 009 616,22
Compensações e outros subsídios:			
Compensações tarifárias		45 635 250,32	41 572 991,95
Compensações de Serviço Público (NT)		-	28 475 013,59
Outros subsídios		1 687 395,12	1 654 063,97
<b>Pagamentos a fornecedores</b>		(72 903 059,60)	(69 624 212,68)
<b>Pagamentos ao pessoal</b>		(90 535 503,15)	(85 557 555,25)
Caixa gerada pelas operações		(22 972 294,61)	1 529 917,80
<b>Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento</b>		(3 359 650,34)	1 371 347,17
<b>Outros recebimentos/pagamentos</b>		10 917 116,11	6 820 891,06
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(15 414 828,84)	9 722 156,03
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u></b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(48 584 745,32)	(37 223 639,02)
Ativos intangíveis		200 422,35	(795 558,15)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos financeiros		137 096,05	33 454,12
Subsídios ao investimento COSP		22 393 643,18	17 728 802,15
Subsídios ao investimento Outros		27 185 009,90	517 073,82
Juros e rendimentos similares		691 662,27	862 334,99
Dividendos		3 943,58	3 653,65
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		2 027 032,01	(18 873 878,44)
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u></b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Juros e gastos similares		-	(42,98)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-	(42,98)
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>		(13 387 796,83)	(9 151 765,39)
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	5	58 007 432,35	67 159 197,74
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	5	44 619 635,52	58 007 432,35

O Anexo faz parte integrante da Demonstração dos Resultados por Naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2024

**O Conselho de Administração**

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

**O Contabilista Certificado**

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

**Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EIM, SA**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2024**

DESCRIÇÃO	Notas	(Montantes expressos em euros)					
		Capital subscrito	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024 [Reexpresso]</b>	14	78 674 000,00	(84 819 866,96)	40 827 051,32	79 554 845,78	3 401 419,97	117 637 450,11
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Excedentes de revalorização	6, 14		1 495 142,07	4 554 318,17 (1 495 142,07)			4 554 318,17
Realização de excedentes de revalorização	14				17 615 117,61		17 615 117,61
Subsídios e doações	14				11 675 104,89		11 675 104,89
Subsídios - COSP NT							
Ajustamentos por ganhos e perdas atuariais	19		(84 064,37)	(136 869,84)			(84 064,37)
Ajustamentos por impostos diferidos	10		(345 677,53)				(84 064,37)
Aplicação dos resultados de 2023	14		3 401 419,97				(482 547,37)
Resultados não atribuídos	9		(1 550 022,12)		1 550 022,12	(3 401 419,97)	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>			2 916 798,02	2 922 306,26	30 840 244,62	(3 401 419,97)	33 277 928,93
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>						550 515,91	550 515,91
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024</b>		78 674 000,00	(81 903 068,94)	43 749 357,58	110 395 090,40	550 515,91	151 465 894,95

O Anexo faz parte integrante da Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em 31 de dezembro de 2024

O Conselho de Administração

Presidente: Dr. Pedro Gonçalves de Brito Aleixo Bogas

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

O Contabilista Certificado

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

**Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EIM, SA**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2023 [REEXPRESSO]**

DESCRIÇÃO	Notas	Capital subscrito	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	(Montantes expressos em euros)	
						Resultado líquido do período	Total do capital próprio
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023</b>	14	78 674 000,00	(83 249 403,78)	40 955 330,04	71 615 102,21	3 066 905,78	111 061 934,25
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Excedentes de revalorização	6, 14			1 202 083,58			1 202 083,58
Realização de excedentes de revalorização	14		1 153 756,95	(1 153 756,95)			-
Subsídios e doações	14				351 799,44		351 799,44
Subsídios - COSP NT					5 703 670,97		5 703 670,97
Ajustamentos por ganhos e perdas atuariais	19		(3 589 936,90)				(3 589 936,90)
Ajustamentos por impostos diferidos	10		(316 915,85)	(176 605,35)			(493 521,20)
Aplicação dos resultados de 2022	14		3 066 905,78			(3 066 905,78)	-
Resultados não atribuídos	9		(1 884 273,16)		1 884 273,16		-
		-	(1 570 463,18)	(128 278,72)	7 939 743,57	(3 066 905,78)	3 174 095,89
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>						3 401 419,97	3 401 419,97
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>						6 575 515,86	6 575 515,86
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023</b>		78 674 000,00	(84 819 866,96)	40 827 051,32	79 554 845,78	3 401 419,97	117 637 450,11

O Anexo faz parte integrante da Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em 31 de dezembro de 2023

O Conselho de Administração

Presidente: Dr. Pedro Gonçalves de Brito Aleixo Bogas

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

O Contabilista Certificado

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo



*Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.*

**Anexo às demonstrações financeiras**

**em 31 de dezembro de 2024**

**1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

A «Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.» (adiante abreviadamente designada por CARRIS, Empresa ou Sociedade) é uma sociedade anónima de capitais públicos, constituída em setembro de 1872, com sede social na Rua 1.º de Maio, n.º 103, em Lisboa. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços relativos ao transporte público coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa, por meio de autocarros, carros elétricos, ascensores mecânicos e um elevador, conforme o contrato de concessão celebrado com o Município de Lisboa, em 14 de novembro de 2017, nos termos conjugados da Segunda Alteração ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Superfície de Passageiros outorgado pelo Estado Português à CARRIS, em 31 de dezembro de 1973, e do Aditamento à Segunda Alteração ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Superfície de Passageiros, assinado em 20 de setembro de 2018.

Em 30 de dezembro de 2016 foi publicado o Decreto-Lei n.º 86-D/2016, que determinou a transferência da posição contratual detida pelo Estado no contrato de concessão de serviço público celebrado com a CARRIS, e a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social da CARRIS, do Estado para o Município de Lisboa, com efeitos a 1 de fevereiro de 2017. Enquanto empresa municipal, a CARRIS é enquadrada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e posteriores alterações a este diploma legal, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local.

A CARRIS é uma empresa municipal que integra o Grupo Município de Lisboa, seu acionista único. Nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, a CARRIS encontra-se dispensada de preparar e divulgar contas consolidadas, por ser ela própria uma subsidiária e integrar as demonstrações financeiras da Câmara Municipal de Lisboa.

As demonstrações financeiras anexas refletem as contas individuais da Empresa, sendo apresentadas em euros. Foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 28 de fevereiro de 2025. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelo Acionista em Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.



## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e posteriores alterações.

### 2.2 Derrogação das disposições do SNC

Com exceção dos aspetos referidos nos parágrafos seguintes, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, não foram efetuadas outras derrogações às disposições previstas no SNC.

O contrato celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa (CML) tem, na sua redação, características que resultam no seu enquadramento no âmbito de aplicação da IFRIC 12. Contudo, é entendimento do Conselho de Administração e dos assessores jurídicos da Carris que a substância do contrato, traduzida na intenção das partes aquando da celebração do mesmo, é a de um contrato de prestação de serviço público.

Adicionalmente, atendendo à referida substância do contrato, revela-se extremamente complexa a operacionalização da aplicação da IFRIC 12. Isto porque:

- (i) Não existe uma delimitação clara dos ativos abrangidos pelo contrato;
- (ii) A Carris não constrói ou produz uma infraestrutura em concreto, essencialmente, adquire equipamentos para a prestação do serviço público;
- (iii) Os fluxos de caixa garantidos pelo mecanismo de Compensação das Obrigações de Serviço Público (COSP) não são claramente identificáveis e determináveis;
- (iv) O prazo do contrato é claramente desajustado face ao período que seria necessário para a recuperação do investimento.

Neste contexto, é entendimento do Conselho de Administração que a aplicação da IFRIC 12 não contribui para a apresentação de informação financeira útil para os utentes das demonstrações financeiras da CARRIS, porquanto não traduz a substância do contrato e implica a assunção de pressupostos e o exercício de julgamentos de elevada subjetividade e de pouco rigor cujo custo excede claramente os benefícios associados.

Desta forma, tendo em consideração o disposto no parágrafo 19 da IAS 1 (aplicação supletiva preconizada pelo ponto 1.4 do anexo ao Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, atendendo à omissão da NCRF 1) entendeu o Conselho de Administração ser mais apropriado proceder à derrogação da aplicação da IFRIC 12.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, é de seguida apresentado o efeito, em 31 de dezembro de 2023 e 2024, resultante da aplicação da IFRIC 12.

<b>BALANÇO</b>				
	<b>2024</b>		<b>2024</b>	<b>2023</b>
	<b>(tal como relatado)</b>	<b>Ajustamentos IFRIC 12</b>	<b>(ajustado com a IFRIC 12)</b>	<b>(ajustado com a IFRIC 12)</b>
AFT	163 534 397	(156 153 839)	7 380 557	7 400 076
Intangíveis	1 071 577	-	1 071 577	1 392 987
Participações financeiras	7 735 205	-	7 735 205	6 767 962
Outros investimentos financeiros	1 463 871	-	1 463 871	1 559 861
Outros créditos a receber	-	86 256 940	86 256 940	56 752 025
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	451 056
	<u>173 805 050</u>	<u>(69 896 899)</u>	<u>103 908 150</u>	<u>74 323 967</u>
Inventários	4 705 440	-	4 705 440	2 147 792
Clientes	1 961 149	-	1 961 149	3 384 419
Estado e outros entes públicos	4 716 573	-	4 716 573	4 662 557
Outros créditos a receber	16 913 671	23 522 151	40 435 822	32 529 978
Caixa e depósitos bancários	44 619 636	-	44 619 636	58 007 432
	<u>72 916 469</u>	<u>23 522 151</u>	<u>96 438 620</u>	<u>100 732 178</u>
<b>Total do ativo</b>	<u>246 721 519</u>	<u>(46 374 749)</u>	<u>200 346 770</u>	<u>175 056 145</u>
			-	
Capital subscrito	78 674 000	-	78 674 000	78 674 000
Resultados transitados	(81 903 069)	27 307 624	(54 595 445)	(73 759 744)
Excedentes de revalorização	43 749 358	(22 734 830)	21 014 528	20 964 204
Outras variações no capital próprio	110 395 090	(55 775 483)	54 619 608	35 454 468
Resultado líquido do período	550 516	19 503 757	20 054 273	19 908 487
<b>Total do capital próprio</b>	<u>151 465 895</u>	<u>(31 698 931)</u>	<u>119 766 964</u>	<u>81 241 415</u>
			-	
Provisões	5 778 196	-	5 778 196	4 835 954
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	26 447 765	-	26 447 765	24 215 032
Passivos por impostos diferidos	10 473 249	(6 226 737)	4 246 513	6 727 123
	<u>42 699 211</u>	<u>(6 226 737)</u>	<u>36 472 474</u>	<u>35 778 108</u>
Fornecedores	11 803 981	-	11 803 981	28 549 346
Estado e outros entes públicos	1 895 935	(2 131 827)	(235 892)	448 846
Outras dívidas a pagar	37 600 666	(6 317 253)	31 283 412	27 919 355
Diferimentos	1 255 831	-	1 255 831	1 119 075
	<u>52 556 413</u>	<u>(8 449 080)</u>	<u>44 107 333</u>	<u>58 036 622</u>
<b>Total do passivo</b>	<u>95 255 624</u>	<u>(14 675 817)</u>	<u>80 579 807</u>	<u>93 814 730</u>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<u>246 721 519</u>	<u>(46 374 748)</u>	<u>200 346 770</u>	<u>175 056 145</u>



**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

	<b>2024</b>	<b>Ajustamentos</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
	<b>(tal como</b>	<b>IFRIC 12</b>	<b>(ajustado com a</b>	<b>(ajustado com</b>
	<b>relatado)</b>	<b>IFRIC 12</b>	<b>IFRIC 12)</b>	<b>a IFRIC 12)</b>
Vendas e serviços prestados	124 295 510	(3 008 103)	121 287 407	162 782 192
Subsídios à exploração	30 570 357	33 055 395	63 625 752	48 520 495
Ganhos/perdas subsidiárias	967 243	-	967 243	1 550 022
Trabalhos para a própria entidade	239 232	-	239 232	276 410
CMVMC	(16 767 568)	(20 657 291)	(37 424 859)	(68 355 937)
Fornecimentos e serviços externos	(41 770 392)	-	(41 770 392)	(38 489 609)
Gastos com o pessoal	(94 067 013)	-	(94 067 013)	(88 963 655)
Imparidade de dívidas a receber	-	-	-	(37 562)
Provisões	(942 242)	-	(942 242)	675 471
Imparidade de investimentos não depreciáveis	54 667	-	54 667	15 620
Outros rendimentos	20 242 869	(15 063 037)	5 179 833	3 547 602
Outros gastos	(790 975)	-	(790 975)	(731 770)
<b>EBITDA</b>	<b>22 031 688</b>	<b>(5 673 036)</b>	<b>16 358 652</b>	<b>20 789 278</b>
Gastos de depreciações e amortizações	(21 940 186)	19 758 926	(2 181 260)	(2 393 112)
<b>EBIT</b>	<b>91 502</b>	<b>14 085 890</b>	<b>14 177 392</b>	<b>18 396 166</b>
Juros e rendimentos obtidos	582 001	5 856 660	6 438 661	5 915 404
Juros e gastos suportados	-	-	-	(43)
<b>RAI</b>	<b>673 503</b>	<b>19 942 550</b>	<b>20 616 053</b>	<b>24 311 527</b>
Imposto sobre o rendimento do período	(122 987)	(438 793)	(561 780)	(4 787 638)
<b>Lucro/prejuízo</b>	<b>550 516</b>	<b>19 503 757</b>	<b>20 054 273</b>	<b>19 523 889</b>

Estes impactos foram determinados tendo por base os seguintes pressupostos principais:

- Os cálculos foram efetuados retrospectivamente, com referência a 1/1/2010, ano da adoção do SNC, apesar da IFRIC 12 ser aplicável a partir de 1/1/2008. Entendemos que o efeito desta situação é imaterial, decorrendo da dificuldade de mapeamento das contas de ativos fixos tangíveis antes e após a conversão para o SNC;
- Não havendo delimitação clara dos ativos abrangidos pelo contrato de concessão, assumiu-se que integrariam a concessão o equipamento básico, os terrenos e os edifícios;
- Pelo facto de, até novembro de 2017, não existir compensação pelas obrigações de serviço público, assumiu-se que, até essa data, o ativo da concessão correspondia a um ativo intangível. Consequentemente, na adoção inicial da IFRIC 12, a quantia estimada líquida dos ativos fixos tangíveis associados à concessão seria transferida para o referido ativo intangível;
- As revalorizações efetuadas nos ativos fixos tangíveis foram revertidas, uma vez que a IAS 38 não permite a revalorização de ativos intangíveis para os quais não existe um mercado ativo (é o caso do intangível da concessão). De igual forma, a IFRS 9 não permite a revalorização de ativos financeiros;
- No exercício em que ocorreram, assume-se meio ano de amortização dos aumentos/diminuições do período do ativo intangível da concessão;
- Considera-se que, em novembro de 2017, a nova adenda ao contrato de concessão, ao introduzir a compensação por obrigações de serviço público, vem atribuir à CARRIS um direito contratual de receber dinheiro. A compensação das obrigações de serviço público assegura à CARRIS um fluxo de caixa positivo de 8,2 milhões de euros por ano. Esta alteração contratual leva a que a

concessão deixasse de ter risco operacional para a CARRIS. Ou seja, a CML assegura à CARRIS o fluxo de caixa líquido referido independentemente do fluxo de clientes. Consequentemente, a totalidade do investimento da CARRIS no âmbito da concessão passaria a ser recuperada através de um ativo financeiro;

- Para os cálculos efetuados considerou-se uma taxa interna de rentabilidade (TIR) de 5%, de acordo com o estipulado no contrato de concessão;
- O ativo financeiro foi, inicialmente, reconhecido pela quantia escriturada do intangível da concessão. Subsequentemente, foi aumentado pelos juros do período e pelo investimento líquido nos ativos afetos à concessão e reduzido pelos recebimentos;
- Os recebimentos do ativo financeiro foram revistos em cada data de relato, tendo sido estimados como sendo a anuidade de uma renda pelo prazo remanescente da concessão cujo valor atual, apurado com base numa taxa de desconto correspondente à TIR atrás referida, corresponde à quantia escriturada do ativo financeiro no final do período anterior;
- Assumiu-se que não existe imparidade do ativo, uma vez que a CML assegura sempre um fluxo de caixa positivo à CARRIS por via da compensação das obrigações de serviço público;
- De acordo com o Aditamento à segunda alteração ao contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros, celebrado em 20 de setembro de 2018, com a CML, não tendo o Concedente manifestado oposição à manutenção da concessão, através de deliberação pelos Órgãos competentes, até 31 de dezembro de 2022, o prazo de concessão encontra-se prorrogado por cinco anos. Isto é, até 31 de dezembro de 2028, tendo assim um prazo estimado de 5 anos;
- Não foi considerado o efeito fiscal dos ajustamentos para os anos anteriores a 2023, na medida em que as correspondentes declarações fiscais já se encontram entregues e liquidadas;
- Não estando previsto no contrato de concessão uma obrigação contratual de assegurar um determinado nível de investimento (CAPEX), assumiu-se que a CARRIS não tem qualquer obrigação nesse âmbito, pelo que não reconhece uma provisão para o efeito.

Alerta-se para o facto de as estimativas apresentadas comportarem um risco elevado de não traduzirem de forma fidedigna os impactos reais que teriam ocorrido, caso a IFRIC12 tivesse sido aplicada desde 1 de janeiro de 2008, sendo em cada exercício considerada a informação disponível para o efeito. De facto, os custos de determinação exaustiva e rigorosa de todos os impactos desde essa data, suplantam largamente os benefícios, especialmente tendo em consideração os motivos apresentados para a derrogação da respetiva aplicação anteriormente apresentados.

Por outro lado, importa ter presente que a alteração de política contabilística (adoção da IFRIC 12) desde 1 de janeiro de 2010 teria certamente impacto na determinação da compensação das obrigações de serviço público a suportar pelo Concedente, não sendo possível refletir rigorosamente na mesma os ajustamentos efetuados, até porque teriam de ter sido formalmente aceites pelo Concedente. A esse nível ressalva-se, no entanto, a obrigação contratual do concedente assegurar uma TIR de 5%, correspondente a um fluxo de caixa anual de cerca de € 8,2 milhões de euros, garantindo desta forma a sustentabilidade e o equilíbrio económico e financeiro da CARRIS.



## 2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os do período anterior, tendo para o efeito a Empresa procedido à reexpressão de algumas rubricas das demonstrações financeiras com referência a 2023.

A Empresa alterou em 2024 a política contabilística de reconhecimento da compensação financeira pelo cumprimento de obrigações de serviço público (COSP).

De facto, o Contrato de Concessão celebrado com o Município de Lisboa determina a fórmula de cálculo da compensação financeira a pagar à CARRIS pelo cumprimento de obrigações de serviço público. Esta fórmula de cálculo contempla, não só uma componente relativa aos rendimentos e gastos da empresa – ‘componente de exploração’ –, que pode ser considerada de cobertura do défice gerado pela atividade operacional de serviço público, mas também uma componente relativa ao investimento (CAPEX) e variação de capital circulante – ‘componente de investimento’.

Sucedo que ao longo dos anos, a política contabilística seguida pela empresa tem sido a de tratar contabilisticamente essas duas componentes (‘componente de operação’ e ‘componente de investimento’) da mesma forma, reconhecendo a totalidade do valor da COSP recebida como um rendimento (subsídio à exploração), com impacto direto nos resultados do exercício.

Tendo em conta o aumento significativo da componente de investimento (para responder de modo adequado às obrigações de serviço público) considerou-se impreterível aperfeiçoar e rever a política contabilística seguida, separando e diferenciando adequadamente o tratamento contabilístico da ‘componente de operação’, da remanescente componente de ‘investimento’.

Preende-se, com a adoção desta nova metodologia, que separa e trata de forma adequada cada uma das componentes, que os resultados da empresa reflitam de forma mais adequada, rigorosa e transparente a sua situação económico-financeira.

Assim, a CARRIS, alterou a política seguida, através da segregação do valor da COSP não tarifária prevista no Contrato de Concessão nas duas componentes seguintes:

- (i) **Componente de exploração**, a afetar à cobertura do défice de atividade operacional e à remuneração da CARRIS, registada diretamente como um subsídio à exploração da empresa, afetando positivamente o seu resultado;
- (ii) **Componente de investimento**, correspondente ao diferencial entre o valor da COSP não tarifária atribuída em cada ano pelo Município e a componente de exploração, a afetar ao investimento realizado para cumprimento das obrigações de serviço público. Esta componente é registada como um subsídio ao investimento (reconhecido em Capital Próprio, na rubrica de Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio, no momento do seu recebimento), sendo transferida para rendimento ao longo do período determinado em conformidade com a média de anos de depreciação do investimento realizado em cada ano e desde 2017 (início do contrato de

concessão celebrado com o Município), de forma a balancear com os custos associados ao investimento (nomeadamente as depreciações).

Por se tratar de uma alteração de política contabilística, entende a CARRIS que deve ser assegurada a sua aplicação retrospectiva, desde 2017 (data de efeito da celebração do contrato de concessão), por forma a permitir a comparabilidade da informação.

Os efeitos na Demonstração dos resultados e no Balanço em 31 de dezembro de 2023, decorrentes das alterações acima mencionadas, foram os seguintes:

	31 de dezembro de 2023	Ajustamentos	31 de dezembro de 2023 (reexpresso)
<b>Demonstração dos Resultados:</b>			
Subsídios à Exploração	48 520 495,08	(17 728 802,15)	30 791 692,93
Outros Rendimentos	3 547 601,69	12 025 131,18	15 572 732,87
Imposto s/ rendimento periodo	(1 875 698,93)	(388 785,71)	(2 264 484,64)
<b>Balanço:</b>			
Resultados transitados	(46 811 946,00)	(38 007 920,96)	(84 819 866,96)
Ajustamentos/OVCP	35 454 468,14	44 100 377,64	79 554 845,78
Passivos Impostos Diferidos	12 372 640,50	(2 036 261,01)	10 336 379,49
Outras Dividas a pagar	51 633 987,90	2 036 261,01	53 670 248,91

A CARRIS entendeu ainda proceder ao ajustamento das contas relativamente ao registo de impostos sobre os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis. Desta forma, e uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação, o aumento do capital próprio apenas se circunscreve à quantia do subsídio, deduzida da quantia do imposto que lhe está associado, pelo que foi entendimento proceder-se ao respetivo ajustamento retrospectivo.

### 3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS CONTABILÍSTICAS DE RELATO FINANCEIRO – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Não aplicável.



## 4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

### 4.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos do Aditamento à Segunda Alteração ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Coletivo de Superfície de Passageiros, celebrado em 20 de setembro de 2018, com a CML, não tendo o Concedente manifestado oposição à manutenção da concessão até 31 de dezembro de 2022, o prazo de concessão prorrogou-se por cinco anos, isto é, até 31 de dezembro de 2028.

Sem prejuízo deste período de vigência do Contrato de Concessão, o Órgão de Gestão considera que não está em causa a continuidade da empresa, tendo em consideração:

- A forte aposta do seu Acionista, a CML, no investimento já realizado e a realizar pela Empresa nos próximos anos, prevendo-se que atinja um valor de € 345,12 milhões entre 2025 e 2028. Tendo em consideração o valor do investimento e a vida económica dos bens, a recuperação do valor investido através do serviço público realizado só será possível com a prorrogação do prazo estabelecido;
- O inegável contributo da CARRIS para a mobilidade na cidade de Lisboa, resultado de uma atividade desenvolvida há mais de 152 anos, e em que esta se tem posicionado como um parceiro incondicional do seu Acionista na promoção de um sistema de transporte de superfície sustentável e que promova a utilização do serviço público, na cidade de Lisboa.

### 4.2 Políticas Contabilísticas Relevantes

#### 4.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis de natureza e uso semelhantes correspondentes aos terrenos e edifícios dos complexos de Santo Amaro, Cabo Ruivo e Miraflores encontram-se registados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu justo valor. Têm sido efetuadas revalorizações, com uma regularidade anual, baseadas em avaliações efetuadas pela UON Consulting, S.A. com referência à data de relato.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de Revalorização”. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de Revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente.

Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é reconhecido diretamente em resultados.

Os restantes ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (ou custo considerado para os bens que no normativo anterior se encontravam registados pelo custo de aquisição acrescido de reavaliações ao abrigo de diplomas legais) ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<b>Classe de bens</b>	<b>Anos</b>
Edifícios e Outras Construções:	8 - 100
Equipamento Básico:	
Autocarros:	8
Via-Férrea:	16
Carros Elétricos:	16
Ascensores + Elevadores:	16
Carros Elétricos Articulados:	30
Rede Aérea e Subterrânea	20
Rotáveis de Autocarros:	8
Rotáveis de Elétricos:	16
Grandes Reparações:	4 - 10
Outro Equipamento Básico:	5 - 20
Equipamento de Transporte:	4 - 6
Equipamento Administrativo:	1 - 8
Outros Ativos Fixos Tangíveis:	1 - 14
Programas de Computador:	3

A Administração entende que o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua utilização quer através da sua alienação, no pressuposto da continuidade das operações como referido em 4.1.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em Excedentes de Revalorização é transferido para “Resultados Transitados”.



### 4.2.2 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

### 4.2.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis, considerando-se habitualmente um período de vida útil de cinco anos, sem prejuízo da revisão desta estimativa, sempre que tal se justifique.

### 4.2.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

### 4.2.5 Participações financeiras em subsidiárias e associadas

As participações em subsidiárias e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos capitais próprios das correspondentes

entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

### 4.2.6 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de compra e eventuais despesas incorridas para os colocar em condições de poderem ser utilizados pela Empresa.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença, a qual é reduzida ou anulada quando deixam de existir os motivos que a originaram. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados “Imparidade de Inventários (perdas/reversões)”.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

### 4.2.7 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade; e
- (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

#### **(i) Ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade**

São mensurados “ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade” os ativos financeiros que satisfaçam todas as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;

- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado; e
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal.

Assim, com exceção dos ativos ou passivos financeiros classificados como detidos para negociação, e para os quais seja possível obter o seu justo valor, todos os instrumentos financeiros devem ser mensurados pelo custo ou custo amortizado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

### **a) Clientes e Outros Créditos a Receber**

Os saldos de Clientes e de Outros Créditos a Receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

### **b) Caixa e Depósitos Bancários**

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

### **c) Outros Investimentos Financeiros**

Os Outros Investimentos Financeiros incluem títulos de dívida pública detidos para garantia de pensões de acidentes de trabalho, de que a Empresa foi auto-seguradora até 8 de janeiro de 1999. Estes ativos encontram-se registados ao custo.

### **d) Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar**

Os saldos de Fornecedores e de Outras Dívidas a Pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

### **e) Activos Financeiros**

Os ativos financeiros incluídos na categoria “Ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe

uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

### (ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “Ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

#### **Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### 4.2.8 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos numa base sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

### 4.2.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

#### 1) Receita tarifária

##### **Títulos de receita própria**

Bilhetes para viagens ocasionais, exclusivos da rede de transportes operada pela Carris: a receita da venda é apropriada integralmente pela CARRIS, sendo o rédito reconhecido no momento da venda/utilização.

##### **Títulos de receita partilhada**

Todos os restantes títulos vendidos pela Carris são válidos nas redes de vários operadores de transporte que operam na cidade de Lisboa, sendo a receita de venda distribuída pelos diferentes operadores de acordo com as regras de repartição estabelecidas.

Os títulos de receita partilhada subdividem-se em três grupos, com diferentes regras de apuramento da receita:

- i) Títulos ocasionais– *Zapping*, *Viva Go*, Bilhete Viagem CA/ML: a receita de venda é repartida em função das validações registadas;
- ii) Títulos combinados: a receita de venda é repartida de acordo com as quotas de repartição pré-estabelecidas;
- iii) Passes Navegante, Metropolitano e Municipal, incluindo as suas diversas modalidades (sub18 e sub23, Social+; +65, Família, Antigo Combatente), com validade mensal: a repartição da receita destes passes é realizada de acordo com o modelo previsto no Regulamento n.º 1362-C/2023, de 27 dezembro 2023, que procede à sexta alteração ao Regulamento da AML n.º 278-A/2019 (Regulamento Metropolitano das Regras Gerais para a Implementação do Sistema Tarifário na Área Metropolitana de Lisboa).

As vendas efetuadas na rede da Carris são integradas diariamente na contabilidade, por entidade e tipo de título de transporte, em contas diferenciadas de acordo com as regras de repartição da receita (receita própria ou receita a repartir).



## 2) Apuramento da Receita gerada nas redes da TML e outros operadores

Compete à TML assegurar a repartição mensal da receita global realizada de títulos de receita partilhada, considerando o total de vendas realizada na sua própria rede (canais presenciais e digitais) e nas redes dos diversos Operadores de Transporte, de acordo com as regras estabelecidas para os diferentes tipos de produtos tarifários.

### Títulos ocasionais

A receita é repartida proporcionalmente às utilizações registadas nas redes dos operadores em que os títulos são aceites.

### Títulos combinados

A TML procede à repartição da receita de venda dos títulos combinados para o mês  $n$ , de acordo com as quotas pré-estabelecidas, considerando as vendas realizadas no período de 26/mês ( $n-1$ ) a 25/mês  $n$ .

Caso ocorram atrasos na disponibilização da informação TML, a Direção Comercial da Carris estima os valores a considerar, com base nos dados fornecidos pelos operadores que integram estes títulos, para contabilização no próprio mês.

### Passes Navegante

A repartição da receita gerada pela venda de passes Navegante é realizada pela TML, nos termos definidos no Regulamento n.º 1362-C/2023, de 27/12/2023 que estabelece os pressupostos e regras para o cálculo dos valores das compensações relativas à utilização dos passes Navegante nas respetivas redes.

Em termos gerais, a metodologia de compensação do sistema estabelece a atribuição, a cada operador, de um valor de compensação por passe Navegante vendido, até que seja atingido o número máximo de passes Navegante a compensar anualmente. Quando as vendas de passes Navegante atingem o número máximo de passes a compensar, é atingido o valor máximo de compensação anual a atribuir ao sistema.

A repartição pelos Operadores, das receitas geradas pela venda dos passes Navegante e dos pagamentos a título de compensação pelo cumprimento da Obrigação de Serviço Público (OS) tarifária, é calculada por tipologia de passe Navegante e por Operador, com base numa quota de repartição dinâmica ( $FR_{ij}$ ), gerada mensalmente, que obedece à seguinte fórmula:

$$FR_{ij} = \frac{\text{Pass. km}_{i,j} * \text{PesoPass. km}_i}{\sum_{k=1}^n [\text{Pass. km}_{k,j} * \text{PesoPass. km}_k]}$$



Sendo,  $n$  o número de operadores  $k$  que disponibilizam serviço de transporte público.

Pass.kmi,j — Passageiros quilómetros nos serviços do Operador  $i$ , utilizando a tipologia de passe Navegante  $j$ , calculados de acordo com a distância média determinada mensalmente para o Operador  $i$  e tipologia de passe Navegante  $j$ , multiplicada pelo número total de passageiros do Operador  $i$  com a tipologia de passe  $j$ .

O cálculo do agregado “passageiro quilómetro transportado” (Pass.km) baseia-se no número de passageiros transportados e nas distâncias médias por eles percorridas.

PesoPass.kmi — Peso a atribuir ao fator passageiros.km no Operador  $i$ . Este peso é único para todas as tipologias de passe Navegante  $j$ .

A quota de repartição dinâmica do mês “ $n$ ” é calculada até ao dia 8 do mês “ $n+3$ ”, com os dados de validações desse mês que entraram até ao dia 15 (quinze) do mês “ $n+2$ ”. A quota apurada é fixada como quota de repartição dinâmica do mês “ $n$ ”, aplicando -se a esse mês, na distribuição dos seguintes montantes mensais:

- a) Receitas de bilheteira (em canais próprios e partilhados), incluindo os registos de vendas que entrem no sistema central da TML após o fecho do mapa do mês correspondente. Estas verbas são contabilizadas na conta 72111300-Passes Municipal e Metropolitano;
- b) Compensações dos passes bonificados sub18, sub23, Circula PT (Social+) e PAC, bem como dos descontos municipais;
- c) Valor para financiamento do congelamento do preço dos passes;
- d) Compensações pelo cumprimento da OSP tarifária associada à disponibilização dos passes Navegante, pelo valor fixado no presente Regulamento;
- e) Comissões dos canais de venda partilhada.

Face aos prazos para concluir o processo de apuramento provisório, o valor contabilizado da receita mensal Navegante é estimado mensalmente pela Direção Comercial da Carris, com base na análise das vendas e utilização dos passes Navegante, em meses já fechados pela TML e com perfil semelhante ao mês que se pretende estimar, corrigido do fator sazonalidade.

### **Gratuidade dos Transportes Públicos**

O Município de Lisboa implementou em 2022 a **gratuidade** dos transportes públicos para a população com mais de 65 anos, estabelecendo para este efeito um Acordo com a TML, entidade a quem compete assegurar a correta implementação e operacionalização das medidas de gratuidade, comunicar e efetuar os pagamentos das compensações devidas aos Operadores:

- **Gratuidade +65 anos:** a adesão iniciou-se em julho e os carregamentos em agosto de 2022. Abrange as redes da CARRIS, Metro e CP em que seja válido o passe Navegante Urbano 3ª Idade.



A compensação aos Operadores é paga pelo Município através da TML, sendo o cálculo efetuado com base nos carregamentos mensais desde que tenham o registo de, pelo menos, uma validação mensal.

### 3) Compensações de Serviço Público

O contrato de Concessão celebrado entre o Município e a CARRIS estipula, no n.º 1 da cláusula 22 do Aditamento, a atribuição de compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações de serviço público, correspondente “ao montante do efeito financeiro líquido decorrente da soma das incidências, positivas ou negativas, da sua execução sobre os custos e as receitas da CARRIS”. Para o cálculo deste valor são comparados os custos e as receitas da CARRIS numa situação de cumprimento das Obrigações de Serviço Público com os custos e receitas em condições normais de mercado, abrangendo a realização do serviço de transporte em carreiras e horários que não seriam rentáveis em termos comerciais, bem como a prática de tarifários reduzidos para grupos etários ou sociais desfavorecidos.

Anualmente, o Município de Lisboa realiza dois pagamentos por conta das Compensações de Serviço Público a apurar relativamente a esse mesmo ano. Conforme dispõe a cláusula 23.1 da Segunda Alteração ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Superfície de Passageiros, estes pagamentos por conta devem efetuar-se no início de fevereiro e julho de cada ano.

Até ao dia 30 de março de cada ano, a CARRIS calcula e informa o Acionista dos valores das compensações devidas pelo cumprimento das obrigações no ano anterior as quais, de acordo com o modelo financeiro estabelecido, deverão proporcionar uma taxa interna de rentabilidade (TIR) dos capitais próprios de 5%, nos termos das cláusulas 22.6 e 22.7 da Segunda Alteração e Aditamento ao contrato de Concessão. Após receber esta informação, o Município dispõe de 30 dias para se pronunciar sobre os montantes propostos pela CARRIS e, havendo desacordo, segue-se um período de cinco dias para a conciliação de valores.

Conforme explicado na nota 2.3, a Empresa alterou em 2024 a política contabilística de reconhecimento da compensação financeira pelo cumprimento de obrigações de serviço público (COSP).

De facto, a fórmula de cálculo definida no Anexo II do Contrato de Concessão para compensação financeira pelo cumprimento de obrigações de serviço público, compreende não só uma componente relativa aos rendimentos e gastos da empresa – ‘componente de exploração’ –, que pode ser considerada de cobertura do défice gerado pela atividade operacional de serviço público, mas também uma componente relativa ao investimento (CAPEX) e variação de capital circulante – ‘componente de investimento’.

Tendo em conta o aumento significativo da componente de investimento (para responder de modo adequado às obrigações de serviço público) considerou-se impreterível aperfeiçoar e rever a política contabilística seguida, separando e diferenciando adequadamente o tratamento contabilístico da ‘componente de operação’, da remanescente componente de ‘investimento’.

Assim, a CARRIS, alterou a política seguida, através da segregação do valor da COSP não tarifária prevista no Contrato de Concessão nas duas componentes seguintes:



- (i) **Componente de exploração**, a afetar à cobertura do défice de atividade operacional e à remuneração da CARRIS, registada diretamente como um subsídio à exploração da empresa, afetando positivamente o seu resultado;
- (ii) **Componente de investimento**, correspondente ao diferencial entre o valor da COSP não tarifária atribuída em cada ano pelo Município e a componente de exploração, a afetar ao investimento realizado para cumprimento das obrigações de serviço público. Esta componente é registada como um subsídio ao investimento (reconhecido em Capital Próprio, na rubrica de Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio, no momento do seu recebimento), sendo transferida para rendimento ao longo do período determinado em conformidade com a média de anos de depreciação do investimento realizado em cada ano e desde 2017 (início do contrato de concessão celebrado com o Município), de forma a balancear com os custos associados ao investimento (nomeadamente as depreciações).

A CARRIS reconheceu como rédito em 2024 uma estimativa da componente de compensações tarifárias decorrentes da prática de tarifas bonificadas pela CML para determinados grupos da população, calculada com base nos perfis de utilizadores e vendas de passes para os segmentos alvo.

### 4.2.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

A Empresa apenas reconhece ativos por impostos diferidos quando tem um elevado grau de certeza de vir a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos referidos gastos na obtenção de um benefício económico futuro. Assim, tendo em consideração o prescrito na Estrutura Conceptual do SNC, de que apenas deve ser reconhecido um ativo quando existir a certeza de vir a ocorrer um benefício económico futuro para a entidade, e, mantendo a consistência do que tem vindo a ser a política contabilística seguida, a Empresa optou por não reconhecer ativos por impostos diferidos, por não possuir garantia de vir a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos referidos gastos na obtenção de um benefício económico futuro (poupança fiscal).

### 4.2.11 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser estimado com fiabilidade.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação, podendo originar aumento ou diminuição do valor das provisões, por contrapartida dos resultados do período.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos (benefícios económicos) não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 4.2.12 Benefícios pós-emprego

#### **Plano de benefícios definidos**

A Empresa tem um plano de benefícios definidos para complemento de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no exercício.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos anualmente por contrapartida de Resultados Transitados.



#### 4.2.13 Regime do acréscimo (periodização económica)

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

#### 4.2.14 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“*non adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### 4.3 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer factos e circunstâncias, em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas, conduzindo à sua revisão, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir das estimativas efetuadas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas estão relacionados com:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Registo de perdas de imparidade em ativos correntes;
- c) Constituição de provisões;
- d) Responsabilidades com benefícios de reforma.



## 5. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e seus Equivalentes” inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e outras aplicações de curto prazo.

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários” é constituída pelos seguintes saldos, em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Numerário	8.908,35	9.929,82
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2.610.727,17	10.997.502,53
Outras aplicações (CEDIC)	42.000.000,00	47.000.000,00
	<u>44.619.635,52</u>	<u>58.007.432,35</u>

Os montantes totais incluídos em “Outras Aplicações” referem-se a aplicações em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC).

A 31 de dezembro de 2024 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A demonstração de fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor reconhecido na demonstração de fluxos de caixa em “Outros recebimentos/pagamentos” inclui o montante de € 9,6 milhões referente a pedidos de reembolso de IVA pagos pela Autoridade Tributária no decurso do período.

## 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 2024 e 2023 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

### 2024

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis Em Curso	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo Inicial	38.221.922,64	154.738.003,73	312.267.962,02	2.411.833,88	9.654.339,54	20.301.740,69	3.474.714,02	541.070.516,52
Aquisições	-	659.004,52	21.027.681,76	44.461,79	479.270,20	77.071,90	4.020.613,82	26.308.103,99
Alienações	-	-	-	-	-13.565,56	-	-	-13.565,56
Transferências	-	891.776,42	992.428,75	-	-	351.158,85	-3.079.564,02	-844.200,00
Abates	-	-	-2.913.600,25	-	-143.183,85	-12.642,94	-	-3.069.427,04
Revalorizações	419.895,00	4.134.423,17	-	-	-	-	-	4.554.318,17
<b>Saldo</b>	<b>38.641.817,64</b>	<b>160.423.207,84</b>	<b>331.374.472,28</b>	<b>2.456.295,67</b>	<b>9.976.860,33</b>	<b>20.717.328,50</b>	<b>4.415.763,82</b>	<b>568.005.746,08</b>
Saldo Inicial	-	132.428.191,80	225.135.500,27	2.051.159,58	8.634.092,69	17.757.299,57	-	386.006.243,91
Depreciações do exercício (Nota 23)	-	2.729.306,64	16.819.011,82	210.607,46	707.397,01	989.507,71	-	21.455.830,64
Alienações	-	-	-	-	-12.814,36	-	-	-12.814,36
Abates	-	-	-2.826.352,23	-	-142.929,05	-8.629,34	-	-2.977.910,62
<b>Saldo</b>	<b>-</b>	<b>135.157.498,44</b>	<b>239.128.159,86</b>	<b>2.261.767,04</b>	<b>9.185.746,29</b>	<b>18.738.177,94</b>	<b>-</b>	<b>404.471.349,57</b>
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>38.641.817,64</b>	<b>25.265.709,40</b>	<b>92.246.312,42</b>	<b>194.528,63</b>	<b>791.114,04</b>	<b>1.979.150,56</b>	<b>4.415.763,82</b>	<b>163.534.396,51</b>

### 2023

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis Em Curso	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo Inicial	38.220.622,64	151.377.663,41	265.929.749,42	2.334.728,50	9.468.361,89	18.336.980,81	3.760.297,14	489.428.403,81
Aquisições	-	1.032.437,85	47.533.431,98	94.100,00	457.921,60	1.797.167,58	2.526.087,86	53.441.146,87
Alienações	-	-	-30.965,14	-16.994,62	-9.673,53	-	-	-57.633,29
Transferências	-	1.127.118,89	1.031.632,41	-	62.267,38	167.592,30	-2.811.670,98	-423.060,00
Abates	-	-	-2.195.886,65	-	-324.537,80	-	-	-2.520.424,45
Revalorizações	1.300,00	1.200.783,58	-	-	-	-	-	1.202.083,58
<b>Saldo</b>	<b>38.221.922,64</b>	<b>154.738.003,73</b>	<b>312.267.962,02</b>	<b>2.411.833,88</b>	<b>9.654.339,54</b>	<b>20.301.740,69</b>	<b>3.474.714,02</b>	<b>541.070.516,52</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>								
Saldo Inicial	-	129.977.042,22	212.242.397,94	1.868.662,18	8.135.618,00	16.703.376,55	-	368.927.096,89
Depreciações do exercício (Nota 23)	-	2.451.149,58	15.118.838,50	199.492,02	829.193,73	1.053.923,02	-	19.652.596,85
Alienações	-	-	-30.965,14	-16.994,62	-8.084,21	-	-	-56.043,97
Abates	-	-	-2.194.771,03	-	-322.634,83	-	-	-2.517.405,86
<b>Saldo</b>	<b>-</b>	<b>132.428.191,80</b>	<b>225.135.500,27</b>	<b>2.051.159,58</b>	<b>8.634.092,69</b>	<b>17.757.299,57</b>	<b>-</b>	<b>386.006.243,91</b>
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>38.221.922,64</b>	<b>22.309.811,93</b>	<b>87.132.461,75</b>	<b>360.674,30</b>	<b>1.020.246,85</b>	<b>2.544.441,12</b>	<b>3.474.714,02</b>	<b>155.064.272,61</b>

As aquisições registadas na rubrica de “Equipamento Básico”, em 31 de dezembro de 2024, respeitam essencialmente a aquisições de novos elétricos e autocarros e a grandes reparações efetuadas nos veículos de serviço público.

O equipamento administrativo em poder de terceiros à data de 31 de dezembro de 2024 tem o valor líquido contabilístico de € 250,30 (€ 106,65 em 2023) e os edifícios e outras construções implantadas em propriedade alheia têm o valor líquido contabilístico de € 2.166.404,21 (€ 1.414.718,78 em 2023) e respeitam essencialmente às instalações da Empresa situadas na Pontinha e na Alta de Lisboa.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, sendo registada uma quota integral no ano de aquisição e não sendo praticada qualquer quota no ano do abate se o bem ainda se encontrar em curso de depreciação durante a vida útil estimada.

As depreciações do exercício, no montante de € 21.455.830,64 (Nota 23) (€ 19.652.596,85 em 2023), foram registadas nas seguintes rubricas:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Edifícios e Outras Construções	2.729.306,64	2.451.149,58
Equipamento Básico	16.819.011,82	15.118.838,50
Equipamento Transporte	210.607,46	199.492,02
Equipamento Administrativo	707.397,01	829.193,73
Outros Ativos Fixos Tangíveis	989.507,71	1.053.923,02
	<u>21.455.830,64</u>	<u>19.652.596,85</u>

O detalhe dos custos históricos de aquisição de ativos fixos tangíveis e correspondentes valores de revalorização em 31 de dezembro de 2024 e 2023, líquidos de depreciações e perdas por imparidade acumuladas, é o seguinte:

	<b>2024</b>		
	Custo Histórico	Excedente Revalorização (a)	Valor Revalorizado
Terrenos e Recursos Naturais	1.880.216,42	36.761.601,22	38.641.817,64
Edifícios e Outras Construções	7.909.030,54	17.356.678,86	25.265.709,40
Equipamento Básico	92.244.991,82	1.320,60	92.246.312,42
Equipamento Transporte	194.528,63	-	194.528,63
Equipamento Administrativo	791.114,04	-	791.114,04
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.979.150,56	-	1.979.150,56
	<u>104.999.032,01</u>	<u>54.119.600,68</u>	<u>159.118.632,69</u>

(a) Inclui as reavaliações efetuadas ao abrigo de diplomas legais e reavaliações livres, efetuadas até 31/12/2024.



	<b>2023</b>		
	Custo Histórico	Excedente Revalorização (b)	Valor Revalorizado
Terrenos e Recursos Naturais	1.880.216,42	36.341.706,22	38.221.922,64
Edifícios e Outras Construções	7.518.160,91	14.791.651,02	22.309.811,93
Equipamento Básico	87.102.388,18	30.073,57	87.132.461,75
Equipamento Transporte	360.674,30	-	360.674,30
Equipamento Administrativo	1.020.246,85	-	1.020.246,85
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.544.441,12	-	2.544.441,12
	<b>100.426.127,78</b>	<b>51.163.430,81</b>	<b>151.589.558,59</b>

(b) Inclui as reavaliações efetuadas ao abrigo de diplomas legais e reavaliações livres, efetuadas até 31/12/2023.

Não foi apurada qualquer perda por imparidade em qualquer dos períodos.

## 7. LOCAÇÕES

### Locações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Empresa não mantinha quaisquer contratos de locação financeira.

### Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Empresa era locatária em contratos de locação operacional relacionados com viaturas ligeiras.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2024 e 2023 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Até 1 ano	62.964,62	98.221,38
Entre 1 ano e 5 anos	99.815,56	13.419,93
	<b>162.780,18</b>	<b>111.641,31</b>

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é detalhado conforme se segue:

	Gasto do período	
	2024	2023
Pagamentos mínimos	197.094,78	163.528,80

## 8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2024		
	Programas de computador	Ativos Intangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>			
Saldo Inicial	11.424.628,01	1.000.223,73	12.424.851,74
Aquisições	162.945,00	-	162.945,00
Alienações	-	-	-
Transferências e outras reclassificações	681.255,00	-681.255,00	-
Abates	-	-	-
Revalorizações	-	-	-
<b>Saldo</b>	<b>12.268.828,01</b>	<b>318.968,73</b>	<b>12.587.796,74</b>
<b>Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade</b>			
Saldo Inicial	11.031.864,37	-	11.031.864,37
Amortizações do período (Nota 23)	484.355,26	-	484.355,26
Abates	-	-	-
<b>Saldo</b>	<b>11.516.219,63</b>	<b>-</b>	<b>11.516.219,63</b>
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>752.608,38</b>	<b>318.968,73</b>	<b>1.071.577,11</b>

	2023		
	Programas de computador	Ativos Intangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>			
Saldo Inicial	10.855.202,77	969.655,32	11.824.858,09
Aquisições	146.365,24	30.568,41	176.933,65
Alienações	-	-	-
Transferências e outras reclassificações	423.060,00	-	423.060,00
Abates	-	-	-
Revalorizações	-	-	-
<b>Saldo</b>	<b>11.424.628,01</b>	<b>1.000.223,73</b>	<b>12.424.851,74</b>
<b>Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade</b>			
Saldo Inicial	10.721.361,64	-	10.721.361,64
Amortizações do período (Nota 23)	310.502,73	-	310.502,73
Abates	-	-	-
<b>Saldo</b>	<b>11.031.864,37</b>	<b>-</b>	<b>11.031.864,37</b>
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>392.763,64</b>	<b>1.000.223,73</b>	<b>1.392.987,37</b>

## 9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido na rubrica “Participações Financeiras – Método de Equivalência Patrimonial” foi o seguinte:

	2024	2023
<b>Participações financeiras</b>		
Saldo inicial	6.767.962,01	5.217.939,89
Variação - Método de equivalência patrimonial	967.243,33	1.550.022,12
Saldo final	<u>7.735.205,34</u>	<u>6.767.962,01</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias e associadas:

		2024							
	Sede	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Saldo de Balanço	Proporção no Resultado
<b>Subsidiárias:</b>									
Carristur (a)	Lisboa	10.542.669,63	2.807.464,29	7.735.205,34	12.666.613,26	967.243,33	100,00	7.735.205,34	967.243,33
<b>Empresas associadas:</b>									
Publicarris - Publicidade na CCFL (a)	Amadora	2.148.876,00	2.848.833,00	-699.956,00	1.674.922,00	54.368,00	45,00	-	-
								<u>7.735.205,34</u>	<u>967.243,33</u>

(a) Valores baseados nas demonstrações financeiras não aprovadas em 31 de dezembro de 2024.

		2023							
	Sede	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Saldo de Balanço	Proporção no Resultado
<b>Subsidiárias:</b>									
Carristur (b)	Lisboa	9.876.789,00	3.108.826,99	6.767.962,01	13.917.245,51	1.517.207,48	100,00	6.767.962,01	1.550.022,12
<b>Empresas associadas:</b>									
Publicarris - Publicidade na CCFL (b)	Amadora	2.283.665,00	3.005.180,00	-721.515,00	1.521.002,00	35.521,00	45,00	-	-
								<u>6.767.962,01</u>	<u>1.550.022,12</u>

(b) Valores baseados nas demonstrações financeiras não aprovadas em 31 de dezembro de 2023.

## 10. IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando se verificarem prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), aplicando uma taxa de 21% sobre a matéria coletável em 2024. Com a entrada em vigor da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2025, a taxa aplicável a partir de 2025 passou a ser de 20%.

Nos termos do artigo 88.º do código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributações autónomas sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no mencionado artigo.



O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é detalhado conforme se segue:

	<b>2024</b>	<b>2023</b> <b>(reexpresso)</b>
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	17.608,82	2.295.244,74
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos decorrentes de reavaliações livres e legais efetuadas nos ativos fixos tangíveis	-345.677,53	-316.915,85
Impostos diferidos decorrentes de provisões	451.055,70	286.155,75
<b>Gasto com impostos sobre o rendimento</b>	<b>122.986,99</b>	<b>2.264.484,64</b>

	<b>2024</b>	<b>2023</b> <b>(reexpresso)</b>
Resultado antes de impostos	673.502,90	5.665.904,61
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 22,5%	151.538,15	1.274.828,54
Tributações autónomas	17.608,82	11.505,53
Reporte de prejuízos fiscais	-151.538,15	-
Dif. referente a diferimento OSP	-	1.283.325,97
Diferenças permanentes	-	-530.095,16
Derrama Estadual	-	255.679,86
Diferenças temporárias:		
Impostos diferidos decorrentes de reavaliações livres e legais efetuadas nos ativos fixos tangíveis (depreciação)	-345.677,53	-316.915,85
Impostos diferidos decorrentes de provisões	451.055,70	286.155,75
<b>Gasto com impostos sobre o rendimento</b>	<b>122.986,99</b>	<b>2.264.484,64</b>

### Impostos diferidos

No que respeita às reavaliações efetuadas sobre os terrenos, e para efeitos do cálculo e registo do correspondente passivo por imposto diferido, foi considerada a base fiscal atualizada por coeficientes de atualização monetária dos terrenos reportada a 31 de dezembro de 2024, tendo-se utilizado para o efeito uma taxa agregada de imposto de 21,5%.

No cálculo efetuado relativamente aos ativos objetos de reavaliações legais, considerou-se o efeito da não dedução fiscal de 40% das reavaliações efetuadas, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 118-B/86.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Passivos por impostos diferidos	
	2024	2023 (reexpresso)
Saldo inicial	10.336.379,49	10.476.689,99
Efeito em resultados:		
Diferenças derivadas de mensurações de justo valor:		
Reavaliações livres de terrenos e edifícios	-336.406,97	-307.592,16
Diferenças entre a base fiscal e a base contabilística de ativos fixos tangíveis registados no custo considerado à data de transição (que foram objeto de reavaliações legais)	-9.270,56	-9.323,69
	<u>-345.677,53</u>	<u>-316.915,85</u>
Efeito em reservas e capital próprio:		
Diferenças derivadas de mensurações de justo valor:		
Reavaliações livres de terrenos e edifícios	482.547,37	176.605,35
	<u>482.547,37</u>	<u>176.605,35</u>
Saldo final	<u>10.473.249,33</u>	<u>10.336.379,49</u>

A empresa optou por não reconhecer quaisquer ativos por impostos diferidos, nomeadamente relacionados com benefícios pós emprego, provisões e prejuízos fiscais, por não possuir garantia de vir a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos referidos gastos na obtenção de um benefício económico futuro (poupança fiscal).



## 11. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica “Outros Investimentos Financeiros” apresentava a seguinte composição:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Não correntes:		
Títulos da dívida pública depositados em Instituições de Crédito	338.596,85	417.967,78
Títulos da dívida pública em carteira	10.250,55	11.879,23
Depósitos em numerário à ordem do Juiz	723.063,18	792.720,23
Perdas por imparidades de outros investimentos financeiros	-	-54.666,71
	<u>1.071.910,58</u>	<u>1.167.900,53</u>
Fundo de compensação do trabalho (FCT)	376.960,33	376.960,33
Participações financeiras – método do custo	15.000,00	15.000,00
	<u>1.463.870,91</u>	<u>1.559.860,86</u>

Em 2024, o montante de € 1.071.910,58 (€ 1.167.900,53 em 2023) respeita a títulos da dívida pública detidos pela Empresa e a depósitos em numerário à ordem do Juiz para garantir pensões de acidentes de trabalho, de que a Empresa foi auto-seguradora, até 8 de janeiro de 1999.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor de € 15.000,00 em “Participações financeiras” refere-se à participação na Empresa OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA.

## 12. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2024			2023		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	70.883,08	-	70.883,08	72.265,08	-	72.265,08
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.652.649,86	18.092,98	4.634.556,88	2.093.619,92	18.092,98	2.075.526,94
	<u>4.723.532,94</u>	<u>18.092,98</u>	<u>4.705.439,96</u>	<u>2.165.885,00</u>	<u>18.092,98</u>	<u>2.147.792,02</u>

O aumento dos Inventários face a 2023 resulta da integração da atividade da CARRIBUS na CARRIS, com a consequente aquisição dos inventários para assegurar a continuidade da atividade de manutenção na CARRIS.

#### Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 detalha-se conforme se segue:

	2024		
	Mercadorias	MP, subsid.	
		consumo	Total
Saldo inicial	72.265,08	2.093.619,92	2.165.885,00
Compras	14.455,11	19.312.343,62	19.326.798,73
Regularizações	-1.582,62	-	-1.582,62
Saldo final	<u>70.883,08</u>	<u>4.652.649,86</u>	<u>4.723.532,94</u>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	<u>14.254,49</u>	<u>16.753.313,68</u>	<u>16.767.568,17</u>

	2023		
	Mercadorias	MP, subsid.	
		consumo	Total
Saldo inicial	72.116,14	1.830.792,47	1.902.908,61
Compras	13.019,58	17.929.802,29	17.942.821,87
Regularizações	-961,19	-46.453,01	-47.414,20
Saldo final	<u>72.265,08</u>	<u>2.093.619,92</u>	<u>2.165.885,00</u>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	<u>11.909,45</u>	<u>17.620.521,83</u>	<u>17.632.431,28</u>

**Perdas por imparidade**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 encontram-se registadas perdas por imparidade acumuladas de inventários no montante de € 18.092,98.

**13. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER**

As categorias de ativos financeiros correntes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são detalhadas conforme se segue:

ATIVOS FINANCEIROS	2024			2023		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Ativos financeiros ao custo amortizado menos perdas por imparidade:						
Clientes	1.961.148,70	-	1.961.148,70	3.384.418,94	-	3.384.418,94
Outros créditos a receber	16.997.745,77	84.074,29	16.913.671,48	10.028.687,24	84.074,29	9.944.612,95
	<u>18.958.894,47</u>	<u>84.074,29</u>	<u>18.874.820,18</u>	<u>13.413.106,18</u>	<u>84.074,29</u>	<u>13.329.031,89</u>

A rubrica “Outros Créditos a Receber”, à data de 31 de dezembro de 2024 e 2023, inclui as seguintes verbas:

	2024	2023
Compensações PART	-	1.877.489,92
Operadores de transportes	3.576.397,66	3.309.583,90
Vendas de dezembro	629.844,97	656.258,11
Subsídios por receber	8.660.019,85	2.545.084,92
Pagamentos por conta CML	2.309.211,64	-
Outros	1.822.271,65	1.640.270,39
	<u>16.997.745,77</u>	<u>10.028.687,24</u>

O saldo da rubrica “Pagamentos por conta – CML” regista os montantes recebidos no período por conta das compensações de serviço público, deduzidos dos valores em dívida relativos às compensações de serviço público apuradas. Em 31 de dezembro de 2024, o valor de € 2.309.211,64 refere-se à COSP Tarifária de 2024 (Nota 20), que se encontra por receber.



## 14. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

### Capital Social:

Em 31 de dezembro de 2024 o Capital subscrito e realizado da Empresa corresponde a 15.734.800 ações ordinárias nominativas com o valor nominal de € 5,00 cada, sendo detido a 100% pelo Município de Lisboa.

Por deliberação do seu Acionista, datada de 2 de maio de 2024, o Resultado Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi transferido para Resultados Transitados.

### Excedentes de Revalorização:

O movimento na rubrica de “Excedentes de Revalorização” no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi conforme se segue:

	Excedente de revalorização ativos fixos tangíveis
<b>Saldo no início do período</b>	40.827.051,32
Revalorizações do período (Nota 6)	4.554.318,17
Realização de reservas	-1.495.142,07
Impostos diferidos (Nota 10)	-136.869,84
<b>Saldo no final do período</b>	<b>43.749.357,58</b>

A Empresa procedeu em anos anteriores à revalorização dos seus ativos fixos ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- *Decreto-Lei n.º 430/78, de 27 de dezembro*
- *Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de junho*
- *Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de dezembro*
- *Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de maio*
- *Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril*
- *Decreto-Lei n.º 49/91 de 25 de janeiro*
- *Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de novembro*
- *Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro.*

Como resultado das revalorizações efetuadas (as quais fazem parte integrante do custo considerado dos bens sobre os quais incidiram estas reavaliações), as depreciações do exercício findo em 2024 foram aumentadas em € 103.006,23. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos de

determinação da matéria coletável em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

### Subsídios do Governo:

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no Capital Próprio, na rubrica de “Outras variações no capital próprio”, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. Em 2024, este montante ascendeu a € 25.385.009,90 e diz respeito, sobretudo, à comparticipação da recente aquisição de elétricos.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, e considerando a nota 2.3, a Empresa registou os valores relacionados com subsídios:

	2024	2023
Subsídios relacionados com ativos:		
Montante atribuído no ano (1)	25 385 009,90	2 317 073,82
Rédito do período	-3 363 479,60	-1 832 718,48
Ajustamento de subsídios	-4 406 412,69	-132 555,90
	<u>17 615 117,61</u>	<u>351 799,44</u>
Subsídio COSP:		
Montante atribuído no ano (2)	33 055 395,00	17 728 802,15
Rédito do período	-15 063 036,85	-12 025 131,18
Ajustamento de subsídios	-6 317 253,26	-
	<u>11 675 104,89</u>	<u>5 703 670,97</u>
Varição no Capital Próprio	<u><u>29 290 222,50</u></u>	<u><u>6 055 470,41</u></u>

(1) O montante de € 2.317.073,82 atribuído em 2023 inclui o valor de € 1.800.000,00 recebido em 2024

(2) Os montantes atribuídos em 2024 e 2023 diferem dos montantes recebidos (nota 28), uma vez que parte foi recebido, a título de adiantamento, em 2023 e 2022 respetivamente.

### Distribuição de dividendos:

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do Capital Próprio, incluindo os da sua aplicação através do Resultado Líquido do período, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas/sócios quando os elementos

ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

## 15. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos períodos findos em 2024 e 2023 é detalhada conforme se segue:

	2024				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	
Processos judiciais em curso	1.698.084,27	522.780,79	760.752,15	-	1.460.112,91
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	591.938,12	-	7.174,88	-	584.763,24
Outras provisões	2.545.931,51	1.763.422,70	576.034,01	-	3.733.320,20
	<u>4.835.953,90</u>	<u>2.286.203,49</u>	<u>1.343.961,04</u>	<u>-</u>	<u>5.778.196,35</u>

	2023				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	
Processos judiciais em curso	1.056.048,95	1.172.170,22	480.061,25	50.073,65	1.698.084,27
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	648.220,84	-	56.282,72	-	591.938,12
Outras provisões	3.857.228,28	876.132,90	2.187.429,67	-	2.545.931,51
	<u>5.561.498,07</u>	<u>2.048.303,12</u>	<u>2.723.773,64</u>	<u>50.073,65</u>	<u>4.835.953,90</u>

As variações registadas, em 2024, na rubrica de Provisões decorrem essencialmente:

- Do desfecho dos processos judiciais em curso (que originou uma diminuição do saldo das Provisões constituídas para processos judiciais em curso na ordem dos € 0,2 milhões);
- Da avaliação atuarial das responsabilidades com pensões de acidentes de trabalho, de que a Empresa foi autosseguradora até 8 de janeiro de 1999 (que originou uma pequena diminuição das provisões constituídas para acidentes de trabalho e doenças profissionais);
- Da necessidade de provisionar outras contingências, nomeadamente decorrentes de sinistros rodoviários, participação financeira na Publicarris e responsabilidades decorrentes da liquidação de proporcionais de férias e subsídio de férias relativos ao trabalho suplementar e atividades complementares de anos anteriores (que originou um reforço das outras provisões constituídas na ordem dos € 1,2 milhões).

## 16. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Fornecedores:		
Fornecedores c/c	8.590.360,57	6.217.413,14
Faturas em receção e conferência	2.185.985,53	1.573.120,77
Fornecedores de Investimento	1.027.635,34	20.758.812,00
	<u>11.803.981,44</u>	<u>28.549.345,91</u>

A variação da rúbrica “Fornecedores de Investimento” encontra-se relacionada com as aquisições de novos elétricos e autocarros em 2023 (Nota 6).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de “Outras Dívidas a Pagar” apresentava a seguinte composição:

	<b>2024</b>	<b>2023</b> <b>(reexpresso)</b>
Outras dívidas a pagar:		
Remunerações a liquidar	13.908.134,71	12.381.968,67
Outros credores por acréscimos de gastos	1.733.191,43	1.277.172,01
Outros credores	641.965,85	597.906,04
Pagamentos por conta – CML	-	36.939.798,84
Pagamentos por conta – TML Gratuitidade	914.259,55	426.984,67
Compensação Navegante	7.633.029,57	-
Ajustamentos em subsídios	12.759.926,96	2.036.261,01
Acionistas/sócios	10.157,67	10.157,67
	<u>37.600.665,74</u>	<u>53.670.248,91</u>

A rubrica “Pagamentos por conta – TML Gratuitidade” inclui os montantes recebidos a título de pagamentos por conta no âmbito do acordo sobre a implementação de transporte coletivo gratuito no Município de Lisboa, para jovens e maiores de 65 anos, com domicílio fiscal em Lisboa.



## 17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as rubricas de “Estado e Outros Entes Públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Pagamentos por conta	1.759.814,42			-664.805,36
Estimativa de imposto (Nota 10)	-17.608,82			2.295.244,74
Retenções na Fonte	232.322,65			-267.560,83
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		455.277,67		524.106,08
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2.742.045,00		4.662.556,54	
Contribuições para a Segurança Social		1.415.675,25		1.108.010,25
Outros impostos		24.981,77		24.471,35
	<u>4.716.573,25</u>	<u>1.895.934,69</u>	<u>4.662.556,54</u>	<u>3.019.466,23</u>

Em 31 de dezembro de 2024 o montante inscrito na rubrica “Imposto sobre o Valor Acrescentado” refere-se a pedidos de reembolso solicitados para os meses de outubro a dezembro de 2024.

## 18. DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as rubricas do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam os seguintes saldos:

	2024	2023
Diferimentos	1.255.830,81	1.119.075,27

O montante inscrito nestas rubricas refere-se sobretudo ao diferimento do rendimento com as vendas de títulos de transporte, nomeadamente passes, cuja utilização ocorrerá no mês seguinte.



## 19. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

### Benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos

A Empresa assumiu, em data anterior à sua municipalização, o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência.

A avaliação atuarial do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2024 e 2023 pela empresa Actuariado. O valor presente da obrigação de benefícios definidos, o custo dos serviços correntes e dos serviços passados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes:

	2024	2023
Idade normal de reforma	Variável	Variável
Pensões de reforma	Pagas 14 vezes ao ano	Pagas 14 vezes ao ano
Tábua de mortalidade	TV88/90 80%	TV88/90 80%
Tábua de invalidez	SR01 130%	SR01 130%
Tábua de Turnover	CARRIS	CARRIS
Taxa de desconto	3,50%	3,30%
Taxa de crescimento dos salários	5,50% (2025) 2,60% (após 2025)	4,80% (2024) 2,60% (após 2024)
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%

A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 86-D/2016 de 30 de dezembro, alterado pela Lei n.º 107/2017 de 10 de novembro, veio proceder à transferência das responsabilidades relativas a complementos de pensões de reformados, pensionistas e trabalhadores no ativo à data de 31 de dezembro de 2016 para a Caixa Geral de Aposentações, conforme Decreto-Lei n.º 95/2017, de 10 de agosto.

O estudo atuarial para cálculo das responsabilidades com benefícios pós-emprego tem em conta as alterações decorrentes dos referidos diplomas legais, considerando que todas as variações estimadas nos benefícios pós-emprego decorrentes das alterações salariais verificadas após 31 dezembro 2016, bem como de novas admissões, são da responsabilidade da CARRIS.

O montante da responsabilidade associada aos planos de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é detalhado conforme se segue:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo:		
Trabalhadores no ativo	20.460.064,60	20.120.110,44
Reformados	5.987.700,87	4.094.921,09
	<u>26.447.765,47</u>	<u>24.215.031,53</u>

O detalhe da população abrangida pelo estudo atuarial de 2024 e 2023 é o seguinte:

<b>População</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Ativos	2504	2.541
Pensionistas	159	108

O montante registado como gasto, no período findo em 31 de dezembro de 2024, foi de € 2.417.054,24 (€ 2.000.638,27 em 2024) (Nota 22). Em 2024 foram ainda pagos complementos de reforma no montante de € 268.384,67 (€ 178.628,02 em 2023).

A evolução das responsabilidades da Empresa com pensões nos períodos de 2024 e 2023 tem a seguinte composição:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Valor presente da obrigação no início do período	24.215.031,53	18.803.084,38
Custo dos serviços correntes	1.596.051,69	1.265.471,05
Pensões pagas	-268.384,67	-178.628,02
Custo dos juros	821.002,55	735.167,22
Ganhos e perdas atuariais	84.064,37	3.589.936,90
	<u>26.447.765,47</u>	<u>24.215.031,53</u>

## 20. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 2024 e 2023 é detalhado conforme se segue:

	2024		2023 Reexpresso	
Vendas e serviços prestados				
Venda de bens	63.228,14		64.294,17	
Prestação de serviços e compensações tarifárias	<u>124.232.281,51</u>	124.295.509,65	<u>121.565.507,62</u>	121.629.801,79
Subsídios (inclui compensações não tarifárias atribuídas pela CML)		<u>30.570.357,32</u>		<u>30.791.692,93</u>
		<u>154.865.866,97</u>		<u>152.421.494,72</u>

Prestação de Serviços e compensações tarifárias:

	2024	2023
Serviço Público:	76.104.015,94	77.943.980,40
Autocarros	59.289.556,93	62.479.291,81
Elétricos	12.966.537,11	11.703.304,30
Ascensores	2.440.094,06	2.685.453,08
Carmo	1.407.827,84	1.075.931,21
Compensações tarifárias:	46.017.960,74	41.170.550,10
Compensações 4_18/sub23 e Social+ PART Fixo	14.179.281,94	2.652.470,42
COSP Tarifária	1.321.409,74	31.954.269,16
Compensações Gratuitidade	2.309.211,64	2.643.019,37
Compensação Navegante	2.660.559,24	3.405.517,56
Compensação passe antigo combatente	22.850.389,89	-
	2.697.108,29	515.273,59
Alugueres	510.465,41	520.096,99
Aluguer de espaços para publicidade	642.933,90	756.451,74
Cartões Títulos Transporte	746.278,76	895.594,80
Outras	210.626,76	278.833,59
	<u>124.232.281,51</u>	<u>121.565.507,62</u>



## 21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” nos exercícios de 2024 e 2023 é detalhada conforme se segue:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Manutenção e reparação autocarros	15.361.314,34	14.800.889,06
Manutenção e reparação elétricos	2.492.631,75	2.666.389,82
Outras manutenções e reparações	3.008.201,76	2.397.354,05
Gasóleo, gasolina, gás e lubrificantes	2.502.412,79	2.188.064,98
Licenciamento de software	2.022.926,47	2.003.550,93
Comissões a intermediários	653.600,00	1.080.344,51
Seguros	3.075.683,40	2.128.543,44
Auditoria, consultoria e honorários	2.972.509,39	2.778.335,00
Limpeza material circulante e outros	1.682.798,73	1.568.992,16
Aluguer de pneus	906.970,00	890.302,74
Eletricidade	2.611.098,12	1.909.520,79
Comunicação	965.327,83	1.011.729,27
Vigilância e segurança	1.092.677,17	1.034.702,49
Outros fornecimentos e serviços externos	2.422.240,22	2.030.890,04
	<u>41.770.391,97</u>	<u>38.489.609,28</u>

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos apresentaram um aumento de 8,5% face a 2023, destacando-se o contributo das rubricas de “Seguros”, “Eletricidade”, “Manutenção e reparação autocarros” e “Outras manutenções e reparações” para este efeito.

Os gastos com manutenção e reparação (de autocarros, elétricos e outros) representam cerca de 50% do total dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos.

Devido a alteração do apuramento da receita, verificou-se em 2024, um decréscimo de custos associados a Comissões na ordem dos 40%.



## 22. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios de 2024 e 2023 é detalhada conforme se segue:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Remunerações dos órgãos sociais	386.226,16	359.862,76
Remunerações do pessoal	71.334.660,91	66.893.081,74
Benefícios pós-emprego:		
Benefícios definidos (Nota 19)	2.417.054,24	2.000.638,27
Rescisões	50.000,00	250.000,00
Encargos sobre remunerações	16.811.793,54	15.719.714,41
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	873.374,56	961.862,42
Gastos de ação social	332.499,86	305.193,39
Outros	1.861.403,6	2.473.301,91
	<u>94.067.012,87</u>	<u>88.963.654,90</u>

A rubrica “Remunerações dos órgãos sociais” inclui, em 2024, o montante de € 354.726,16 referente a remunerações do Conselho de Administração (€ 328.362,76 em 2023). O remanescente refere-se a remunerações do Conselho Fiscal, eleito por deliberação datada de 12 de março de 2024.

Os Gastos com Pessoal registaram um acréscimo de 6% face ao período homólogo, que decorre essencialmente das atualizações salariais e de todas as indexações associadas, bem como do aumento do nível de horas de trabalho suplementar, traduzindo um avanço significativo na valorização dos índices salariais, reforçando o compromisso da Empresa com a melhoria das condições remuneratórias e a promoção de relações laborais equilibradas e sustentáveis.

O número de efetivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 era, respetivamente, de 2.504 e 2.541.



## 23. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

A decomposição da rubrica de “Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização” nos exercícios de 2024 e 2023 é conforme se segue:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Ativos Fixos Tangíveis (Nota 6)	21.455.830,64	19.652.596,85
Ativos Intangíveis (Nota 8)	484.355,26	310.502,73
	<u>21.940.185,90</u>	<u>19.963.099,58</u>

## 24. OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios de 2024 e 2023 é conforme se segue:

	<b>2024</b>	<b>2023</b> (reexpresso)
Rendimentos suplementares:		
Indemnizações	589.346,68	570.293,25
Rendas e cedência instalações	616.913,82	514.953,36
Outros rendimentos suplementares	216.960,71	292.847,70
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	21.634,84	29.445,98
Rendimentos em investimentos não financeiros	1.414,53	10.507,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento (Nota 14)	3.363.479,60	1.832.718,48
Rendimento subsídios investimento - COSP	15.063.036,85	12.025.131,18
Outros	370.082,43	296.835,92
	<u>20.242.869,46</u>	<u>15.572.732,87</u>

A rubrica “Rendimentos nos restantes ativos financeiros” inclui, em 2024, o montante de € 3.943,58 referente a dividendos distribuídos pela empresa OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA relativos ao exercício de 2023.

A rubrica “Rendimento subsídios investimento – COSP” reflete o montante que foi considerado rendimento em 2024, decorrente da alteração da política contabilística descrita na nota 2.3.

## 25. OUTROS GASTOS

A composição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios de 2024 e 2023 é conforme se segue:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Impostos e taxas	173.644,31	165.327,75
Gastos e perdas em investimentos financeiros	13.560,61	56.469,98
Gastos em investimentos não financeiros	92.008,95	3.871,15
Quotizações	101.601,91	61.445,92
Insuficiência de estimativa para impostos	13.895,03	857,22
Outros	396.264,01	443.798,39
	<u>790.974,82</u>	<u>731.770,41</u>

## 26. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos de financiamento reconhecidos em 2024 e 2023 foram os seguintes:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Outros gastos de financiamento	-	42,98

Foram reconhecidos os seguintes juros e outros rendimentos similares em 2024 e 2023:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Juros obtidos	<u>582.000,83</u>	<u>972.325,30</u>



## 27. PARTES RELACIONADAS

Durante o exercício de 2024 foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração no montante de € 354.726,16 (€ 328.362,76 em 2023).

No âmbito do Plano de Atividades e Orçamento de 2024 (PAO 2024) estava consagrada a integração da atividade da Carrisbus.

No âmbito desta integração, e à data de 31 de dezembro de 2024, já se encontravam transferidas as atividades operacionais designadamente a transferência dos trabalhadores, dos equipamentos e dos contratos respeitantes à operação e que estejam em vigor.

Com esta transferência, os trabalhadores transmitidos mantiveram todos os direitos contratuais e adquiridos, conforme previsto no artigo 285.º n.º 3 do Código do Trabalho. Relativamente aos ativos fixos tangíveis e inventários propriedade da Carrisbus, os mesmos foram transmitidos através da figura de compra e venda. A transferência dos contratos ocorreu, na sua maioria, por cessão da posição contratual.

No decurso dos exercícios de 2024 e 2023 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2024				
	Vendas de inventários	Serviços Prestados	Compras de inventários	Compras de ativos fixos	Serviços obtidos
Entidade que efetuou a operação:					
Subsidiárias					
Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	9.864,23	763.068,79	1.404,00	380.000,00	708.296,17
Associadas					
Publicarris – Publicidade na CCFL, SA		837.385,90			
Outras partes relacionadas:					
Carrisbus – Manutenção, Reparação e Transportes, SA (a)	105.121,10	1.546.093,42	2.297.371,28	328.559,84	11.336.933,42
	<u>114.985,33</u>	<u>3.146.548,11</u>	<u>2.298.775,28</u>	<u>708.559,84</u>	<u>12.045.229,59</u>

(a) Empresa detida a 100% pela Carristur.

## Relatório e Contas

	<b>2023</b>				
	Vendas de inventários	Serviços Prestados	Compras de inventários	Compras de ativos fixos	Serviços obtidos
Entidade que efetuou a operação:					
Subsidiárias					
Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	17.031,79	849.414,66	1.092,00	-	766.684,80
Associadas					
Publicarris – Publicidade na CCFL, SA		758.451,74			
Outras partes relacionadas:					
Carrisbus – Manutenção, Reparação e Transportes, SA (b)	<u>96.576,02</u>	<u>1.710.291,01</u>	<u>12.600,00</u>	<u>40.540,00</u>	<u>11.442.174,47</u>
	<u>113.607,81</u>	<u>3.318.157,41</u>	<u>13.692,00</u>	<u>40.540,00</u>	<u>12.208.859,27</u>

(b) Empresa detida a 100% pela Carristur.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	<b>2024</b>		<b>2023</b>	
	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes
Subsidiárias:				
Carristur - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	380.798,29	709.173,94	859.097,12	1.018.132,26
Associadas:				
Publicarris – Publicidade na CCFL, SA	193.363,47	-	540.307,99	-
Outras partes relacionadas:				
Carrisbus - Manutenção, Reparação e Transportes, SA	<u>98.278,16</u>	<u>3.618.482,89</u>	<u>141.402,45</u>	<u>981.237,95</u>
	<u>672.439,92</u>	<u>4.327.656,83</u>	<u>1.540.807,56</u>	<u>1.999.370,21</u>

## 28. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS

Durante os exercícios de 2024 e 2023 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios e outros apoios, e procedeu ao registo em rédito, conforme abaixo descrito:

	2024	
	Montante recebido	Rédito do período
CML - COSP não tarifária – 2023		
Exploração		28.921.066,39
Investimento (1)	22.393.643,18	15.063.036,85
CML - COSP tarifária – 2023	2.801.600,53	-
Compensações tarifárias	42.833.649,79	-
F.Ambiental (exploração)	1.518.300,00	1.518.300,00
Programas Nacionais (investimento) (2)	27.185.009,90	3.363.479,60
Outros		
Exploração	169.095,12	130.990,93
	<b>96.901.298,52</b>	<b>48.996.873,77</b>
	2023 (Reexpresso)	
	Montante recebido	Rédito do período
CML - COSP não tarifária – 2022		
Exploração	28.475.013,59	29.151.086,16
Investimento (1)	17.728.802,15	12.025.131,18
CML - COSP tarifária – 2022	2.156.936,96	-
Compensações tarifárias	39.416.054,99	-
F.Ambiental (exploração)	1.535.940,00	1.535.940,00
Programas Nacionais (investimento) (2)	517.073,82	1 832 718,48
Outros		
Exploração	118.123,97	104.666,77
	<b>89.947.945,48</b>	<b>44.649.542,59</b>

(1) Os montantes recebidos em 2024 e 2023 diferem dos montantes atribuídos (nota 14), uma vez que parte foi recebido, a título de adiantamento, em 2023 e 2022 respetivamente.

(2) Inclui o montante de €1.800.000 recebido em 2024, mas cuja atribuição está registada em 2023 (nota 14).

Em 2024, decorrente da alteração da política contabilística descrita na nota 2.3, a COSP passou a ser registada de modo distinto nas suas componentes de exploração e de investimento. Os valores constantes dos quadros anteriores refletem de forma detalhada, por tipologia de subsídio à exploração e investimento, nas colunas 'Rédito do período', os constantes das notas 14, 20 e 24. As colunas 'Montante recebido' reflete o detalhe constante da demonstração de fluxos de caixa para cada tipologia de subsídio.

Foram reconhecidos rendimentos no montante de € 1.518.300,00 decorrentes do apoio extraordinário e excecional ao setor dos transportes públicos de passageiros (6.ª Fase), criado a fim de mitigar os efeitos da subida dos preços do combustível, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 153/2021 de 12 de novembro. Em 2023, este apoio foi de € 1.535.940,00.

Em 2024 e 2023 foram ainda reconhecidos os seguintes subsídios à exploração:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Projeto Tangent	45.930,51	27.560,06
Projeto Trips	5.653,26	5.809,30
Projeto Upper	32.893,73	16.770,25
Projeto Safebus	9.349,82	20.800,80
EIT KIC	-	5.372,85
Urban Mobility	-	28.353,51
Projeto VoxPop	24.608,32	-
Projeto CSS Boost	5.910,09	-
Projeto eDREAMS	1.845,20	-
Projeto E-Med	4.800,00	-
	<b>130.990,93</b>	<b>104.666,77</b>

## 29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

### Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas:

Contratualmente o Revisor Oficial de Contas tem direito a faturar € 33.000,00 relacionados com a revisão legal das contas de 2024. Durante o ano de 2024 foram faturados € 33.000,00 referentes ao período de 2023 e €11.000 referentes ao exercício de 2024.

### Despesas originadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores:

Para efeito do disposto no despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, publicado na 2.ª série do D.R. n.º 151 de 3/7/80, as despesas originadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores foram, nos exercícios de 2024 e 2023, as seguintes:



	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Custo das Matérias Consumidas	12,89	343,96
Gastos com o Pessoal	570.291,31	680.277,68
Depreciações	299,65	176,32
	<u>570.603,85</u>	<u>680.797,96</u>

Houve, em média, onze trabalhadores afetos a tempo inteiro a estas estruturas em 2024 e 2023.

### 30. GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as garantias bancárias prestadas a favor de terceiros ascendiam a € 10.886,44 (€ 10.189,58 em 2023), como segue:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Garantias a favor de várias entidades	10.886,44	10.189,58
	<u>10.886,44</u>	<u>10.189,58</u>

### 31. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

No âmbito do Plano de Atividades e Orçamento de 2024 (PAO 2024) estava consagrada a integração da atividade da CARRISBUS.

No decurso do exercício de 2024 a transferência da atividade foi operada com sucesso, prevendo-se que a curto prazo a CARRISBUS possa vir a ser liquidada e dissolvida.



## 32. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício, no montante de € 550.515,91, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

### O Conselho de Administração

### O Contabilista Certificado

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

Vice-Presidentes: Dr.<sup>a</sup> Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.<sup>a</sup> Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal não executivo: Arq.<sup>o</sup> Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho